



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

FABIANA ALINE ALVES

FOTOJORNALISMO E REGIME MILITAR:
A COBERTURA FOTOJORNALÍSTICA DE TEMAS POLÊMICOS EM
DOIS JORNAIS DO PARANÁ (1968)

Londrina
2012

FABIANA ALINE ALVES

FOTOJORNALISMO E REGIME MILITAR:
A COBERTURA FOTOJORNALÍSTICA DE TEMAS POLÊMICOS EM
DOIS JORNAIS DO PARANÁ (1968)

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Boni

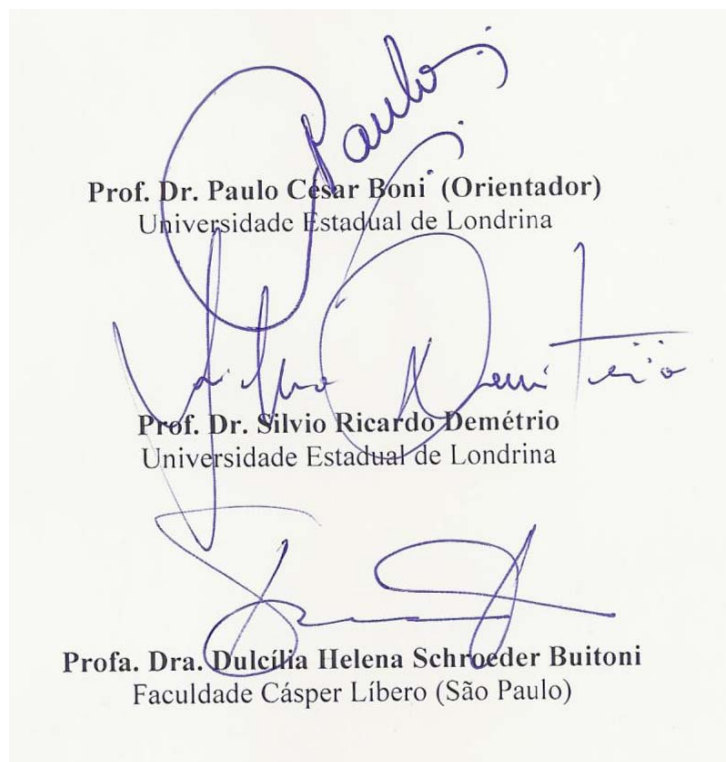
Londrina
2012

FABIANA ALINE ALVES

**FOTOJORNALISMO E REGIME MILITAR:
A COBERTURA FOTOJORNALÍSTICA DE TEMAS POLÊMICOS EM
DOIS JORNAIS DO PARANÁ (1968)**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Comunicação.

BANCA EXAMINADORA



Londrina, 17 de fevereiro de 2012

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina.**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

A474f Alves, Fabiana Aline.

Fotojornalismo e regime militar: a cobertura fotojornalística de temas polêmicos em dois jornais do Paraná (1968) / Fabiana Aline Alves. – Londrina, 2012.
155 f. : il.

Orientador: Paulo César Boni.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2012.
Inclui bibliografia.

1. Fotojornalismo – Teses. 2. Gazeta do Povo (Jornal) – Teses. 3. O Estado do Paraná (Jornal) – Teses. 4. Ditadura e ditadores – Brasil – Teses. 5. Governo militar – Teses. I. Boni, Paulo César. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação, Comunicação e Artes. Programa de Pós-graduação em Comunicação. III. Título.

CDU 070.487

*Aos meus pais, José e Lúcia,
inspirações da minha vida*

AGRADECIMENTOS

Ao professor Paulo Boni, meu orientador, com quem tive a honra de trabalhar. Nestes anos, ele me ensinou mais do que valorizar a pesquisa e a educação, mas foi – continua sendo – um exemplo de profissional e ser humano. Obrigada, Boni, pela aprendizagem, incentivo, confiança e amizade!

À professora Dulcília Buitoni e ao professor Silvio Demétrio pelas críticas e caminhos apontados na qualificação e defesa deste trabalho.

Aos professores do Programa de Mestrado em Comunicação da UEL pelo incentivo e por me apresentarem o encantador mundo da visualidade.

Aos professores Raphael Sebrian e Karina Anhezini por terem me apresentado o caminho da pesquisa e me incentivado a traçá-lo.

À Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo financiamento nestes dois anos de pesquisa.

À Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná pelo auxílio no momento de contato com minhas fontes e, em especial, por ser um dos poucos espaços no Paraná destinado à conservação da memória estadual. Parabéns pelo trabalho!

Aos colegas da turma 2010/2012, especialmente Daniel de Oliveira Figueiredo e Mariana Ferreira Lopes, pelo companheirismo, amizade e por compartilhar as dúvidas e incertezas deste percurso.

Aos amigos (prefiro não nominá-los para não me esquecer de ninguém) por tentarem entender a minha ausência e esquecimentos neste período.

Ao meu namorado, Rafael Buzzinaro, pela imensurável paciência e compreensão durante a realização desta pesquisa e pela ajuda com os números e gráficos.

Finalmente – e o agradecimento mais importante – à minha família. Espero que meus irmãos, Rodrigo e Bruna, desculpem-me pela ausência e confinamento mesmo nos finais de semana em casa. Agradeço aos meus pais, José e Lúcia, pelo infindável apoio e incentivo aos meus sonhos e por me ensinarem, desde sempre, a importância da educação e que a aprendizagem é diária. Espero continuar aprendendo!

ALVES, Fabiana Aline. **Fotojornalismo e regime militar: a cobertura fotojornalística de temas polêmicos em dois jornais do Paraná (1968)**. 2012. 155f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

RESUMO

O conhecimento que as pessoas têm da realidade é, geralmente, mediado pelos fatos divulgados na imprensa escrita e radio-televisada. Por sua vez, o repórter fotográfico se tornou um mediador entre os acontecimentos, as demandas sociais de seu tempo e da empresa jornalística a qual está vinculado, recriando narrativas e materializando anseios e projetos sociais em imagens. A par dessas concepções, esta pesquisa compreende como a produção e veiculação fotojornalística paranaense foi conduzida no que se refere aos temas polêmicos no ano de 1968. Entende-se como temáticas polêmicas notícias concernentes à censura, às mobilizações estudantis, à representação dos subversivos e comunistas e dos principais políticos e militares. Para execução dessa proposta e com intuito de identificar as principais características noticiosas do fotojornalismo paranaense no início do regime militar (pré-Ato Institucional nº5), foi mapeada, por meio do método da análise de conteúdo, a produção de imagens fotográficas jornalísticas dos periódicos *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*. Com a aplicação da metodologia da iconologia, analisou-se 15 imagens nas quais foi possível avaliar o poder informacional da imagem fotográfica veiculada na imprensa paranaense em 1968 e traçar algumas relações existentes entre os periódicos estudados e o sistema político vigente.

Palavras-chave: Fotojornalismo; *Gazeta do Povo*; *O Estado do Paraná*; regime militar.

ALVES, Fabiana Aline. **Photojournalism and the military regime**: photojournalistic coverage of controversial issues in two newspapers of Paraná (1968). 2012. 155 pages. Dissertation (Master in Communication) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

ABSTRACT

The knowledge that people have of reality is, usually, mediated by the facts divulged in the “writing press” and radio-televised. In turn, the press photographer became a mediator between the events, the social demands of his time and of the journalistic company which is bound, by recreating narratives and materializing wishes and social projects in images. Aware of these conceptions, this research comprises as the production and diffusing photojournalistic in the Paraná was conducted on that refers to the controversial issues in 1968. The news concerning to the censorship, the student demonstrations, the representation of subversives and communists and of the main political and military, is understood as controversial issues. To the execution this proposal and with intention to identify the main features of the photojournalistic news in the Paraná in the beginning of the military regime (pre-Institutional Act No. 5), was mapped by means of the method of content analysis, the production of journalistic photographic images of the periodicals *Gazeta do Povo* and *O Estado do Paraná*. With the application of the methodology of the iconology, is analyzed 15 images in which it was possible to evaluate the informational power of the photographic image conveyed in the press of the Paraná in 1968 and understand the relationships between the studied journals and political system in vigour.

Palavras-chave: Photojournalism; *Gazeta do Povo*; *O Estado do Paraná*; military regime.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Primeiro e segundo tempo: estudante enfrentou a PMEP com um estilingue.....	114
Figura 2 - Estudantes arrastam o busto do reitor Suplicy de Lacerda pela rua	116
Figura 3 - Estudantes utilizam o busto do reitor Suplicy de Lacerda na barricada.....	117
Figura 4 - Policiais militares deixam as dependências do Centro Politécnico da UFP.....	119
Figura 5 - Estudantes protestam em Curitiba contra prisões no congresso da UNE.....	120
Figura 6 - PMEP reprime violentamente protesto de estudantes em Curitiba	122
Figura 7 - Audiência de qualificação dos acusados de subversão no IPM, de janeiro de 1968	124
Figura 8 - Audiência de qualificação dos “subversivos” no IPM, de janeiro de 1968.....	125
Figura 9 - Cumprimento depois do resultado do inquérito	126
Figura 10 - Paulo Autran durante visita a Curitiba	129
Figura 11 - Pe. Guido Logger durante entrevista à imprensa curitibana.....	130
Figura 12 - Visita do ministro Mário Andreazza a Curitiba para receber o título de cidadão honorário	133
Figura 13 - Ministro Mário Andreazza recebe título de cidadão honorário, em Curitiba	134
Figura 14 - O governador Paulo Pimentel e o comandante da 5ª RM brincam com um menino	135
Figura 15 - Imagem apresentada pela <i>Gazeta</i> e pelo <i>O Estado</i> na notícia sobre a instauração do AI-5	136

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidades de fotografias veiculadas em 1968 pela <i>Gazeta</i> e pelo <i>O Estado</i>	88
Gráfico 2 - Relação de fotografias na capa e no miolo da <i>Gazeta</i> e do <i>O Estado</i> em 1968	88
Gráfico 3 - Emprego de imagens nas categorias fotojornalismo, foto-ilustração e retrato na <i>Gazeta</i> e no <i>O Estado</i> em 1968	89
Gráfico 4 - Levantamento da proximidade das fotografias jornalísticas publicadas na <i>Gazeta</i> e no <i>O Estado</i> em 1968	90
Gráfico 5 - Relação das fotografias por editoria publicadas na <i>Gazeta</i> e no <i>O Estado</i> em 1968	91
Gráfico 6 - Levantamento da proximidade das fotografias jornalísticas por editoria publicadas na <i>Gazeta</i> em 1968	92
Gráfico 7 Levantamento da proximidade das fotografias jornalísticas por editoria publicadas no <i>O Estado</i> em 1968	93
Gráfico 8 - Comparativo da quantidade de fotografias por editoria e por mês veiculadas na <i>Gazeta</i> em 1968	95
Gráfico 9 - Comparativo da quantidade de fotografias por editoria e por mês veiculadas no <i>O Estado</i> em 1968	96
Gráfico 10 Comparativo da quantidade de fotografias por proximidade publicadas por mês na <i>Gazeta</i> em 1968.....	97
Gráfico 11 Comparativo da quantidade de fotografias por proximidade publicadas por mês no <i>O Estado</i> em 1968.....	99
Gráfico 12 -Relação de imagens nas categorias fotojornalismo, foto-ilustração e retrato presentes nas capas da <i>Gazeta</i> e do <i>O Estado</i> em 1968	100
Gráfico 13 Arrolamento das fotografias por editoria publicadas nas primeiras páginas da <i>Gazeta</i> e do <i>O Estado</i> em 1968	101
Gráfico 14 -Levantamento da proximidade das fotografias jornalísticas por editoria publicadas nas capas da <i>Gazeta</i> em 1968.....	103
Gráfico 15 -evantamento da proximidade das fotografias jornalísticas por editoria publicadas nas capas do <i>O Estado</i> em 1968.....	103
Gráfico 16 -Comparativo da quantidade de fotografias das capas por editoria mês a mês publicadas nas primeiras páginas da <i>Gazeta</i> em 1968.....	105

Gráfico 17 -Comparativo da quantidade de fotografias das capas por editoria mês a mês publicadas nas primeiras páginas do <i>O Estado</i> em 1968	106
Gráfico 18 -Comparativo da quantidade de fotografias das capas por proximidade mês a mês publicadas nas capas da <i>Gazeta</i> em 1968.....	107
Gráfico 19 -Comparativo da quantidade de fotografias das capas por proximidade mês a mês publicadas nas capas do <i>O Estado</i> em 1968.....	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Proposta de novos gêneros do fotojornalismo elaborada por Benazzi (2010).....	46
Tabela 2 - Quadro sinóptico sobre o método iconológico proposto por Panofsky (2001).....	75
Tabela 3 - Esquema de publicação das fotografias sobre temas polêmicos	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

5ª RM	5ª Região Militar
AI-2	Ato Institucional nº. 2
AI-3	Ato Institucional nº. 3
AI-5	Ato Institucional nº. 5
Arena	Aliança Renovadora Nacional
BPP	Biblioteca Pública do Paraná
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOI	Destacamento de Operações Internas
DOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
FEBEAPÁ	Festival de Besteira que Assola o País
<i>Gazeta</i>	Gazeta do Povo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPM	Inquérito Policial Militar
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
<i>O Estado</i>	O Estado do Paraná
OBAN	Operação Bandeirantes
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PMEP	Polícia Militar do Estado do Paraná
PSD	Partido Social Democrata
PTB	Partido dos Trabalhadores Brasileiros
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SESP	Secretaria Estadual de Segurança Pública
SNI	Serviço Nacional de Informações
TC	Tribunal de Contas
UEE	União Estadual dos Estudantes
UFP	Universidade Federal do Paraná
UNE	União Nacional dos Estudantes
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 IMPRENSA E REGIME MILITAR: OS PRINCÍPIOS DO NOVO GOVERNO	21
2.1 O NOVO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO.....	21
2.2 A ATUAÇÃO DOS MILITARES E A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL.....	24
2.3 A IMPRENSA E O RELACIONAMENTO COM O REGIME	28
2.4 IMPRENSA E PODER NO PARANÁ DURANTE A DÉCADA DE 1960	33
2.5 A ORIGEM POLÍTICA DA <i>GAZETA DO POVO</i> E DE <i>O ESTADO DO PARANÁ</i>	37
3 O PODER INFORMACIONAL DAS IMAGENS JORNALÍSTICAS	42
3.1 AS CLASSIFICAÇÕES DAS FOTOGRAFIAS DE IMPRENSA E DO FOTOJORNALISMO	42
3.2 O FOTOJORNALISMO E A “CONSTRUÇÃO” DA REALIDADE.....	47
3.3 O DISCURSO FOTOJORNALÍSTICO.....	53
3.3.1 As Estratégias de Utilização da Fotografia na Imprensa.....	58
3.3.2 A Leitura das Imagens Jornalísticas	61
4 OS CAMINHOS DA PESQUISA	66
4.1 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: UM PROCEDIMENTO DO INÍCIO AO FIM DO TRABALHO	66
4.2 A COLETA DE DADOS POR MEIO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO	67
4.2.1 A Concepção e o Objetivo da Tabela Para a Coleta de Dados.....	69
4.3 ICONOLOGIA E SUAS ADAPTAÇÕES PARA O USO NAS IMAGENS DA IMPRENSA.....	72
4.3.1 As Críticas ao Método Iconográfico e sua Utilização na Fotografia.....	76
4.3.2 O Procedimento de Seleção de Fotografias para Análise.....	78
5 A TEMÁTICA DO FOTOJORNALISMO NA <i>GAZETA DO POVO</i> E NO <i>O ESTADO DO PARANÁ EM 1968</i>	81
5.1 1968: OS SENTIDOS CONTRADITÓRIOS E AMBÍGUOS DE UM ANO MARCADO PELA RUPTURA	81
5.2 UMA BREVE CRONOLOGIA DO ANO DE 1968.....	84
5.3 UM PANORAMA DO FOTOJORNALISMO NA <i>GAZETA</i> E NO <i>O ESTADO</i>	87
5.3.1 Panorama das Imagens Jornalísticas por Editoria	90
5.3.2 O Perfil Mês a Mês do Fotojornalismo Paranaense em 1968.....	94
5.3.3 As Fotografias na Primeira Página dos Jornais Paranaenses.....	99

5.3.3.1 As fotografias de capa da <i>Gazeta</i> e do <i>O Estado</i> mensalmente	105
6 AS MOBILIZAÇÕES ESTUDANTIS, OS SUBVERSIVOS, A CENSURA E OS GOVERNANTES NO FOTOJORNALISMO PARANAENSE	110
6.1 O CERCEAMENTO E A COBERTURA DE TEMAS POLÊMICOS DURANTE O REGIME MILITAR.....	110
6.2 AS MOBILIZAÇÕES ESTUDANTIS: OS JOVENS SAÍRAM ÀS RUAS DA CAPITAL PARANAENSE.....	111
6.3 OS SUBVERSIVOS PARANAENSES E O JULGAMENTO DO PCB EM 1968	123
6.4 A DISCUSSÃO SOBRE A CENSURA GANHA ROSTO NOS JORNAIS PARANAENSES	127
6.5 ALINHAMENTO POLÍTICO: A PROXIMIDADE ENTRE AS LIDERANÇAS PARANAENSES E NACIONAIS	132
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS	146
ANEXOS	151

1 INTRODUÇÃO

A mídia é praticamente indissociável da experiência cotidiana das pessoas. Seja impressa, eletrônica ou audiovisual, é responsável por informar e, até mesmo, entreter o público diariamente, sendo impossível negar a sua presença e relevância na dinâmica cultural, social, política e econômica mundial. Segundo Roger Silverstone (2005, p.13), é fundamental estudar a mídia “como algo que contribui para a nossa variável capacidade de compreender o mundo, de produzir e partilhar significados”.

Entender a mídia como um processo, “onde quer que as pessoas se congreguem no espaço real ou virtual, onde se comunicam, onde procuram persuadir, informar, entreter, educar, onde procuram, de múltiplas maneiras e com graus de sucesso variáveis, se conectar umas as outras” (SILVERSTONE, 2005, p.17), é uma forma de investigar as maneiras como ela participa da vida social e cultural contemporânea. Possibilita também compreender a mídia como historicamente específica e reconhecer o processo como fundamentalmente político – ou talvez, como aponta Silverstone, politicamente econômico.

Luiz Gonzaga Motta (2002, p.16) afirma que, em sociedades impulsionadas por uma lógica midiaticizada, a mídia passou a ser a instituição política e ideologicamente mais notável, “suplantando outros poderes, como Parlamento, no jogo político. E superando outras instituições poderosas, como a igreja e a escola, na produção e disseminação das ideologias, condicionando tudo à lógica midiaticizada”. O processo político se tornou dependente e condicionado à mídia e, em especial, à imprensa. “Há muito a imprensa (e o resto da mídia) deixou de apenas intermediar o real e o simbólico para estruturar e constituir o real. É a imprensa que seleciona, tipifica, descontextualiza e recontextualiza, estrutura e referencia o real.” (MOTTA, 2002, p.17).

A imprensa, conforme Tania Regina de Luca (2010, p.128), “cotidianamente registra cada lance dos embates da arena do poder”. Assim, é possível encontrar nos jornais projetos políticos e visões de mundo representativas de vários setores da sociedade que expressam o movimento das ideias que circulavam em cada época. Percebe-se a aproximação e o distanciamento dos grupos e, conforme as conveniências do momento, os projetos se interpenetram e se mesclam, permitindo que se capte a atuação de diferentes grupos com interesses específicos. A partir de determinadas conjunturas, Luca (2010, p.130) argumenta que “as ambigüidades e hesitações que marcam os órgãos da grande imprensa, suas ligações cotidianas com diferentes poderes, a venalidade sempre denunciada, o peso dos interesses publicitários e dos poderosos do momento também podem ser apreendidos”.

Atribuiu-se à imprensa escrita, durante anos, o papel central na defesa dos interesses dos cidadãos contra quaisquer tipos de violações e abusos cometidos pelo estado. Contudo, Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca ressaltam que tal exercício de vigilância não é isento de tensões e pode ser considerado como uma função de natureza pública, desempenhando, muitas vezes, papel fundamental em prol dos interesses da sociedade. Não se pode esquecer, porém, que jornais, revistas, rádios e televisões são empresas e buscam lucros, negociando um produto que é capaz de formar opiniões, (des)estimular comportamentos, atitudes e ações políticas. “Elas não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público.” (MARTINS; LUCA, 2006, p.10-11). Segundo as autoras, a confrontação de ideias e posturas, por sua vez, deu espaço para as notícias a respeito de personalidades e autoridades públicas, em um procedimento que contribui para esvaziar o potencial crítico da cobertura política.

Martins e Luca (2006, p.10) afirmam que o conhecimento que as pessoas têm da realidade é mediado pelos fatos divulgados pela imprensa escrita e radiotelevisiva – vale destacar, nos tempos atuais, este papel também sendo desempenhado pela internet. Neste sentido, a fotografia jornalística tem um papel relevante na apreensão da informação impressa. Desde seu surgimento, a imagem fotográfica foi tomada como relacionada ao real, primeiramente sendo considerada um espelho da realidade e atualmente, por alguns pensadores, como um rastro do real. De acordo com Dulcília Buitoni (2011, p.47), a fotografia trouxe novas possibilidades de “medir” o real – com mapeamentos, enquadramentos, escalas etc – e introduziu o conceito de série – devido à possibilidade de repetição de ângulos ou vistas de um mesmo objeto e à reprodução de um mesmo negativo –, sendo a passagem do único ao múltiplo, dos valores artísticos tradicionais aos valores industriais. “Em todas as épocas, a fotografia serviu para assegurar validade e legitimidade ao real, ao mesmo tempo em que alguns fotógrafos e pensadores também a usavam para questionar o efeito de verdade.” (BUITONI, 2011, p.49). O fotojornalismo, por sua vez, seguiu o caminho do registro documental privilegiando a representação realista, “a invenção da realidade não é aceita”.

Buitoni (2007, p.104) considera que a imagem existe entre o imaginário e a realidade. “A instrumentação técnica traduz sob uma forma gráfica uma percepção humana do mundo. Representação mental e técnicas se associam: a instrumentação concretiza a ligação entre o imaginário e o real ao fabricar uma imagem.” A autora explica que qualidades como objetividade, transparência, verdade, foram sendo assumidas pelo discurso jornalístico,

impondo à fotografia o *status* de reprodução confiável do real. Apesar de os teóricos apontarem inúmeras intervenções que o processo fotográfico sofre, para Buitoni, a fotografia como espelho da realidade ainda conservaria um fundo de justificativa para o senso comum. “Por mais que tenhamos consciência das interferências e manipulações, o substrato do real permanece ao justificar a foto, seja jornalística, seja familiar.” (BUITONI, 2007, p.106).

Jorge Pedro Sousa argumenta que, sem os meios de comunicação, provavelmente, as pessoas enfrentariam o vazio e o desconhecido, mesmo que os grupos humanos continuassem a coexistir, pois os *media* influenciariam a percepção e a cultura do receptor. As fotografias ganham, assim, uma força inaudita quando utilizadas na imprensa, uma vez que “aliam disseminação massiva ao potencial de credibilidade-verdade que os meios de comunicação jornalísticos lhes emprestaram e à dramaturgia que encerram. Além disso, para o senso-comum ver é crer: a foto simboliza a verdade”. (SOUSA, 1998, p.51). Assim, a imagem jornalística, por preencher uma necessidade de confirmação visual de um evento dos leitores, ofereceria um mundo em que as coisas são, de alguma forma, diferentes da realidade. O autor ressalta que a fotografia não substitui o real, mesmo podendo representá-lo e mediá-lo, por mais que, muitas vezes, pareça usurpar o papel da realidade que referencia. O fotojornalismo, então, pode se tornar um dos palcos para a luta simbólica e ideológica pelo poder, já que a subjetividade é indissociável.

Boris Kossoy alerta que, assim como o jornal, as fotografias são portadoras de significados não explícitos e de omissões pensadas, calculadas, uma vez que, mesmo sendo vinculado ao referente, o testemunho presente na fotografia se acha fundido ao processo de criação do fotógrafo, correspondendo a um “produto documental elaborado cultural, técnica e esteticamente, portanto ideologicamente: registro/criação”. (KOSSOY, 2002, p.35). O fotógrafo – em especial o repórter fotográfico – torna-se um mediador entre os acontecimentos no decorrer da história, as demandas sociais de seu tempo e da empresa jornalística a qual está vinculado, recriando narrativas e materializando em imagens os anseios e expectativas de um projeto social. Assim, Kossoy (2001, p.28) ressalta a importância das fotografias como artefato de época, repletos de informações de arte e técnica, mas que ainda não foi devidamente percebida, pois “as múltiplas informações de seus conteúdos enquanto meios de conhecimento têm sido timidamente empregadas no trabalho histórico”.

Segundo Sousa (1998, p.11-12), por ser uma atividade complexa, o fotojornalismo é uma atividade ainda pouco estudada. Para o autor seria complexa, primeiramente porque, enquanto atividade de mediação simbólica, leva os receptores a

consumirem determinadas representações mediatizadas de realidade. Em segundo lugar, por poder abarcar práticas que vão do fotodocumentarismo à produção diária de fotografias de variado caráter para a imprensa. Em terceiro, os repórteres fotográficos usam métodos diferenciados de abordagem dos assuntos, possuem estilos próprios – por vezes assumidamente subjetivos – e dão às suas imagens suportes de difusão que não se esgotam nas páginas dos jornais e revistas. Em quarto lugar, pelo fato de o fotojornalismo estar no seio do sistema jornalístico, especificamente quando se fala da produção cotidiana de fotografias para a imprensa. Sousa (1998, p.12-13) argumenta que a atividade fotojornalística está inserida em um processo complexo de realização/fabricação de imagens associadas a textos, influenciado por vários fatores, que são, provavelmente, desconhecidos ou até não relacionados com o fabrico de fotonotícias, fotorreportagens e fotografia documental. O processo de fotojornalismo pode variar conforme a cultura, a organização, embora os principais elementos com as convenções e as ideologias profissionais, os gêneros fotojornalísticos e a própria cultura profissional constituam, para os repórteres fotográficos, pontos de referência que podem ter um papel na configuração da produção.

É neste contexto que este trabalho se insere, a fim de compreender como a produção e veiculação fotojornalística foi conduzida no que se refere aos temas polêmicos no ano de 1968, como a censura, as mobilizações estudantis, a representação dos subversivos e comunistas e dos principais políticos e militares daquele momento. Para tanto, foi mapeada a produção de imagens fotográficas jornalísticas dos jornais *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* no ano em questão, com intuito de identificar as principais características noticiosas do fotojornalismo paranaense no início do regime militar (pré-Ato Institucional nº5 – AI-5). Com imagens selecionadas para análise, buscou-se avaliar o poder informacional da imagem fotográfica veiculada na imprensa paranaense no período e entender algumas relações existentes entre os periódicos estudados e o sistema político vigente.

O tema foi escolhido pois existe uma lacuna nos estudos da história e da comunicação sobre o fotojornalismo durante o regime militar. O relacionamento da imprensa com o sistema político vigente é destacado em diversas obras, especialmente no que tange a censura e o jornalismo impresso¹ – ocasionalmente, retomam casos que se estendem a

¹ Além das inúmeras dissertações e teses produzidas, existem alguns clássicos sobre a censura na imprensa escrita durante o regime instaurado em 1964. Entre eles estão: MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*. 2.ed. São Paulo: Global, 1980 (este trabalho é exemplificado com exemplos regionais); SOARES, Gláucio Ary Dillon. A censura durante o regime autoritário. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.4, n.10, jun. 1989, p.21-43; AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência* (O Estado de S. Paulo e Movimento). Bauru: EDUSC, 1999; ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Orgs.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003; e JORGE, Fernando. *Cale a boca, jornalista*. 4 ed. rev. e ampl. São Paulo: Vozes, 1992.

televisão. Há obras que tratam da relação censura e a imprensa alternativa², literatura³, cinema⁴, teatro⁵ e música⁶. Contudo, são raras as pesquisas que abarcam a fotografia jornalística no período em questão⁷. Une-se ainda a quase inexistência de trabalhos sobre a dinâmica da imprensa regional – sobretudo do paranaense – no período do regime militar brasileiro⁸. Os estudos que abordam a repressão no Paraná⁹ versam sobre a atuação do regime no estado, não havendo pesquisas sobre a imprensa local. Vale esclarecer que a escolha de *Gazeta* e de *O Estado* se deve ao fato de se tratarem de empresas de origem paranaense. O outro veículo concorrente destes dois periódicos no período era o *Diário do Paraná*, que era vinculado ao grupo *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, com sede em outro estado.

Este trabalho se insere na mudança de perfil, apontada por Carlos Fico (2007), sobre pesquisas que envolvam o regime militar brasileiro implantado em 1964. Segundo o estudioso, o fato é que, embora sempre haja esclarecimentos por se fazer, dificilmente se encontrarão mais revelações no campo da memorialística de esquerda ou da crônica política. Fico (2007, p.173) salienta que o desafio dos pesquisadores se encontra na descoberta de novas fontes capazes de fornecer revelações significativas – mesmo que o principal já tenha sido extraído – e, especialmente, esclarecer detalhes concernentes a atuações individuais, como, no caso deste trabalho, a imprensa paranaense. Para ele, é essa

² Além do trabalho de Aquino e dos trabalhos sobre *O Pasquim*, há: KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991 e MACHADO, José Antônio Pinheiro. *Opinião x Censura*. Rio de Janeiro: L&PM, 1978.

³ Destaca-se: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. 2.ed. ampl. São Paulo: Ateliê Editorial/PROIN-USP-Fapesp, 2002.

⁴ Sobre a censura em filmes cinematográficos, ver: SIMÕES, Inimá Ferreira. A censura cinematográfica no Brasil. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002. p.347-376. Esta obra traz um panorama da censura na história do país e em diferentes meios, sendo uma fonte fundamental para qualquer pesquisa sobre o tema.

⁵ Uma das obras mais recentes é: COSTA, Maria Cristina. *Censura em cena: teatro e censura no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

⁶ Marcos Napolitano escreveu vários trabalhos sobre o assunto, como: NAPOLITANO, Marcos. A MPB sob suspeita: a censura musical vista pela ótica dos serviços de vigilância política (1968-1981). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.24, n. 47, 2004, p.103-126.

⁷ Dois trabalhos em nível de mestrado foram encontrados: OLIVEIRA, Gil Vicente. *Imagens subversivas: regime militar e o fotojornalismo do Correio da Manhã (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 1996 e FÁVARO, Armando. *O fotojornalismo durante o regime militar: imagens de Evandro Teixeira*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). São Paulo, Pontifícia Universidade Católica (PUC), 2009. Há ainda relatos da atividade na época, porém enfatizam o trabalho específico de determinados fotógrafos – normalmente, são textos memorialísticos –, não tratando da conjuntura da imprensa reportando à imagem jornalística.

⁸ Foram localizadas apenas duas dissertações de mestrado com a temática: SILVA, Ana Lúcia da. *Imprensa e ideologia: os jornais paranaenses sob o regime militar (1975-1979)*. Dissertação (Mestrado em História). Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2001 e SAMWAYS, Daniel Trevisan. *Entre a palavra e a ação: uma análise de O Debate e do fazer jornalístico no interior do Paraná durante a ditadura militar brasileira (1964-1976)*. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2009.

⁹ São poucas as obras encontradas. As mais citadas são: HELLER, Milton Ivan. *Repressão democrática: a repressão no Paraná*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; HELLER, Milton Ivan; DUARTE, Maria de Los Angeles González. *Memória de 1964 no Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000; BRUNELO, Leandro. *Repressão política na terra das araucárias: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná*. Dissertação (Mestrado em História). Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 2006 e ZAPARTE, Andréia. *A DOPS e a repressão ao movimento estudantil de Curitiba-PR (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História). Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), 2011.

mudança de perfil e da produção histórica sobre a ditadura militar que permite fazer abordagens com maior rigor factual e que, ao mesmo tempo, proponham leituras, interpretações ou hipóteses explicativas.

Privilegiar 1968 é apenas o pontapé inicial de um projeto posterior – e maior – que abordará o período seguinte à implantação do AI-5 em dezembro daquele ano, pois se entende que, além de ser um ano marcante no sentido de mobilizações contra o regime vigente e pelo seu “fechamento” com o novo ato institucional, este foi um momento representativo para as ações que viriam nos anos seguintes por parte do sistema de governo e da atuação midiática. Assim, não há a intenção de compor novos significados aos movimentos ou acontecimentos do passado. Até mesmo porque, conforme Irene Cardoso (1998, p.10), “a complexidade de 68 e de seu tempo histórico passa por sentidos contraditórios ou ambíguos, que impedem uma construção identitária do acontecimento”. A autora lembra que os feitos daquele período “em maior ou menor grau, dependendo das singularidades históricas das situações dos países em que teve lugar, significou pôr em questão um certo tipo de ordem social, política e cultural”. (CARDOSO, 1998, p.11).

Para dar conta da proposta desta pesquisa, o trabalho está organizado em cinco capítulos, além de introdução e considerações finais. O primeiro, denominado *Imprensa e regime militar: os princípios do novo governo*, busca contextualizar o período estudado. Para tanto, faz uma recuperação da implantação do regime imposto a partir de 1964, quais os princípios que o regeu – a doutrina de segurança nacional – e a atuação dos militares. Realiza um panorama do relacionamento existente entre a imprensa e o novo sistema político, além de abordar o Paraná naquele momento e um breve histórico dos jornais explorados, a *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*, demonstrando sua proximidade com os governantes da época.

O capítulo seguinte – *O poder informacional das imagens jornalísticas* – trata do objeto deste trabalho, o fotojornalismo, a fim de fundamentar as práticas da atividade. Por meio de uma discussão teórica mostra as classificações da atividade e a sua inserção na imprensa desempenhando o papel de “construtora” da realidade. Expõe as características próprias ao fotojornalismo – como discurso e linguagem, além das estratégias para a atração do público à mídia e a complexidade de sua leitura –, procurando demonstrar o poder informacional da imagem fotográfica e as dificuldades de leitura que apresenta.

Na sequência, o capítulo *Os caminhos da pesquisa* explana os procedimentos metodológicos adotados para a feitura do trabalho. Parte da discussão sobre a pesquisa bibliográfica – realizada nos dois capítulos anteriores e explica os procedimentos utilizados na realização da pesquisa com as fontes disponíveis na Biblioteca Pública do

Paraná (BPP), em Curitiba. Primeiro aborda o método da análise de conteúdo, que dá conta do mapeamento das principais características da atividade fotojornalística no ano de 1968, e apresenta a metodologia da iconologia, proposta por Erwin Panofsky, que sustenta a interpretação das imagens.

O próximo capítulo, intitulado *A temática do fotojornalismo na Gazeta e no O Estado em 1968*, apresenta os resultados do mapeamento realizado sobre a atividade nos dois periódicos em questão. Trata-se de um momento bastante quantitativo do trabalho com a apresentação de 19 gráficos, mas que norteia as concepções acerca das temáticas mais e menos exploradas pelos jornais no período. Proporciona o conhecimento por meio de um panorama geral do fotojornalismo e de um levantamento mês a mês do conteúdo dos periódicos e das suas capas, enfocando as editorias e as temáticas das imagens veiculadas. Antes, porém, é realizada uma recuperação histórica específica do ano de 1968, objetivando que os leitores correlacionem os apontamentos da pesquisa com os acontecimentos que emergiam no cenário regional e nacional.

O último capítulo – *As mobilizações estudantis, os subversivos, a censura e os governantes no fotojornalismo paranaense* – aponta as interpretações que cercam as 15 imagens analisadas. Estas foram divididas em quatro grupos: *censura, mobilizações estudantis, comunistas e subversivos, e políticos e militares*. Assim, explora-se algumas das temáticas mais polêmicas do período e apresenta o comportamento dos jornais paranaenses em relação aos temas. Mostra o potencial informacional das imagens fotográficas veiculadas na imprensa em 1968 e consolida os apontamentos sobre a relação existente entre o relacionamento entre a *Gazeta e O Estado* com o sistema político vigente.

Desta forma, este trabalho compreende como a produção e veiculação fotojornalística foi conduzida pelos jornais estudados no que se refere aos temas polêmicos no ano de 1968. Aponta que os dois periódicos se mantiveram durante todo aquele período muito próximos aos governantes militares e distantes de temáticas tidas como polêmicas e posicionamentos que os enquadrassem como opositores do regime. Para isto, não noticiavam assuntos controversos especialmente ocorridos na esfera nacional, enfatizando a veiculação de imagens de acontecimentos regionais e internacionais. A *Gazeta e O Estado* se não se aliaram declaradamente ao regime, tampouco o combateram em suas páginas por meio do fotojornalismo.

2 IMPRENSA E REGIME MILITAR: OS PRINCÍPIOS DO NOVO GOVERNO

2.1 O NOVO SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

Os anos 1960 ficaram marcados como tempos revolucionários. Setores envolvidos com a política, cultura, educação, intelectualidade e até economia almejavam uma nova ordem social. A instabilidade política também marcou este período no Brasil. Logo nos primeiros anos, houve a eleição, posse e renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, que resultou em uma crise em torno da sucessão. A Constituição determinava que o vice-presidente assumisse o posto, mas João Goulart, o Jango, não contava com o apoio de setores da sociedade civil e das forças armadas, pois era considerado herdeiro do varguismo e simpatizante das esquerdas. Segundo Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2006, p.93), “na visão dos grupos conservadores, a sua efetivação no poder representava uma grave ameaça à ordem estabelecida”. Diante da ameaça de um aprofundamento na crise, Jango assumiu o cargo, em 7 de setembro de 1961, com poderes limitados devido à uma emenda constitucional que instituiu o parlamentarismo – o regime deveria ser referendado pela população em um plebiscito em 1965.

No entanto, nem com uma solução comum para crise, os ânimos com o novo governo eram os melhores. O fraco desempenho da economia aumentava, no país, as taxas de desemprego, inflação e déficit externo. Havia ainda a mobilização dos trabalhadores rurais e urbanos envolvendo sindicatos, ligas camponesas, setores da Igreja Católica, estudantes, intelectuais, até mesmo soldados e marinheiros. De acordo com Daniel Aarão Reis Filho (2002, p.437), o receio das elites, multiplicado pela mídia histerizada, insuflou o pânico na classe média.

Os trabalhadores urbanos, já aquinhoados pela legislação social, reivindicavam maior participação no bolo nacional das riquezas e voz nos capítulos das decisões políticas. Os rurais erguiam enxadas e foices, já não se satisfaziam com laborar as terras, queriam ocupá-las e fazer delas propriedade sua; por isso invadiam fazendas, desrespeitando os bons costumes. Os estudantes esqueciam as salas de aula, dedicavam-se a outros estudos e pretendiam intrometer-se em assuntos que não lhe diziam respeito, subvertendo as tradições. O mais estranho, no entanto, é que soldados e marinheiros não mais de comportavam de acordo, ignoravam a disciplina e subvertiam as hierarquias e a ordem propriamente dita. As armas que manejavam, numa situação extraordinária, para onde de soltariam, quais alvos escolheriam? (REIS FILHO, 2002, p.436).

Martins e Luca apontam que a intensificação das reivindicações da força de trabalho e de outros estratos da sociedade civil era apreendida como subversão da ordem estabelecida, versão alardeada pela imprensa. Vale lembrar que na esfera internacional, enfrentava-se a polarização política protagonizada pelos Estados Unidos e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) que tinha em Cuba – com a vitória de Fidel Castro e a instabilidade da hegemonia estadunidense na região – um dos seus mais importantes aliados. Por sua vez, no Brasil, a temida infiltração comunista nos órgãos públicos parecia se materializar na proposta presidencial de realizar “a reforma agrária, na aproximação e negociação direta com os sindicatos, no crescimento do número de greves, na lei de remessa de lucros, na política externa de não alinhamento imediato e irrestrito com as posturas norte-americanas”. (MARTINS; LUCA, 2006, p.95).

Sem o apoio do Congresso Nacional para dar andamento às reformas de base (administrativa, bancária, fiscal, universitária, urbana e, especialmente, a agrária) e pressionado pelos setores mais à esquerda, João Goulart e seus assessores, conforme Martins e Luca (2006, p.97-98), acreditavam que poderiam superar a resistência parlamentar a partir do clamor das ruas. Esperavam que grandes comícios populares atingissem a população e esta funcionasse como fonte de apoio de implementação de medidas por decreto. Entretanto, com discursos inflamados sobre reforma agrária, contenção de aluguéis, extensão do direito de voto aos analfabetos e praças, entre outros temas, o resultado foi quase que o inverso, uma vez que a estratégia acabou colaborando para os rumores acerca das veleidades ditatoriais e comunistas do presidente.

Especialmente depois do comício realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, as repercussões e as manifestações contrárias ao presidente se fortaleceram. Setores da sociedade civil e militar que ainda não haviam se manifestado contra Jango o fizeram. A maior parte da grande imprensa, que já não o apoiava desde sua posse, passou a se posicionar de maneira enfática contra o presidente e suas formas de governar.

Na madrugada de 1 de abril de 1964, ocorreu a deposição de João Goulart por meio de uma operação militar¹⁰. Aconteceu sem resistência e com significativa articulação

¹⁰ Normalmente as referências bibliográficas discutem a operação militar de 1964 como sendo golpe ou revolução – como os próprios militares envolvidos tratavam. No entanto, segundo Maurício Dias (2011), o processo ocorrido no Brasil naquele ano diverge destes dois modelos, pois apresenta características próprias, como, por exemplo, a alteração no papel de “poder moderador” exercido até então pelos militares. Seus elementos básicos de julgamento – a face política e o modelo econômico-social – definem-no como um regime militar autoritário, centralizador e burocratizante, mas de consequências econômicas modernizadoras. “Analisado pela superfície da crise político-institucional, 1964 identificou-se como um movimento político-militar conservador, em oposição às ‘reformas de base’ nacional-populistas e à participação política de setores populares, tradicionalmente excluídos do pacto de poder. Enquanto expressão de interesses de classes – com

civil e da imprensa. Governadores de outros estados, entre eles o do Paraná, e parlamentares de menos evidência se manifestaram em favor da intervenção. Dias antes, segundo Milton Ivan Heller e Maria de Los Angeles Duarte (2000, p.55), o então governador paranaense Ney Aminthas de Barros Braga, o Ney Braga, afirmou em um programa de televisão que “as forças armadas estão aí para defender o regime democrático e a legalidade que sempre defenderam”. Já no dia 1º de abril, o governador teria declarado: “o Brasil está livre e nele vingará a democracia cristã”. (HELLER; DUARTE, 2000, p.56).

Para Thomas Skidmore (1988, p.45), os conspiradores militares e civis que depuseram João Goulart tinham dois objetivos: frustrar o plano comunista de conquistar o poder e defender as instituições militares e ainda reestabelecer a ordem de modo que pudessem executar reformas legais. Para tal, a primeira atitude tomada foi assumir o cargo. A Constituição especificava que, como não havia um vice-presidente pois Jango originalmente o era, o próximo a ocupar a Presidência seria o presidente da Câmara dos Deputados por 30 dias enquanto o Congresso tratava de eleger um novo governante. A sucessão, porém, apesar das especulações dos políticos civis, pertencia aos militares e seria decidida nos bastidores. E assim foi. O nome escolhido pelo Comando Supremo da Revolução foi o de Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado Maior do Exército e coordenador da conspiração militar, que tomou posse em 14 de abril de 1964.

O novo regime tratou de excluir os “elementos subversivos” e criou poderes para cassar mandatos parlamentares, suspender direitos políticos, demitir funcionários públicos, decretar estado de sítio e propor reformas constitucionais. Conforme Martins e Luca (2006, p.101-102), muitos foram presos e outros procuraram asilo político; publicações identificadas com reivindicações políticas, partidárias ou ideias de esquerda, o Partido Comunista (PC), as Ligas Camponesas, o movimento estudantil e setores progressistas da Igreja Católica foram os primeiros a sentir o peso da nova ordem.

Restava saber se aquela reunião de forças que atuou na queda de João Goulart demoraria a apresentar fissuras. Segundo Reis Filho (2002, p.438):

expressiva mobilização dos grupos dirigentes e respaldo das classes médias – caracterizou-se pela rearticulação política do empresariado nacional, ligado ao capitalismo internacional, correspondendo internamente ao extrato moderno da burguesia industrial. De importância maior que um simples acidente no processo político brasileiro, o movimento de 31 de março de 1964 ficou, pela sua natureza, tão distante de uma revolução quanto de um golpe de Estado.” (DIAS, 2011, s./p.)

A gritaria não se fez esperar. Os aliados de ontem não aceitaram as novas regras do jogo, ou melhor, as regras de um novo jogo. Houve, então, a reviravolta: os grandes jornais liberais, conluídos com os pretendentes frustrados ao trono da presidência imperial brasileira – agora marginalizados, aguerridos defensores da derrubada do regime anterior, *vivandeiras* dos militares açulados –, encontraram-se, de súbito, na oposição.

A oposição começava a se formar. Assim, antes de tratar do que realmente é o cerne deste capítulo – o relacionamento existente entre os meios de comunicação e o sistema político vigente – é importante entender qual a linha de pensamento que norteava as atitudes do novo governo. Assim, faz-se necessário entender a doutrina de segurança nacional e sua influência nos militares do período.

2.2 A ATUAÇÃO DOS MILITARES E A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

As Forças Armadas sempre se apresentaram como atores políticos na história brasileira. Desde a Proclamação da República, em 1889, passando pela derrubada da República oligárquica, em 1930 – que permitiu a instauração do Estado Novo –, pela deposição de Getúlio Vargas, em 1945, e até a garantia da posse de Juscelino Kubitschek, em 1955, os militares estiveram envolvidos com a política nacional.

Ao analisar o papel das Forças Armadas no processo político brasileiro, Nilson Borges (2007, p.16) elenca duas fases. Na primeira, antes de 1964, quando os militares intervinham na política, limitavam-se a restabelecer a ordem institucional e retornavam aos quartéis, exercendo a função arbitral-tutelar¹¹. Na segunda fase, após de 1964 e sob a égide da doutrina de segurança nacional, quando os militares assumiriam o poder, depois de destituir João Goulart, afastariam os civis da participação e decisões políticas, “transformando-se em verdadeiros atores políticos, com os civis passando a meros coadjuvantes no sentido de dar ao regime uma fachada de democracia e legitimidade”.

O intervencionismo militar foi uma constante na história do país. “As Forças Armadas eram reconhecidas como poder moderador, pois tal prerrogativa ‘estava implícita no próprio texto institucional ao subordinar a ação como aparelho do Estado, dentro dos limites da lei.’” (BORGES, 2007, p.17). O autor explica que o intervencionismo militar seria legítimo quando a autoridade maior transpusesse, a critério das Forças Armadas, os limites da legalidade.

¹¹ “Isto é, com a ameaça ou em meio a uma crise institucional, os militares deixaram os quartéis e intervinham na ordem política para, logo em seguida, transferir o poder aos civis.” (BORGES, 2007, p.16).

O regime militar instaurado em 1964 estabeleceu novas especificações para o papel das Forças Armadas no processo político, abandonando sua ação arbitral-tutelar e passando a exercer uma multiplicidade de funções políticas e administrativas. A justificativa ideológica para a tomada de poder e a modificação de sua estrutura foi encontrada, segundo Borges (2007, p.20), na doutrina de segurança nacional, ministrada na Escola Superior de Guerra “cuja criação, em 1949, com assistência técnica norte-americana e francesa, tinha por objetivo treinar pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional”.

“Objetivamente, a Doutrina de Segurança Nacional é a manifestação de uma ideologia que repousa sobre uma concepção de guerra permanente e total entre o comunismo e os países ocidentais”, define Borges (2007, p.24). O autor – e os grifos são seus – explica que ao regime fundado sob o amparo desta doutrina se atribui uma *vocação revolucionária* destinada a modificar o *status quo*, considerando-se uma nova autoridade autoidada. A nova autoridade, tendo em vista sua condição *revolucionária*, acredita ser a dona de um poder suficiente para eliminar os fatores adversos que perturbem a ordem e capaz de adotar medidas visando assegurar e consolidar o movimento *revolucionário* e impor seus limites.

A doutrina de segurança nacional trabalha, de acordo com Borges (2007, p.30), com quatro conceitos principais: os *objetivos nacionais*, o *poder nacional*, a *estratégia nacional* e a *segurança nacional*. Os *objetivos nacionais* se dividem em permanentes e atuais, sendo que os primeiros são objetivos políticos que resultaram da interpretação dos interesses e aspirações nacionais e que os segundos são derivados da análise da conjuntura dos “aspectos refratários à realização dos objetivos nacionais permanentes”. O *poder nacional* é entendido como instrumento de que a política se utiliza para alcançar os objetivos nacionais. Já a *estratégia nacional* é a forma de preparar e aplicar o poder nacional para alcançar ou manter os objetivos fixados pela política nacional. A *segurança nacional*, por sua vez, é a capacidade que o estado dá à nação para impor seus objetivos a todos os movimentos, segmentos ou grupos oponentes.

A essência da Doutrina de Segurança Nacional reside no enquadramento da sociedade nas exigências de uma guerra interna, física e psicológica, de característica anti-subversiva contra o inimigo comum. A partir desse ponto de vista, a Doutrina converte o sistema social em sistema de guerra, ou seja, ‘o sistema social condicionado pelas perspectivas da violência, que contém diretamente ou indiretamente um grau real de repressão que serve de fundamento a estas perspectivas e que incorpora nos seus mitos e seu folclore uma cosmologia de guerra’. (BORGES, 2007, p.29).

As Forças Armadas assumiram, então, a função de partido da burguesia, “manobrando a sociedade civil, através da censura, da repressão e do terrorismo estatal, para promover os interesses da elite dominante, assegurando-lhe condições de supremacia em face do social”. (BORGES, 2007, p.21). Os partidos estavam divididos entre o partido do governo – a Arena (Aliança Renovadora Nacional) – e a oposição consentida – o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) –, sendo meros coadjuvantes no cenário político e impossibilitando que a classe civil se tornasse o centro das decisões políticas. No Brasil, a doutrina de segurança nacional serviu também para abolir dois dos principais fundamentos do regime democrático liberal: a subordinação dos militares ao poder civil e a não-intervenção no processo político. Além disso, serviu para um novo profissionalismo dos militares que não se limita a um novo tipo de militar, mas se refere a um militar que assume aberta e agressivamente um papel que consiste em intervir e tomar posse da política.

Não restam dúvidas de que a Doutrina aumentou o sentimento corporativista das Forças Armadas brasileiras, contribuindo, também, para um novo projeto político para o país, em que o militar passa a exercer uma função de decisão e impondo aos militares em geral uma ação do tipo institucional, de salvadores da pátria e a serviço do bem comum. (BORGES, 2007, p.34).

A luta política, na concepção da doutrina, é entendida como uma forma de guerra interna por conta das estratégias globais de guerra interna e da luta antissubversiva. “A guerra interna é, pois, uma guerra total e permanente, o que vai atribuir um forte papel, na sociedade civil, aos aparelhos de segurança e informações que agem, preferencialmente, pela violência, com suas táticas de guerra e métodos desumanos (tortura física).” (BORGES, 2007, p.28). As ações na guerra total não são só militares, pois se convertem em um outro tipo de guerra, a psicológica, na qual o terror é utilizado diretamente a fim de intimidar o inimigo (interno) e dissuadir os indecisos. “O uso sistemático dos órgãos de segurança e informação, através da tortura, do assassinato, do desaparecimento de pessoas e de prisões arbitrárias, é forma de guerra psicológica colocada em prática pelo Estado de Segurança Nacional.” (BORGES, 2007, p.29).

Borges (2007, p.31) assinala que a aplicação da doutrina de segurança nacional contra o inimigo interno levou o estado brasileiro a adotar dois tipos de estruturas defensivas: o aparato repressivo (responsável pela coerção) e a rede de informações (formal e informal, cuja principal atribuição respondia pela identificação de inimigo interno, situado no próprio aparelho do estado ou na sociedade civil). Para alcançar este objetivo, os militares precisavam formar um aparato de informações a fim de acompanhar o que acontecia na nova

ordem constitucional. Criado logo após o início do governo de Castelo Branco, cabia ao Serviço Nacional de Informações (SNI) cumprir esta função. A criação do SNI deu início, conforme Borges (2007, p.39), “à rede de aparato repressivo do Estado, a desarticulação do Congresso Nacional e, mais tarde, o desaparecimento do sistema pluripartidário, com a publicação do Ato Institucional nº 2, permitiram ao general-presidente Castelo Branco instaurar o *Estado de Segurança Nacional*”. Foram as medidas do AI-5, em 1968, no entanto, que consolidaram a doutrina e transformaram o Brasil em um estado de segurança interna absoluta, sendo a violência a dinâmica do regime, mediante a articulação dos diversos aparatos repressivos disponíveis e a serviço do terrorismo estatal.

Segundo Leandro Brunelo (2006), em cada comando militar deveria ser instalado um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações Internas (DOI), ficando sob a responsabilidade do comando militar no qual estivessem atuando. No segundo semestre de 1970, o CODI e o seu executor, o DOI, foram montados em várias regiões brasileiras. Em 1971, o CODI e o DOI foram instalados na 5ª Região Militar (5ª RM), em Curitiba. Assim, o sistema de repressão se mostrou atuante e operacional em vários estados e a estrutura CODI-DOI, inicialmente nucleada em São Paulo devido à montagem da Operação Bandeirantes (OBAN), “acabou estendendo os seus tentáculos para outros locais e junto deles transportando a institucionalização da tortura como prática recorrente à preservação da segurança interna”. (BRUNELO, 2006, p.61).

Com intuito de proteger a ordem social contra infiltrações de natureza comunista era preciso, conforme Brunelo, levar a efeito programas austeros de fiscalização, de vigilância e de prisões que também eram planejadas e executadas pelas polícias políticas presentes em cada estado brasileiro. Destaca-se a atuação dos agentes policiais da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), que eram subordinadas às Secretarias Estaduais de Segurança Pública (SESP).

Brunelo explica que no Paraná, especificamente, as atividades que consistiam em vigiar e exercer um determinado controle na sociedade, iniciaram-se no início do século XX pela Chefatura de Polícia. Na década de 1920, foram exercidas pelo Comissariado de Investigação e Segurança Pública, até se transformar na Delegacia de Ordem Política Social, em março de 1937. Durante seu tempo de existência, até 1989, a atuação da entidade foi norteadas por períodos em que o órgão policial orientava suas investigações para um determinado assunto, grupo social ou instituição.

No período que vai de 1920 até 1930 há uma grande preocupação do órgão com o movimento operário, sobretudo em relação aos militantes anarquistas e anarco-sindicalistas. No período de 1930-1945 a preocupação se volta, primeiramente para os movimentos tenentistas e depois, com a adesão do Brasil ao lado dos países aliados, em 1942, durante a Segunda Guerra, contra os imigrantes estrangeiros dos países do eixo, mais detidamente alemães e japoneses. No período 1945-1964 a preocupação se centra nos movimentos sociais e nas atividades do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Já no período 1964-1979, as diligências vão ser direcionadas aos militantes dos partidos de esquerda, sobretudo do PCB e daquelas organizações que se envolveram na luta armada, bem como do movimento estudantil. E por fim, o período que compreende 1979-1989 é dedicado aos movimentos populares e de direitos humanos na luta pelo fim da ditadura militar. (PRIORI *apud* BRUNELO, 2006, p.62).

Percebe-se, então, que no período do regime militar no Paraná as atividades dos órgãos de segurança foram direcionadas aos militantes de partidos de esquerda, às organizações de luta armada e ao movimento estudantil. O tratamento que os jornais *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* dão a notícias em torno destes setores será melhor apresentado no sexto capítulo deste trabalho.

2.3 A IMPRENSA E O RELACIONAMENTO COM O REGIME

O bloco de setores que se uniram na articulação para a queda de João Goulart não demorou a apresentar rachaduras. Martins e Luca afirmam que no interior das forças militares se definiram dois grupos: o Sorbonne (associado aos quadros que haviam frequentado a Escola Superior de Guerra e em referência à renomada universidade francesa) e a linha dura (formada por oficiais, na maioria jovens, que defendiam o fechamento do regime). “Tal disputa marcou todo o período da ditadura militar e desempenhou papel fundamental nas mudanças do regime.” (MARTINS, LUCA, 2006, p.102). Na área civil, conforme o governo acumulava desgastes políticos, não conseguindo apoio do Congresso para aprovar reformas, sofrendo crescentes denúncias de abuso de poder e encontrando resistências para o plano de crescimento econômico e no controle da inflação à custa do amplo arrocho salarial, os admiradores de nova ordem começaram a apresentar discordâncias.

Advogados em nome dos direitos humanos de presos e perseguidos. Padres e bispos em defesa dos princípios cristãos. Jornalistas pela liberdade de imprensa. Humoristas pela sobrevivência da crítica. Artistas em defesa da arte. Políticos ainda interessados em eleições. Cobranças de combinações ainda por esclarecer. E ambições por postos já ocupados. Veiculando os humores, expandindo os rumores, tentando orquestrar o tumulto emergente, os jornais liberais ofendidos. Não haviam dado a mão ao

golpe para os militares se eternizarem no poder. E os políticos postos de lado: em nome da democracia, não agrediriam o calendário eleitoral. E os padres: em nome do Cristo, não desencadeariam a intolerância. E os homens de boa vontade: em nome da paz, não criariam um deserto. (REIS FILHO, 2002, p.439).

Nadine Habert explica que, frente a este contexto de fissuras, para a viabilização do projeto ditatorial, foi preciso uma complexa e ampla máquina de repressão política, eufemisticamente denominada “comunidade de informação”, encabeçada e centralizada pelo SNI. Desde o início, visava-se impedir e desarticular qualquer manifestação de oposição ao regime, tendo como alvo principal as organizações de esquerda. “O chamado ‘combate à subversão’ passou a justificar a total liberdade de ação desta máquina repressiva, espalhando o terror sobre a sociedade.” (HABERT, 1994, p.27).

A “comunidade” se amparava, de acordo com Carlos Fico, em pilares básicos de qualquer ditadura: a espionagem, a polícia política e a censura. “Subsidiariamente, contaram também com a propaganda política, realizada por militares moderados que, não obstante, forneceram suporte ideológico para suas ações.” (FICO, 2007, p.175).

O autor esclarece que não se pode falar propriamente no “estabelecimento” da censura durante o regime militar, pois ela nunca deixou de existir. Segundo Fico (2007, p.187-188), livros, jornais, teatro, música e cinema “sempre foram atividades visadas pelos mandantes do momento e, muitas vezes, tratadas como simples rotina policial, pois as prerrogativas de censura de diversões públicas sempre foram dadas aos governos de maneira explícita, legalizadamente”. Instrumentos reguladores, como a Lei de Imprensa¹², classificações etárias e proibições de “atentado à moral e aos bons costumes” possibilitaram a existência de mecanismos censórios – que contavam ainda com o benefício da legitimação que largas parcelas da população concediam, considerando-os “naturais”. Assim, a censura exercida sobre a imprensa estaria inserida no projeto dos militares. Para Fico (2004, p.90), a

¹² Os atos de exceção editados ao longo de dois anos retalharam a Constituição e conduziram à necessidade de uma reestruturação constitucional, sendo uma delas a criação da Lei de Imprensa, que tinha o objetivo de regular vários aspectos concernentes ao tema. Contudo, segundo Antonio Costella (2011) sempre houve outros elementos que legislaram contra a imprensa, como diversos dispositivos constitucionais, atos institucionais e até a Lei de Segurança Nacional. A Lei de Imprensa, que entrou em vigor em 14 de março de 1967, passou a reger vários “abusos” de imprensa: divulgação de notícias falsas capazes de por em perigo o nome, a autoridade e crédito ou prestígio do Brasil; ofensa à honra do presidente de qualquer dos poderes da União; incitação à guerra ou à subversão da ordem político-social, à desobediência coletiva às leis, à animosidade entre as forças armadas, à luta entre as classes sociais, à paralisação dos serviços públicos, ao ódio ou à discriminação racial; propaganda subversiva; incitamento à prática de crimes contra a segurança nacional. Costella (2011) aponta que o julgamento dos delitos era competente ao foro militar. Em 1968, com a implementação do AI-5, a legislação de imprensa sofreu um abalo, especialmente porque o presidente da República conquistou poderes para a imposição de censura prévia sobre os meios de comunicação. Bastava, para tanto, que julgasse o ato “necessário à defesa da Revolução”. No ano seguinte, acrescentou-se não serem toleráveis também “as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes”. “Por tais e tantos artifícios, a liberdade de imprensa, ainda que consagrada no texto constitucional vigente, continuava a ser letra morta no plano da realidade.” (COSTELLA, 2011).

inconstitucionalidade da censura à imprensa não se sustenta, pois peca por não se dar conta da globalidade das ações repressivas, pertencentes ao projeto que presidiu a institucionalização dos “sistemas” de segurança interna, de espionagem e de “combate à corrupção”.

A censura política da imprensa foi apenas mais um instrumento repressivo. Tal como a institucionalização do ‘Sistema Codi-Doi’, a censura da imprensa foi implantada através de diretrizes sigilosas, escritas ou não. Evidentemente para um regime que afirmava que a ‘revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma’, a questão da constitucionalidade da censura da imprensa era um simples detalhe. Ela foi implantada porque era indispensável a ‘utopia autoritária’ dos radicais vitoriosos em 1968. (FICO, 2004, p.90).

Desta forma, segundo Paolo Marconi, como a censura política às informações, no Brasil, não era assumida, o que aparentemente existia era um cerceamento, que visava a moral e os bons costumes, exercido pela Polícia Federal, na música, teatro, televisão e cinema. “Já a censura política à imprensa era feita de maneira sorrateira, como que envergonhada” (MARCONI, 1980, p.56), apesar da edição do AI-5 ter institucionalizado a ingerência governamental – mas não a oficializado. Para Marconi, as proibições impostas à imprensa serviram mais para encobrir o caráter sanguinário e as mazelas do regime, anestesiar a opinião pública a respeito do “milagre econômico” e garantir a sua sobrevivência do que defender a “segurança nacional”. Fico (2007, p.192) complementa que a “ação da censura de diversões públicas da ditadura uma mistura sombria de concepções arcaicas, preconceitos, pensamento autoritário e jargão conceitual emanado das lucubrações da chamada doutrina de segurança nacional”.

Segundo Marconi (1980, p.46), os jornalistas brasileiros, sem qualquer incentivo de resistência por parte dos donos dos órgãos de imprensa, pouco podiam fazer, logo poucos se empenharam publicamente na luta contra a censura. A maioria dos veículos se acomodou, “preferindo conviver pacificamente com a censura, para evidente prejuízo de seus leitores, ouvintes e telespectadores. Outros tiveram de fechar, à espera de tempos de menor intolerância”. (MARCONI, 1980, p.98-99).

As historiadoras Martins e Luca (2006) afirmam que vários estudos têm insistido na complacência recíproca entre regime e empresas jornalísticas, afinal, se os proprietários dos meios de comunicação se opuseram à censura, não se pode garantir que se posicionaram de forma decidida contra os preceitos do regime em si. Para as autoras, esta conivência pode ser atestada pelo fato de o governo não haver criado seus próprios veículos de comunicação, além da grande modernização por qual passaram os grandes jornais do país.

A grande maioria da imprensa submeteu-se à autocensura e foi mesmo além, uma vez que ‘frequentemente os jornais resvalavam para o colaboracionismo veiculando *notícias* plantadas pela polícia sobre *fugas* ou *atropelamentos* de presos políticos, indiscriminadamente chamados de *terroristas*’. (MARTINS; LUCA, 2006, p.110. grifos das autoras).

As autoras ressaltam que tais facilidades não estavam disponíveis para a imprensa alternativa, que floresceu durante a ditadura militar. Estes periódicos compartilhavam a “oposição intransigente ao regime militar e atuaram como espaço de reorganização política e ideológica das forças de esquerda, num momento em que poucos ousaram desafiar a ordem estabelecida”. (MARTINS; LUCA, 2006, p.111).

Maria Aparecida de Aquino (1999) aponta que são muitas e variadas as formas de atuação da censura na imprensa escrita. Existe um tipo que se exerce internamente e por ser denominado como empresarial, pois é fruto de pressões econômicas, às quais os órgãos de imprensa cedem devido à parcela significativa de suas receitas serem oriundas da publicidade. Tanto proprietários quanto anunciantes podem se sentir incomodados com a divulgação de determinadas notícias, interferindo na veiculação da informação. “Esse tipo de censura, entretanto, independe do contexto histórico, sendo inerente à estrutura de uma empresa capitalista, obrigada a fazer concessões e a ceder a pressões.” (AQUINO, 1999, p.222).

Outro tipo de censura, que vigora em um momento histórico preciso e determinado, atua, conforme Aquino, de forma externa em relação às redações dos periódicos: “trata-se de censura política, exercida pelo Estado que, para proteger seus interesses, interfere na divulgação de informações, determinando o que pode ou não ser veiculado”. (AQUINO, 1999, p.222). A censura política à imprensa escrita no Brasil agiu de duas formas: por meio de bilhetes e telefonemas, anônimos ou não, e de acordos fechados com os proprietários de grandes órgãos de comunicação; e por meio da censura prévia, com censores (na maioria, policiais) revisando todo o material a ser divulgado. Para a historiadora, esses acordos têm a finalidade de decidir sobre o que deve ou não ser publicado e sua aceitação implica na contrapartida da autocensura. Aquino (1999, p.222) frisa que a autocensura diz respeito à aceitação, “por parte das direções e de todos aqueles ligados na produção das matérias, das ordens transmitidas pelos organismos governamentais, o que não se pode afirmar com certeza, uma vez que nem sempre era explicitado de onde vinha exatamente a ordem”. A autora completa que a autocensura representa uma capitulação, uma vez que o papel censório é transferido do Estado para a direção da empresa jornalística.

Segundo Bernardo Kucinski (2002), tanto a censura prévia como o confisco de uma edição já impressa provocariam grandes prejuízos aos órgãos de comunicação. Assim, para ele, parte de imprensa encontrou na autocensura a solução para este problema.

Antecipando-se a essas represálias, imprevisíveis, tentando adivinhar as idiosincrasias do sistema, jornalistas, editores e donos de jornais esmeravam-se na autocensura, no controle antecipado e voluntário de informações. Esse exercício generalizado da autocensura, estimulado por atos isolados de censura exógena *manu militari*, determinou o padrão de controle da informação durante dezessete anos do regime autoritário, sendo os demais métodos, inclusive a censura prévia e os sucessivos expurgos de jornalistas, acessórios e instrumentais à implantação da autocensura. (KUCINSKI, 2002, p.536).

Kucinski salienta que a autocensura mina a integridade do ser, pois este aceita a restrição da sua liberdade e se torna, ao mesmo tempo, agente e objeto da repressão. “Ao autocensurar-se, o jornalista assume a responsabilidade adicional de aferir e decidir o que é bom para o leitor e o que não é” (KUCINSKI, 2002, p.538), violando a ética do jornalismo liberal. Hoje, segundo o autor, é natural ao jornalista brasileiro deixar de revelar parte das informações que possui. É a autocensura como estratégia de sobrevivência, em um ambiente redacional autoritário, incorporada ao *ethos* jornalístico na democracia pós-autoritária brasileira.

Aquino, por sua vez, frisa que alguns trabalhos que têm a censura como um dos seus aspectos acabaram construindo uma imagem estereotipada da própria censura, da imprensa e do estado vigentes durante o regime militar.

Que imagem é essa?

A de uma censura unilinear e aleatória que age ao sabor das circunstâncias e ao gosto do ‘censor de plantão’, sem sujeição a uma lógica historicamente construída no interior do regime autoritário.

A de um Estado todo-poderoso, dotado de uma vontade única, ausente de contradições internas e de interesses diferenciados, condutor dos destinos da nação, tanto no momento em que recrudescer a repressão, como quando encampa o projeto de ‘distensão’ política, transformado em ‘abertura lenta, gradual e segura’.

A de uma imprensa vítima do algoz censório que atua indivisa na batalha pela restauração da plena liberdade de expressão. (AQUINO, 2002, p.515).

A autora sugere que para encontrar explicações para a diversidade de atuações dos mecanismos censórios é preciso levar em conta duas variáveis. A primeira considera que é preciso entender que o estado não é um ente autonomizado em relação à

realidade social. “É sim fruto das conflituosas relações que ocorrem na sociedade civil. Mais ainda, é expressão da correlação de forças sociais, inclusive no interior das camadas dominantes e das contradições oriundas das tensões entre essas mesmas forças.” (AQUINO, 2002, p.530). Conforme Aquino, o regime não ficou inerte a essas contradições. A segunda variável assinala que não se pode considerar o exercício à censura como aleatório, embora se observasse que os censores individualmente foram responsáveis pela diversidade de atuação censória. “Houve lógica na censura prévia e ela foi sensível às diferenças dos órgãos de divulgação que vetou, atacando com precisão o ponto em que cada um deles seria considerado mais perigoso na óptica governamental.” (AQUINO, 2002, p.531).

Conhecendo melhor a estrutura ideológica e operacional do sistema político autoritário implantado no Brasil, em 1964, cabe entender também como o Paraná e a imprensa do estado se inseriam neste contexto.

2.4 IMPRENSA E PODER NO PARANÁ DURANTE A DÉCADA DE 1960

“Não há poder sem imprensa e nem imprensa sem poder. Ambos estão historicamente relacionados.” Assim Luiz Gonzaga Motta (2002, p.13) inicia o livro *Imprensa e poder*. Contudo, o autor logo ressalta que isto não significa que os meios tenham sido, historicamente, apenas um instrumento nas mãos do poder e que existe imprensa independente. “Quer apenas dizer que todo governo, como expressão de um poder, fez e continua fazendo uso da imprensa e de outras formas de persuasão para criar melhores condições de governabilidade.” (MOTTA, 2002, p.14). Motta pondera que a imprensa é um instrumento da democracia apesar de estar vinculada à vigilância pública exercida por quem está no poder no momento.

Da mesma forma que a imprensa é uma instituição historicamente vinculada à vigilância pública pelo poder em exercício, para a manutenção e a reprodução da ordem instituída, ela é um instrumento do exercício da democracia. É por meio da imprensa – seja ela burguesa ou popular alternativa – que as queixas e as reivindicações populares se expressam, ainda que muitas vezes sem a consistência e a permanência das visões dominantes. (MOTTA, 2002, p.14).

Para Motta (2002, p.15), neste dualismo reside um paradoxo. Se a imprensa pode ser uma ferramenta do poder instituído ou de resistência e de oposição a esse poder, paradoxalmente, pode pender para um ou para outro lado, dependendo do momento, do contexto histórico. “São condições concretas da luta política local, de cada nação, de cada

governo, de cada cidade e de cada povo que vão revelar a tendência do pêndulo político da imprensa. O paradoxo revela, assim, que não existe imprensa sem inserção política.”¹³

Segundo Daniel Trevisan Samways (2009), no Paraná, políticos de renome possuíam ligações com a imprensa não apenas pelo fato de concederem empréstimos por meio de bancos estatais, mas por serem donos ou acionistas de grandes jornais. O jornal *O Estado do Paraná* foi criado em 1951 para dar sustentação política ao então governador do estado, Munhoz da Rocha. Por sua vez, Moisés Lupion era acionista do jornal *O Dia* e da *Gazeta do Povo*, tendo cinquenta por cento das ações. “Lupion e Munhoz da Rocha foram políticos de prestígio no estado, alcançando notoriedade nacional. Lupion governou o estado entre 1947 e 1950, pelo Partido Social Democrata (PSD), sendo reeleito entre 1955 e 1960, e Bento Munhoz da Rocha entre 1951 e 1955.” (SAMWAYS, 2009, p.50). O autor lembra que o jornalista Freitas Neto, que foi convidado para participar da criação de *O Estado*, observou que os próprios jornalistas estavam, de certa forma, ligados aos interesses e compromissos políticos dos respectivos jornais. Conforme Freitas Neto (*apud* SAMWAYS, 2009, p.50-51), na “Gazeta, por exemplo: quase todos os profissionais eram do Partido Social Democrata. O Pinheiro Júnior, que foi deputado, era o redator-chefe”.

Samways aponta que o relacionamento existente entre os meios de comunicação e os políticos pode levar a um jornalismo parcial e pouco preocupado com as notícias.

Esta relação entre imprensa e poder pode transformar-se, por certo, em um jornalismo parcial, que ao invés de noticiar os fatos, acaba por realizar o trabalho de encobrir aquilo que possa prejudicar a imagem de seus proprietários, aqui os próprios governantes. Ou quando esses encontram-se afastados de cargos políticos, a imprensa pode tornar-se uma poderosa arma nas mãos daqueles que buscam atacar seus adversários, visando um possível retorno ou uma escalada ao poder. Não foram poucos os casos na história nacional onde políticos de prestígio possuíam cotas em empresas jornalísticas ou quando eram aqueles que detinham a maioria do capital. Em outros casos, contavam com o apoio dos jornais e dos jornalistas, como foi o caso de *O Estado do Paraná*, criado para apoiar Munhoz da Rocha. (SAMWAYS, 2009, p.51).

A viciosa relação entre proprietários de um jornal, seja o de grande circulação ou um pequeno jornal interiorano, não responde somente a interesses propriamente comerciais. Para Samways (2009, p.52), serve também a interesses que perpassam pelo

¹³ Motta (2002, p.15) assinala que a política não é a única instância de ação política. Ela desempenha igualmente funções econômicas, entendidas como o estímulo o consumo de bens por meio dos anúncios; culturais, que veicula e consolida hábitos, costumes e gostos; e jurídico-institucional, compreendida como legitimadora de regras éticas e morais socialmente aceitas. “Mas essas funções são complementares à política, quando entendemos política como relações de poder.”

campo político, com troca de benefícios, mergulhados em uma poderosa rede de influência, não podendo ignorar o papel exercido por estas empresas em períodos eleitorais, por exemplo, quando os ânimos e as paixões políticas marcaram inúmeras manchetes dos veículos por todo o país.

Na década de 1960, o Paraná vivia em torno de um discurso pela “modernização” e seus governadores construíam uma imagem pública de homens comprometidos com o progresso e desligados das administrações anteriores¹⁴. No livro *Paraná reinventado*, de responsabilidade do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES), afirma-se que a ideia de um território pujante, capaz de ampliar rapidamente suas lavouras e produzir excedentes comerciais, “gerando maior saldo comercial favorável, remete o interlocutor à conclusão de encontrar-se diante de um estado de economia dinâmica e co-responsável pela superação dos impasses econômicos nacionais”. (IPARDES, 2006, p.93). Porém, há duas possibilidades para tal situação. Ou se mantém a estrutura produtiva, vista como incapaz de responder aos desafios paranaenses, ou se investe na reorganização da economia, priorizando outros setores da produção. “Esse parece ser o desafio assumido pelo Executivo paranaense, procurando imprimir novos sentidos às suas práticas de governo.” (IPARDES, 2006, p.93-94).

A obra se referia aos governos de Ney Braga e Paulo Cruz Pimentel. Na convenção de 1965, Paulo Pimentel derrotou o candidato apoiado pelo então governador Ney Braga¹⁵, Affonso Alves de Camargo Netto, por 781 a 338 votos. Pimentel também venceu Bento Munhoz da Rocha, que, além de ser ex-governador e ex-ministro da Agricultura, era apoiado pelos militares que tinham assumido o poder. Naquele ano, a situação em relação à esfera federal só saiu vitoriosa em Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Pará; já a oposição conquistou o Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Alagoas e Maranhão. “No Paraná não perdeu nem ganhou mas o candidato preferido dos militares era Bento.” (HELLER; DUARTE, 2000, p.59).

Na Assembleia Legislativa do Paraná, com a extinção dos partidos pelo AI-2, a maioria dos políticos procurou abrigo na legenda da Arena, que recebeu adesão de 34 deputados contra seis indecisos e cinco do MDB. Ressalte-se que, logo após a posse de

¹⁴ O discurso de Bento Munhoz da Rocha Netto (1951-1955) e Moysés Lupion (1947-1951 e 1956-1961) se caracterizaram pela necessidade de ocupação do território e por um conjunto de práticas voltadas à disciplinarização e higienização de uma população. Outra questão criticada se refere ao tratamento inadequado dado às necessidades básicas da população como saúde, educação e segurança. (IPARDES, 2006, p.94-100).

¹⁵ “Antes de transmitir o cargo a Paulo Pimentel, Ney Braga foi nomeado ministro da Agricultura e a linha dura se mobilizou contra a posse do vice Affonso Alves de Camargo Netto, que era considerado político de esquerda. A Assembléia agiu rapidamente elegendo o então secretário da Fazenda, Algacyr Guimarães, que assumiu a cadeira que Ney Braga deixou vaga, tendo como vice o secretário de Viação Alípio Ayres de Carvalho.” (HELLER; DUARTE, 2000, p.60).

Castelo Branco e enquanto se elegia uma nova mesa, sucediam-se as listas de cassações na assembleia paranaense. Para evitar medidas restritivas e as intermináveis listas de cassação, segundo Heller e Duarte (2000, p.57), deputados concederam o título de Cidadão Paranaense ao comandante da 5ª Região Militar, general Dario Coelho, e ao marechal Castelo Branco. Segundo Heller e Duarte (2000, p.60), “perfilar-se com a oposição era uma temeridade, tanto mais que em 5 de fevereiro de 1966 o governo baixou o AI-3, introduzindo eleições indiretas para governadores. A situação que já era ruim ficou pior.”

Apesar das críticas feitas aos governos anteriores, de Bento Munhoz da Rocha Netto e Moysés Lupion, as marcas que diferem os governos de Ney Braga e Paulo Pimentel dos antecessores são poucas. “Conflitos de terras e denúncias de corrupção se sucedem colocando-se a cada novo governo a tarefa de resolver tais questões e moralizar a máquina administrativa. Mesmo as práticas de governo nos campos de educação, saúde e segurança pública refletem iguais preocupações.” (IPARDES, 2006, p.101). A crítica formulada aos governadores da década anterior era uma forma de criar espaço para novas propostas, neste caso, sobretudo, referente à industrialização.

Os critérios adotados incidiram sobre a expansão harmônica do setor primário e ampliação e diversificação do parque industrial estadual, de modo a propiciar a gradativa substituição das exportações dos produtos brutos ou semi-manufaturados. Consideravam-se, também, as possibilidades de expansão do emprego de mão-de-obra industrial e de mobilização da poupança gerada internamente, a incorporação de modernas técnicas de produção, a competitividade técnica e de preços no mercado e a capacidade de aperfeiçoar o processo de utilização de matérias-primas. (IPARDES, 2006, p.103).

Segundo o estudo realizado pelo IparDES (2006), os discursos davam ênfase à necessidade de ampliação e instalação de infraestrutura básica, notadamente rodovias, energia elétrica e formação de mão de obra qualificada. Embora aponte para a modernização, privilegiando os setores que possam contribuir com o crescimento da indústria, o governo não pôde se descuidar do setor primário, pois além de absorver a maior parte da mão-de-obra, continuou sendo a principal fonte de arrecadação tributária do estado. Os elementos novos aos discursos dos governadores da década de 1960 não eram necessariamente novos, uma vez que “todos os administradores se colocam a serviço de uma modernização... Assim, há que se entender como essa modernização é vista e quais práticas são adotadas pelo governo para sua consecução”. (IPARDES, 2006, p.114). De qualquer forma, Ney Braga e Paulo Pimentel buscam imprimir uma nova dinâmica às suas práticas, buscando assegurar uma imagem

pública de administradores afinados com o novo tipo de governo vigente, que fora estabelecido pelos militares em 1964.

Os elementos presentes nos discursos dos governadores da década de 1960 são perceptíveis nos jornais da época, como *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*¹⁶. Segundo Luca (2010, p.128), a imprensa “cotidianamente registra cada lance dos embates da arena do poder”. É possível encontrar nos jornais projetos políticos e visões de mundo representativas de vários setores da sociedade, os discursos expressam o movimento das ideias que circulavam em cada época. Percebe-se a aproximação e o distanciamento dos grupos e, conforme as conveniências do momento, os projetos se interpenetram e se mesclam. Maria Helena Rolim Capelato (1988, p.34) afirma que “o confronto das falas, que exprimem idéias e práticas, permite ao pesquisador captar, com riqueza de detalhes, o significado da atuação de diferentes grupos que se orientam por interesses específicos”. Neste sentido, Jean-Noël Jeanneney (1996, p.219) alerta que é preciso “distinguir o verdadeiro do falso e escutar, subindo contra a corrente, a verdade da influência dos poderes públicos e dos diversos grupos de pressão sobre a mídia”. Para tanto, o autor acredita que seja necessário estudar o dinheiro, oculto ou não, que a irriga e ainda perceber como funcionam as influências, “as incidências que fazem a máquina ranger e revelar suas engrenagens” (JEANNENEY, 1996, p.220), observando os vínculos múltiplos que aproximam os atores da imprensa dos demais.

2.5 A ORIGEM POLÍTICA DA *GAZETA DO POVO* E DE *O ESTADO DO PARANÁ*

Os dois jornais estudados neste trabalho têm suas origens próximas à política. A *Gazeta do Povo* foi fundada em 3 de fevereiro de 1919 em meio a campanhas eleitorais. Surgiu na época da candidatura de Rui Barbosa e, junto com os intelectuais do período, apoiou no Paraná a sua candidatura. De acordo com David Carneiro, em matéria publicada no dia 3 de fevereiro de 1976, na própria *Gazeta*, em comemoração pelo aniversário do periódico, o estado vivia uma sensação de necessidade de renovação política. Os liberais integrantes da elite decidiram que havia de ser um jornal o órgão responsável por congregar os elementos humanos que deveriam provocá-la.

Para Carneiro (1976, p.12), os governos deveriam receber críticas e sugestões construtivas, os projetos deveriam ser amplamente discutidos e só depois de

¹⁶ Buscou-se a tiragem dos dois jornais estudados em 1968, porém não se obteve resposta de nenhuma das fontes consultadas. Assim, infelizmente, o trabalho não apresentará estes dados.

verificação da “opinião pública” voltariam ao legislativo para elaboração adequada à demanda da população. Depois deste processo, receberiam a definitiva sanção do executivo.

Não era fácil. O projeto pareceu digno dos esforços gerais e foram procurados os cooperadores. Pouca gente dispunha, então, de capital disponível, e não foi fácil a coordenação do grupo para a criação do jornal que teve, entretanto, de início (como cooperadores básicos para a contribuição e para as responsabilidades materiais e de direção) o pequeno conjunto reduzido a cinco pessoas e formado por Altevio de Abreu, Alberico Xavier de Miranda, Benjamin Lins e David Carneiro, ao qual se agregou como factótum ativíssimo e indispensável, Oscar Joseph de Plácido e Silva. (CARNEIRO, 1976, p.12).

Oswaldo Pilotto (1976) argumenta que o veículo se destinava à defesa dos interesses gerais da sociedade, a chamar pela atenção de todos e de cada um para os assuntos que direta ou indiretamente interessavam. “Do seu programa, jamais se despegou e ainda vive, tendo recebido, gradativamente, melhoramentos de primeira ordem, até se transformar em potente empresa jornalística, adotando os processos mais adiantados de impressão, no sentido de entregar ao público uma folha perfeita.” (PILOTTO, 1976, p.46). A *Gazeta*, segundo Pilotto, foi uma escola de jornalismo para “moços” que se iniciavam na imprensa, adquirindo a prática e o hábito jornalístico. Pilotto (1976, p.46) explica que havia na redação do jornal uma mesa livre para receber “o rabiscador de notícias sociais e mesmo de outro caráter. As suas colunas recebiam a colaboração dos ensaístas, desde os serenos tradicionais até os de novas técnicas literárias, em que se incluíam os autores da poesia futurista, estapafúrdia por vezes”.

Primeiramente, a *Gazeta* se tornou um grande jornal da capital e da região metropolitana para depois de um forte trabalho de interiorização se estender aos outros municípios paranaenses. Por outro lado, *O Estado do Paraná* foi criado, em julho de 1951, com a proposta de, “preenchendo um espaço que existia, dotar o Estado de um jornal realmente estadual, tanto em circulação, quanto em cobertura jornalística. Uma proposta que consolidou-se com o passar dos anos”. (O ESTADO..., 1989, p.8). Em 1968, por exemplo, o jornal anunciava notícias oriundas de suas sucursais em Cascavel, Ponta Grossa e Londrina, diferentemente da *Gazeta* que quando trazia matérias de outras regiões paranaenses não as apresentava como sendo de sucursais do próprio jornal.

Segundo Pilotto (1976, p.70), *O Estado* surgiu sem filiação política específica, “nasceu com o destino de se tornar jornal de importante empresa jornalística, tomando, pois as cores políticas dos seus empresários”. Samways, por sua vez, pondera que o

periódico foi criado para dar sustentação política ao então governador Munhoz da Rocha. O ideal do seu diretor à época da fundação, Nelson Ericksen (*apud* PILOTTO, 1976, p.70), era marcar “rumos e diretrizes, no indeclinável propósito de contribuir para o fortalecimento da imprensa estadual, proporcionando-lhe instrumentos de opinião e que possam, objetivamente, espelhar a vontade e o pensamento de todas as classes”.

Em 1968, em uma entrevista a estudantes de Biblioteconomia e Documentação, Pilotto afirmou que a *Gazeta* e *O Estado* eram os únicos jornais paranaenses que poderiam concorrer – e manter o padrão parecido – com o do *Diário do Paraná*, mantido pelo grupo dos *Diários e Emissoras Associados*, de Assis Chateaubriand, pois também se organizaram administrativamente como empresas.

Hoje temos ‘Diário do Paraná’, ‘A Gazeta do Povo’, ‘O Estado do Paraná’, com instalações magnificas, porque não quizeram (*sic*) sofrer a concorrência do ‘Diário do Paraná’, que era mantido por Assis Chateaubriand, portanto, com muito dinheiro; trataram de organizar-se em emprêsas, que pudessem manter o jornal nos moldes do “Diário do Paraná”.

Daí para cá, com o advento da criação da profissão de jornalista, os jornais se transformaram em emprêsas, que dirigem órgãos, a cujo serviço estão profissionais classificados como jornalistas.

Sem desprezar (*sic*) os outros jornais, podemos considerar os jornais ‘A Gazeta do Povo’, ‘Diário do Paraná’ e ‘O Estado do Paraná’, cada um na sua linha de conduta, como os melhores jornais impressos no Paraná. (VIDAL; KRARMER; BLEGGI; CAPRIGLIANE; HOLELEL, 1968, s/p).

Luiz Fernando de Queiroz, em uma reportagem sobre os 116 anos da imprensa paranaense, publicado pelo *Diário do Paraná*, em 29 de março de 1970, declara que a história da imprensa no Brasil é semelhante a no Paraná. “Ambas nasceram sob o ‘signo do oficialismo’.” (QUEIROZ, 1970, s./p.). Para o jornalista, a história da imprensa no Paraná pode ser dividida em quatro fases. “Os critérios, contudo, não são fixos. Há uma relatividade na fixação das datas. O fim da primeira fase poderia ser, em outro enfoque, o início da publicação da ‘República’, em 1886, ou o surgimento do ‘Diário da Tarde’, em 1889.” (QUEIROZ, 1970, s./p.).

A primeira se iniciaria com a publicação do primeiro jornal, em 1º de abril de 1854, e terminaria com a Proclamação da República, em 1889, e é caracterizada pelo oficialismo dos periódicos. “Com tiragens pequenas pouca publicidade, os jornais não tinham condições de se manterem por muito tempo, se não estiverem ligados ao govêrno ou a um dos partidos: o Conservador ou o Liberal.” (QUEIROZ, 1970, s./p.).

A segunda fase, de acordo com Queiroz (1970), iria da República à Revolução de 1930. É um dos períodos mais intensos do jornalismo no Paraná. Além dos jornais políticos e partidários, surgiram os literários, os religiosos, em línguas estrangeiras, os maçônicos, os positivistas, os anticlericais, os nacionalistas e os humorísticos e satíricos. Queiroz (1970) afirma que “formava-se um grupo de pessoas com interesses iguais e já se editava, semanalmente, o seu veículo de imprensa”.

Da Revolução de 1930 até o início do funcionamento do *Diário do Paraná* há a terceira fase. Desde a revolução, passando pelo movimento constitucionalista de 1932, a Constituição de 1934 e o Estado Novo, em 1937, concorreram para que se arrefecessem os ímpetos jornalísticos. A Lei de Imprensa e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), de 1939, encarregaram-se de censurar a atividade jornalística de forma que poucos por ela se interessem. “Os efeitos da censura, fizeram-se sentir mesmo após a volta à democracia, em 1946.” (QUEIROZ, 1970, s./p.).

A quarta iria de 1955 até a assunção do poder pelos militares, em 1964; ou até a instituição do AI-2, em 1965; ou ainda até o empastelamento do jornal *Última Hora*. “Nesta quarta fase, aprofunda-se a separação entre os grandes jornais e os jornalecos.” (QUEIROZ, 1970, s./p.). A imprensa paranaense ganha aspectos mais modernos e caráter empresarial. O autor destaca os jornais *Diário do Paraná* – por fazer parte dos *Diários Associados* – e *O Estado do Paraná* como exemplos. O primeiro, em especial, por trazer técnicos e jornalistas de São Paulo que eram responsáveis por fazê-lo o mais moderno possível, à altura dos jornais da rede nas capitais paulista e carioca.

Queiroz constata que na primeira fase não houve grandes progressos na evolução material e técnica. Na segunda, aparecem os avanços mecânicos, as oficinas. Na terceira a imprensa paranaense estaciona. Já na quarta há enormes avanços, principalmente na parte da comunicação e transmissão de notícias. “O fato é que a imprensa sempre segue, de forma invariável, a evolução política do país e documentando a História, além de bater no mesmo ritmo da economia.” (QUEIROZ, 1970, s./p.).

Para Pilotto, o Paraná sempre teve, a serviço da imprensa, pessoas de valor que ajudaram a formação do espírito paranaense e indicaram trilhas para o progresso estadual. Pessoas que, “bem encarando a função do jornal, apregoou a idéia certa, fazendo ressaltar, qual luz de ribalta, o cenário de cada momento da comunidade, em seus aspectos relativos à economia, à política, à educação popular, ao trabalho, aos elementos todos, enfim, a serviço do bem comum”. (PILOTTO, 1976, p.72). Cabe, então, entender como esses profissionais – tão “valorosos”, como defendeu Pilotto, e tão próximos à política, como se percebe pelo

percurso histórico dos periódicos – aproveitaram-se da fotografia e das suas funções na imprensa paranaenses, especialmente em 1968. Antes, contudo, é importante discutir as concepções que cercam as discussões sobre o fotojornalismo.

3 O PODER INFORMACIONAL DAS IMAGENS JORNALÍSTICAS

3.1 AS CLASSIFICAÇÕES DAS FOTOGRAFIAS DE IMPRENSA E DO FOTOJORNALISMO

A fotografia, nascida no ambiente positivista do século XIX, foi considerada como o registro visual da verdade por ser capaz de representar a aparência externa visível das pessoas, objetos, paisagens, acontecimentos. Foi justamente esta potencialidade que o jornalismo aproveitou, instituindo uma forma de informação visual que se tornou conhecida como fotojornalismo.

A atividade fotojornalística familiariza os receptores dos meios de comunicação com as situações imagetivamente representadas, aproximando-os do que aconteceu. A realização de projetos visuais na imprensa é ainda, de acordo com Pepe Baeza, responsável pela difusão de documentos, de testemunhos, “que abram os olhos e possibilitem o debate democrático, a saber plural, amplo, e participativo, sobre as questões vitais da esfera política, de questões que pertencem a todos”.¹⁷ (BAEZA, 2001, p.45).

Apesar das inúmeras tentativas de conceitualização, o fotojornalismo continua a ser um exercício de ampla discussão. Segundo Paulo César Boni (2000), uma corrente de profissionais e estudiosos o conceitua como sendo o resultado da somatória de todo tipo de fotografia de imprensa. “E por fotografia de imprensa subentende-se toda fotografia nela publicada. Assim, toda fotografia publicada na imprensa é considerada como fotojornalismo, inclusive moda, gente, coluna social, reproduções e fotos estáticas.” (BONI, 2000, p.248). Outra corrente restringe a abrangência do fotojornalismo apenas para as fotografias que trazem consigo alguma carga de informação que seja de fundamental importância para a inteligibilidade do texto, notadamente as que complementam o jornalismo informativo, investigativo e denunciativo.

Para Boni, a própria concepção do termo fotojornalismo (foto + jornalismo) pressupõe o atrelamento de suas fotografias à informação, ao jornalismo; desta forma, as imagens priorizam a informação em detrimento da ilustração. “Assim, materiais que não trazem alguma carga de informação jornalística ao leitor fatalmente não serão considerados como fotojornalismo.” (BONI, 2000, p.251). A característica mais marcante do fotojornalismo é, para o autor, a informação trazida pela imagem fotográfica.

¹⁷ Tradução livre do original: “que abran los ojos y posibiliten el debate democrático, es decir plural, amplio, y participativo, sobre las cuestiones vitales de la esfera política, es decir, de cuestiones que nos atañen a todos”.

Assim, toda fotografia que traga alguma informação caracteriza fotojornalismo. Mesmo as de arquivo, desde que contenha uma história ainda desconhecida visualmente do leitor, podem ser consideradas como tal. Nem tudo o que sai publicado, porém, pode ser considerado como fotojornalismo. Muitas fotografias publicadas são irrelevantes enquanto informação. São meramente ilustrativas ou exercem função de sedução junto ao leitor. (BONI, 2000, p.258).

Por sua vez, Jorge Pedro Sousa (1998, p.102) aponta que seja qual for a maneira pela qual categorizemos a atividade fotojornalística, a atividade será sempre um tipo de “escrita”, de discurso, que procura resumir, condensar e representar situações em imagens. De qualquer modo, Sousa (1998) classifica o fotojornalismo como de sentido lato e restrito. No sentido lato (*Lato sensu*), a atividade é definida pela realização de fotografias informativas, interpretativas, documentais ou “ilustrativas” para a imprensa ou outros projetos editoriais ligados à produção de informação de atualidade. A atividade se caracteriza mais pela finalidade, pela intenção, e não tanto pelo produto; este pode estender-se das *spots news*¹⁸ às reportagens mais elaboradas e planejadas, do fotodocumentarismo às fotos “ilustrativas” e as *features photos*¹⁹. Neste sentido, a designação fotojornalismo se estende também ao fotodocumentarismo e a algumas foto-ilustrativas que se publicam na imprensa.

Já no sentido restrito (*Stricto sensu*), o fotojornalismo é a atividade que visa informar, contextualizar, oferecer conhecimento, formar, esclarecer ou marcar pontos de vista (“opinar”) por meio da fotografia de acontecimentos e da cobertura de assuntos de interesse jornalístico. Estes podem variar de um para outro órgão de comunicação social e não tem necessariamente a ver com os critérios de noticiabilidade dominantes. Sousa (2000, p.101) argumenta que o fotojornalismo se distingue do fotodocumentarismo, a diferença reside mais na prática e no produto do que na finalidade. Assim, o fotojornalismo viveria das *features photos* e das *spots news*, mas também, e talvez algo impropriamente, das foto-ilustrações e se distinguiria do fotodocumentarismo pelo método²⁰. O autor ainda ressalta que enquanto o fotojornalista²¹ tem por ambição mais tradicional “mostrar o que acontece no momento”,

¹⁸ Segundo a definição de Sousa (2000, p.12), são “fotografias únicas que condensam uma representação de um acontecimento e um seu significado”.

¹⁹ Sousa (2000, p.12) define como fotografias de informações peculiares encontradas pelos fotógrafos nas suas deambulações.

²⁰ O fotojornalista – ou repórter fotográfico – raramente sabe exatamente o que vai fotografar, como o poderá fazer e as condições que vai encontrar, já o fotodocumentarista trabalha em termos de projeto: “quando inicia um trabalho, tem um conhecimento prévio do assunto e das condições em que pode desenvolver o plano de abordagem do tema que anteriormente traçou. [...] enquanto a ‘fotografia de notícias’ é, geralmente, de importância momentânea, reportando-se à ‘actualidade’, o fotodocumentalismo tem tendencialmente uma validade quase intemporal”. (SOUSA, 1998, p.101).

²¹ Há distinções nos termos fotojornalista e repórter fotográfico. Em Portugal – país de Jorge Pedro Sousa e a qual seus estudos se reportam –, os jornalistas que trabalham com as fotografias são denominados fotojornalistas e, para atuar na área, o fotógrafo não precisa apresentar o diploma no curso de jornalismo. No Brasil, os profissionais são nomeados

tendendo a basear a sua produção em um “discurso do instante” ou uma “linguagem do instante”; por outro lado, o documentarista social procura documentar as condições sociais e o seu desenvolvimento. “Mesmo que parta de um acontecimento circunscrito temporalmente, o documentarista social tende a centrar-se na forma como esse acontecimento revela e/ou afecta as condições de vida das pessoas envolvidas.” (SOUSA, 1998, p.102).

Baeza também classifica as fotografias da imprensa²² em dois grupos: o fotojornalismo e a foto-ilustração. Esta classificação deixa de lado as ilustrações e os infográficos, uma vez que a fotografia ou as construções parafotográficas são consideradas os “procedimentos técnico-expressivos mais determinantes do conteúdo visual na imprensa”.²³ (BAEZA, 2001, p.30). Além disso, a classificação seguiu critérios como, prioritariamente, a função que se quer que cumpra uma imagem (ao uso ao qual se destina) e como seria a consideração da herança estética que pode ajudar a configurar o sentido de uma imagem.

O fotojornalismo, conforme Baeza, designa indistintamente uma função profissional desenvolvida na imprensa e um tipo de imagem canalizada pelos meios de comunicação, representando a fotografia mediática mais reconhecida e consolidada. “A imagem fotojornalística é, dentre as produzidas ou adquiridas pela imprensa como conteúdos editoriais próprios, a que se vincula a valores de informação, atualidade e notícia”²⁴ (BAEZA, 2001, p.32); é também a que compila feitos de relevância desde uma perspectiva social, política e econômica, assimiláveis pelas classificações habituais da imprensa por meio de suas editorias. Assim como Sousa, Baeza salienta a proximidade desta categoria com o documentarismo. Ambos compartilham o compromisso com a realidade, mas o documentarismo atende mais a fenômenos estruturais do que as conjunturas noticiosas e os circuitos de distribuição – devido aos prazos mais longos – são mais variados e minoritários, como as galerias, museus e livros.

A foto-ilustração, por sua vez, é toda imagem composta de fotografias ou de fotografias combinadas com outros elementos gráficos, que cumpre a função clássica de ilustração. Há a finalidade de “melhor compreensão de um objeto, de um feito, de um conceito ou de uma ideia, bem a representando mimeticamente ou bem interpretando

repórteres fotográficos, pois são, antes da especialidade, jornalistas por formação. Assim, no Brasil, trata-se por fotojornalista profissionais sem a formação específica.

²² Baeza (2001, p.31), primeiramente, esclarece que não se pode classificar como fotografia de imprensa aquelas que não fazem parte do conteúdo editorial do veículo, como, basicamente, a fotografia publicitária. Para o autor, as fotografias de imprensa são aquelas planejadas e produzidas ou são compradas e publicadas nos jornais e revistas como conteúdo próprio. São as imagens deste grupo que o autor classifica como fotojornalismo e foto-ilustração.

²³ Tradução livre do original: “procedimentos técnico-expressivos más determinantes del contenido visual en la prensa”.

²⁴ Tradução livre do original: “La imagen periodística es, de entre las producidas o adquiridas por la prensa como contenidos editoriales propios, la que se vincula a valores de información, actualidad y noticia”.

visualmente traços essenciais para a sua compreensão, por meio de procedimentos de retórica visual e de simbolização”.²⁵ (BAEZA, 2001, p.35). É importante destacar que a foto-ilustração, defendida por Baeza, caracteriza-se por depender de um texto prévio que marca e origina a imagem, esta deve explicá-lo, esclarecê-lo, gerando no destinatário uma aproximação com o conteúdo do texto. A categoria está mais adequada ao jornalismo de serviço, implicando em uma grande variedade de usos e tendo uma vocação didática e divulgativa. Abre-se ainda à possibilidade de experimentação por parte dos autores que a praticam e ao desenvolvimento da riqueza visual dos meios que a difundem.

Dentro do próprio fotojornalismo, alguns autores realizam mais divisões. Para começar, Boni (2000) elenca três modalidades: o fotojornalismo autêntico, o consentido e o “armado”. “O fotojornalismo autêntico se caracteriza pelo flagrante, ou seja, pelo registro no exato instante do acontecimento, pela foto roubada, ou seja, pela não-percepção do fotógrafo pelo fotografado e pela não-interferência do fotógrafo no ambiente.” (BONI, 2000, p.256). O fotojornalismo consentido se caracteriza pelo consentimento de registro por parte do fotografado: o sujeito sabe que está sendo fotografado e consente que o fotógrafo registre a cena. Já o fotojornalismo “armado” se caracteriza pela construção premeditada do flagrante, sendo um flagrante forçado, planejado, previsível. “Esse tipo de fotojornalismo, em boa parte dos casos, é antiético.” (BONI, 2000, p.256).

Lauriano Atílio Benazzi (2010), em sua dissertação de mestrado intitulada “Fotojornalismo: taxonomias e a categorização de imagens jornalísticas”, propõe novos gêneros para o fotojornalismo. Com base em alguns elementos comparativos²⁶, foi possível classificar as imagens criando as seguintes categorias: 1) retrato; 2) fotoprodução; 3) notícias gerais; 4) artes e espetáculos; 5) esportes e ação; 6) *feature*; 7) detalhe. Elas ainda apresentam algumas subdivisões (com exceções das duas últimas classificações), totalizando 20 grupos (Tabela 1):

²⁵ Tradução livre do original: “mejor comprensión de un objeto, de un hecho, de un concepto o de una idea, bien representándola miméticamente o bien interpretando visualmente rasgos esenciales para su comprensión, a través de procedimientos de retórica visual y de simbolización”.

²⁶ Sendo eles: a) fotografias que têm personagens humanos como protagonistas da ação retratada; b) fotografias sem o elemento humano; c) categorias fotojornalísticas do prêmio World Press Photo; e d) editoria para a qual a imagem foi produzida, multiplicadas com o *double* “produzidas X flagrantes”. (BENAZZI, 2010, p.88).

Tabela 1 - Proposta de novos gêneros do fotojornalismo elaborada por Benazzi (2010)

CATEGORIA	SUBDIVISÃO
Retrato	Pose Enquete Flagrante consentido Registro Social
Fotoprodução	Pose ambientada <i>Spot</i> ambientado
Notícias gerais	Flagrantes (<i>Spot-news</i>) <i>Spot</i> descritivo <i>Spot</i> ilustrativo Pseudoacontecimento Registro
Artes e espetáculos	<i>Still</i> (cênica) <i>Spot</i> (flagrante) Pose Bastidores
Esportes e ação	<i>Spot-news</i> Bastidores
<i>Feature</i>	
Detalhe	

Fonte: BENAZZI, 2010, p.88.

Benazzi dá um panorama dos diversos elementos e associações de gêneros que podem compor a produção fotojornalística, porém o próprio autor afirma ainda que tais resultados precisam “ser publicados, questionados e colocados à prova, expostos ao crivo científico e a incisivos testes e xeques, por meio de análises contínuas e outros objetos para então, que de fato, se transformem numa taxonomia”. (BENAZZI, 2010, p.90).

Segundo Baeza, as classificações são cada vez mais necessárias para esclarecer o tipo de conteúdo que se está apresentando na imprensa. Para ele,

necessitamos de gavetinhas onde colocar as coisas, ainda que tenhamos que revisar constantemente em que caixa deve ir cada uma e, claro, necessitamos experimentar, no registro artístico e desde a provocação crítica, com a troca de lugar das gavetas e de seus conteúdos e, inclusive, ver o que passa se os tombamos e mesclamos tudo o que conttenham.²⁷ (BAEZA, 2001, p.27).

Classificar as imagens contemporâneas, de acordo com Baeza (2001, p.29), é uma maneira de preservar a função crítica frente à preeminência de seus usos persuasivos, sendo a melhor forma de sublinhar a singularidade de cada tipo de imagem e,

²⁷ Tradução livre do origina: “Necesitamos cajoncitos donde poner las cosas, aunque tengamos que revisar constantemente en qué cajón debe ir cada una y, por supuesto, necesitamos experimentar, en el registro artístico y desde la provocación crítica, con el cambio de lugar de los cajones y de sus contenidos e, incluso, ver que passa si los volcamos y mesclamos todo lo que contengan.”

consequentemente, de se opor a uniformização do gosto que é o mais sutil e depurado mecanismo de controle do mercado.

3.2 O FOTOJORNALISMO E A “CONSTRUÇÃO” DA REALIDADE

Quando os primeiros entusiastas da fotografia apontaram a câmera para um fato, tendo em vista fazer chegar essa imagem a um público, com intenção testemunhal, não imaginavam que estas eram as primeiras manifestações do que viria a ser o fotojornalismo.

À época, os fotógrafos se aventuravam por vários caminhos buscando o exótico e o diferente, promovendo, assim, a produção e a difusão de fotografias de intenção documental de locais distantes e de paisagens. “Visando dar testemunho do que viam, encobertos pela capa do realismo fotográfico, ambicionavam substituir-se ao leitor, sob o mandato, na leitura visual do mundo.” (SOUSA, 2000, p.27). Segundo Sousa, a introdução da fotografia na imprensa abre a primeira janela visual mediática para um mundo que se torna mais pequeno, caminhando para a “familiaridade” da “aldeia global”.

Ivan Lima lembra que a introdução da fotografia na imprensa foi um fenômeno de importância capital, já que ela mudou a visão das massas. “Até então o homem comum só visualizava os acontecimentos que ocorriam ao seu lado, na rua, em sua cidade. Com a fotografia, uma janela se abriu para o mundo. [...] Com o alargamento do olhar o mundo se estreitou.” (LIMA, 1989, p.9). A fotografia como informação é também uma forma de escrever com imagens e contém componentes. Para o autor, é no fotojornalismo que a fotografia pode exibir toda a sua capacidade de transmitir informações, que podem ser passadas, com beleza, pelo simples enquadramento que o fotógrafo tem a possibilidade de fazer.

Sousa pondera que os meios de comunicação social influenciam a percepção e a cultura do receptor de tal forma que, sem os *media*, provavelmente as pessoas enfrentariam o vazio e o desconhecido, mesmo que os grupos humanos continuassem a coexistir. Assim, quando difundidas pelos *news media*, as fotografias “ganham uma força inaudita, pois aliam disseminação massiva ao potencial de credibilidade-verdade que os meios de comunicação jornalísticos lhes emprestaram e à dramaturgia que encerram. Além disso, para o senso-comum ver é crer: a foto simboliza a verdade”. (SOUSA, 1998, p.51).

Contudo, para Sousa (1998, p.74), a fotografia goza do *status* de *medium* e, sendo um instrumento de partilha, também é uma ferramenta que reduz o potencial perceptivo da experiência humana total, já que apela unicamente à visão. É também um *intermedium*,

pois pode ser apresentada em uma diversidade de *media*: imprensa escrita, televisão, meios informáticos, livros etc. Sousa classifica a imagem fotográfica ainda como um *intermedium transdisciplinar e polifuncional*, já que pode ser usada por várias disciplinas, que vão desde o jornalismo às ciências naturais e às ciências sociais e humanas.

“Inter-relacionada com o texto num órgão da Imprensa, a fotografia pode aportar mais informação, contextualizar, ajudar a explicar, interpretar, constituir um testemunho, um documento, e mesmo funcionar como um elemento de valorização gráfica ao ancorar o olhar.” (SOUSA, 1998, p.89). A fotografia, para Sousa, é um *medium polifuncional*, mas, por isto, não deixa de ser um *medium* submetido à intervenção humana.

Sousa, então, defende que a fotografia jornalística oferece ao observador um mundo em que as coisas são, de alguma forma, diferentes da realidade, “podendo esta dissonância ser aumentada quando a representação imagética é construída como uma total e frequentemente pretendida ficção, como nos casos em que se suprimem, modificam ou acrescentam pessoas ou objetos numa fotografia”. (SOUSA, 1998, p.51). Contudo, mesmo quando as abordagens são realistas, existem discrepâncias entre a aparência da realidade (o que observamos da realidade sem mediação) e a aparência das fotografias. “O que se vê na foto é a *versão*, não o real.” (SOUSA, 1998, p.51). Vale destacar que a fotografia não substitui o real – embora possa representá-lo e mediá-lo –, apesar de por vezes parecer que ela usurpa o papel da realidade que referencia. Sousa explica que, de modo geral, um observador geralmente extraiu da realidade, pelo menos em uma primeira abordagem, as aparências da realidade para a compreensão da imagem.

É como uma máquina de ‘fixar olhares’: a fotografia ‘recupera’ a realidade, representando-a no campo fotográfico. Todavia, a ‘realidade’ no campo fotográfico é uma realidade contaminada quer pela sua própria idealização quer por todas as características que decorrem da mediação através de artefactos técnicos, como a câmara e os filmes. O que o fotojornalismo capta, neste sentido, é sempre um real ficcionado, apesar da impressão de realidade – a fotonotícia, tomando parte da realidade, é, para nós, um discurso sobre essa mesma realidade, um signo. (SOUSA, 1998, p.91).

Para Sousa, uma fotografia pode preencher uma necessidade de confirmação visual de um evento, proporcionando ao observador algum sentido da realidade (ou de uma realidade). Os observadores tendem a conotar a fotografia de imprensa como uma evidência que pode não o ser, pois, sendo informação, importa saber de que tipo é a informação que a fotografia jornalística traz. O autor destaca, no entanto, que ela não é “objetiva” e sim parte de uma espécie de “denotação contaminada” que faz a imagem fotográfica conotar, ativar a

reserva de signos do observador. Pode-se, assim, tornar o fotojornalismo um dos palcos para a luta simbólica e ideológica pelo poder.

A fotografia é uma representação visual, já que se trata sempre de uma apreensão manipulada e mediada da realidade. Segundo Sousa, as formas de representação visual invadem o cotidiano, tornando-se fatores privilegiados e mediados da relação dos sujeitos com o mundo. E, neste sentido, há a necessidade de se tomar cuidado com um problema: “a substituição das experiências perceptivas directas de leitura de mundo pelas experiências perceptivas indirectas²⁸, a que se tem de acrescentar, já, a realidade virtual”. (SOUSA, 1998, p.81).

Sousa alerta que, geralmente, o próprio acontecimento retratado vem antes da fotografia – sobretudo no fotojornalismo. A fotografia existe, possivelmente, porque um acontecimento se produziu, a não ser que seja uma imagem manipulada, truncada. “Mas, singularmente, a foto publicada na Imprensa também é, ela mesma, um acontecimento, já que é notável, singular, suscita reacções e pode ser, inclusivamente, origem de acontecimentos.” (SOUSA, 2000, p.83). A imagem fotográfica prolonga a vida de momentos de outros acontecimentos, representados na “imobilidade” e fazendo uso da condensação espaço-temporal que é característica do *medium*.

Determinados acontecimentos, ideias e temáticas são, de acordo com Sousa, os referentes dos discursos jornalísticos – a qual se reporta também o fotojornalismo. O acontecimento, porém, destaca-se já que estes são transformados em notícias pelo sistema jornalístico. “Aparentemente, os acontecimentos são também ocorrências singulares, concretas, observáveis e delimitadas, quer no tempo, quer no espaço, quer em relação a outros acontecimentos que irrompem da superfície aplanada dos fatos.” (SOUSA, 2002, p.25). Esta realidade permite o tratamento por meio de linguagens – tanto a escrita como a das imagens –, pois os acontecimentos necessitam ser comunicáveis para se tornarem referentes dos discursos jornalísticos e serem, conseqüentemente, comunicados.

Adriano Duarte Rodrigues (2000) afirma que os fatos selecionados, tratados e difundidos pelos meios de comunicação se convertem em acontecimentos mediáticos²⁹. A

²⁸ Enquanto *medium*, a fotografia gera experiências perceptivas indirectas, existindo, conforme Sousa, dois âmbitos da experiência perceptiva humana: a *experiência perceptiva directa* e a *experiência perceptiva indirecta* (ou *experiência perceptiva das representações imagéticas*). A primeira corresponde à construção de imagens perceptivas do mundo; já a segunda de imagens mediadoras entre as construídas pela percepção e o mundo referencial. O autor ressalta que, evidentemente, não se pode falar em uma percepção passiva: “a experiência perceptiva é moldada quer pelo sistema de valores e expectativa do observador, quer por toda a carga histórico-cultural que está inscrita na reserva signíca com que as pessoas fazem leituras do mundo”. (SOUSA, 1998, p.74).

²⁹ Sousa (2002) e Traquina (2008), por outro lado, referem-se a “acontecimento mediático” como uma das tipificações dos acontecimentos. Para Sousa (2002, p.21-23) os acontecimentos podem ser classificados em: imprevistos, pseudo-acontecimentos, acontecimentos mediáticos, acontecimentos não-categorizado e não acontecimento. Já Traquina (2008,

característica mais importante dos acontecimentos mediáticos, conforme Rodrigues (2000, p.9) “é o facto de pretenderem mobilizar a atenção de públicos constituídos por pessoas que não viveram directa e imediatamente esses acontecimentos e que só têm por isso conhecimentos deles através da maneira como os media os tratam e difundem”.

Colaborando com a ideia de construção da realidade – ou de realidades –, Boris Kossoy aponta que a fotografia possui dois tempos: o tempo da criação e o tempo da representação³⁰: o efêmero e o perpétuo³¹. O primeiro fixa o acontecimento e paralisa, ilusória e intencionalmente, a ação. Este vai se prestar a rememorações, a lembranças, vincula-se à história, ocupando um lugar privilegiado nas memórias. Já com o segundo tempo convive-se, sejam enquanto lembranças sejam enquanto documentos iconográficos. “O tempo da criação se refere ao próprio fato, no momento em que este produz, contextualizado social e culturalmente. É, no entanto, um momento efêmero, que desaparece, volatiliza-se, está sempre no passado, insistentemente.” (KOSSOY, 2007, p.135). No tempo da representação, Kossoy acredita que os assuntos e os fatos permanecem em suspensão, petrificados eternamente e perpétuos – se conservados.

Contudo, logo após ter sido criada, a fotografia assumiu uma posição de neutralidade, especialmente em relação às artes. Entendia-se que os pintores transitavam pela individualidade, pois a imagem produzida por eles passa por uma visão, uma interpretação, uma maneira, uma estrutura, sendo esta uma presença humana que sempre marcaria o quadro. “Ao contrário, a foto, naquilo que faz o próprio surgimento de sua imagem, opera na ausência do sujeito. Disso se deduziu que a foto não interpreta, não seleciona, não hierarquiza.” (DUBOIS, 1994, p.32).

Segundo Philippe Dubois, a máquina fotográfica era entendida como sendo regida apenas pelas leis da ótica e da química, transmitindo com exatidão e precisão o espetáculo da natureza. O autor aponta que concepções como a de que a fotografia era o

p.96-101) elenca os seguintes tipos de acontecimentos: mega-acontecimento, noticiosos localizados, noticiosos em continuação, noticiosos em desenvolvimento, noticiosos de rotina, acidentes, escândalos e acontecimentos mediáticos. Independente de tipologias, entender a multiplicidade de acontecimentos colabora para a compreensão da rotina produtiva do jornalismo e da problemática da notícia e da prática fotojornalística.

³⁰ Para uma melhor compreensão, é importante destacar outros conceitos apontados por Kossoy como *primeira e segunda realidade*. A *primeira realidade* é o próprio passado, é a realidade do assunto em si na dimensão da vida passada, trata-se das ações e técnicas utilizadas pelos fotógrafos diante do tema que culmina na gravação da aparência. São os fatos fotográficos diretamente conectados com o passado. A imagem fotográfica é por um curto momento parte da *primeira realidade*, apenas a duração do ato fotográfico. Com o fim do ato, a imagem obtida já se insere na *segunda realidade*. Esta se refere à realidade do assunto selecionado em um espaço e tempo determinado, contido nos limites bidimensionais na imagem fotográfica. A *segunda realidade* é a do documento, referência de um passado inacessível. Assim toda fotografia, de qualquer época e em qualquer suporte, sempre será uma *segunda realidade*. (KOSSOY, 2002, p.36-37).

³¹ Kossoy afirma que este perpétuo é em termos, uma vez que a trajetória do documento pode ser interrompida, basta refletir sobre o destino final dado as fotografias que acabam destruídas ou desaparecidas. “Trata-se, pois, de uma memória finita.” (KOSSOY, 2007, p.133).

espelho do real e a da fotografia como transformação do real são ideias que consideram a imagem fotográfica como portadora de um *valor absoluto* seja por semelhança ou por convenção. Contudo, para Dubois (1994, p.45, grifos do autor), a fotografia procede da ordem do índice, sendo uma “representação por contiguidade física do signo com seu referente”. Tal concepção se distingue das procedentes porque a imagem indiciária é dotada de um *valor todo singular e particular* que é determinado unicamente por seu referente, traço de *um real*.

Arlindo Machado (1979, p.11), por sua vez, destaca que fotografia, “desde os primórdios de sua prática, tem sido conhecidas como ‘espelho do mundo’, só que um espelho dotado de memória”.

Toda uma tecnologia produtora de imagem figurativa vem sendo desenvolvida e aperfeiçoada há pelo menos cinco séculos, no sentido de possibilitar uma reprodução automática do mundo visível – ‘automática’ quer dizer: livre das codificações particulares e das estilizações pessoais de cada usuário. Essa tecnologia goza do prestígio de uma objetividade essencial ou ‘ontológica’, para usar o termo com que seus próprios apologistas a têm caracterizado. Ela reivindica para si o poder de duplicar o mundo com a fria neutralidade de seus procedimentos formais, sem que o operador humano possa jogar aí mais que um mero papel administrativo. Entretanto, basta um mergulho crítico na história de seus desdobramentos técnicos para que possamos verificar nitidamente que a indústria da figuração automática só consegue ‘reproduzir’ ou ‘duplicar’ uma realidade que lhe é exterior porque opera com concepções de ‘mimese’, ‘objetividade’ e ‘realismo’ que ela própria cria e perpetua. (MACHADO, 1979, p.10).

Assim, Machado (1979, p.10) classifica de “ilusão especular” um conjunto de arquétipos e convenções historicamente formados que “permitiram florescer e suportar essa vontade de colecionar simulacros ou espelhos do mundo, para lhes atribuir um papel revelatório”. Para o autor, as câmeras têm uma força formadora, muito mais do que reprodutora, uma vez que fabricam simulacros. Nos domínios da figuração automática, as impressões luminosas passam a ser trabalhadas pelo código, “isso quer dizer que ao invés de exprimir passivamente a presença pura e simples das coisas, as câmeras constroem representações, como de resto ocorre em qualquer sistema simbólico”. (MACHADO, 1979, p.11). A imagem processada tecnicamente se impõe como entidade “objetiva” e “transparente”, dispensando, assim, o receptor do esforço da decodificação e do deciframento, “fazendo passar por ‘natural’ e ‘universal’ o que não passa de uma construção particular e convencional”. (MACHADO, 1979, p.11).

Dubois ressalta que com a fotografia não é mais possível pensar a imagem fora do ato que a fazer ser assim, pois a fotografia é um verdadeiro ato icônico que não pode ser concebida fora de suas circunstâncias, fora do jogo que a anima. “Esse ‘ato’ não se limita trivialmente apenas ao gesto da *produção* propriamente dita da imagem (o gesto da ‘tomada’), mas inclui também o ato de sua *recepção* e de sua *contemplação*.” (DUBOIS, 1994, p.15). A fotografia, conforme Dubois, é inseparável de toda a sua enunciação, como *experiência* de imagem, como objeto *pragmático*. Desta forma, a fotografia, meio pretensamente objetivo, implica na questão de sujeito em especial do sujeito em *processo*.

Como a fotografia é representação, mediação e manipulação na apreensão do real, sempre é associada a um certo grau de subjetividade. Sousa aponta alguns elementos elencados por Mitchell que justificam as fotografias possuírem propriedades que as adequam ao seu uso funcional e que limitam a sua utilização potencial em atos comunicativos: a) registram certas coisas e não outras; porém, podem registrar mais do que aquilo que o fotógrafo esperava; b) as limitações do *medium* impedem que se fotografem certos assuntos de forma tão completa e precisa como outros; c) as fotografias têm de possuir uma relação intencional com o assunto a que se referem. (SOUSA, 1998, p.83).

Apropriando-se das concepções de *mass medium* elaboradas por Blake e Haroldsen, Sousa assinala que a fotografia se encaixa nesta categoria, afinal satisfaz os dois requisitos elencados: oferecer a possibilidade de comunicação por meio de um dispositivo mecânico, resultando em uma relação mais ou menos impessoal entre o comunicador e a sua audiência e poder ser usado para comunicar de uma fonte singular para um vasto número de pessoas. Ao ser usada midiaticamente, a fotografia jornalística pode se tornar um dos “numerosos elementos que permitem a integração e a coesão nacional, embora o fenômeno da segmentação das audiências que se vem desenhando na paisagem mediática desde os anos oitenta possa lançar alguma suspeição sobre esse papel do jornalismo”. (SOUSA, 1998, p.93). Assim, sendo poderosos agentes no campo da construção de referências da realidade e das interpretações, os meios de comunicação social não são os únicos agentes nesse campo, pois concorrem com a família, a escola e outros agentes mediadores nos processos de produção significativa.

Por funcionar como prova, beneficiada do efeito-verdade, a fotografia credibilizaria os enunciados verbais da imprensa e as representações da realidade que estes enunciados criavam, acompanhados pelas fotografias. Desta forma, o jornalismo foi uma das primeiras atividades a utilizar a fotografia para construir “verdades”, mas apenas “verdades” subjetivas ou mais ou menos intersubjetivas. Tais “verdades”, contudo, foram e são

continuamente revistas, “devido às novas aportações imagéticas que o fotojornalismo vai trazendo, momento a momento, aportações essas que alimentam ou qualificam, modificam e desafiam as idéias, valores, princípios, ideologias, mitos, crenças e expectativas que transportamos dentro de nós”. (SOUSA, 2000, p.223).

3.3 O DISCURSO FOTOJORNALÍSTICO

A imagem fotográfica apresenta, então, grandes potencialidades expressivas que permitem que ela seja explorada plenamente pelo jornalismo. As fotografias de notícias cumprem, no discurso fotojornalístico ocidental, cumulativamente – sempre que possível – alguns dos seguintes requisitos: *enfaticidade*, *relevância* e *oportunidade*. Conforme Sousa (1998, p.86), quando se trata de enfaticidade, as fotografias são nítidas, bem expostas, graficamente ousadas e compostas de forma a tornar o acontecimento principal imediatamente reconhecível. Sobre relevância, o autor pontua que as fotografias representam os aspectos mais significativos do assunto, oferecendo pistas quanto à importância relativa das coisas representadas. Finalizando, por oportunidade são entendidas as fotografias que são obtidas no “instante decisivo” da ação em curso, revelando coisas importantes e interessantes para o significado do evento.

Apoiando nas ideias de Baeza que relaciona a imagem fotojornalística à conjuntura de produção noticiosa, Dulcília Schroeder Buitoni (2007, p.107) acrescenta dois elementos que ajudariam a definir a natureza jornalística. O primeiro é o flagrante, que, ao imobilizar um quadro de uma sequência, deixa o congelamento temporal mais evidente: “o flagrante seria mais ‘jornalístico’ que outras fotos”. O segundo elemento é o que a autora chama de “embrião narrativo”. Trata de quando a imagem dá pistas de uma ação a ser continuada ou que, pelo menos, surgirá a “existência de ações – antes ou depois – da cena registrada. Nessa linha, fotos com pessoas – naturalmente personagens de ações – também seriam mais ‘jornalísticas’.” (BUITONI, 2007, p.107).

Buitoni aponta que a narratividade que pode estar presente em uma fotografia isolada é a mesma potencialidade narrativa de um fragmento de ação. “O jornalismo tem uma natureza intrinsecamente narrativa, pois relata ações humanas. Daí, podemos inferir que uma foto que apresenta uma narratividade latente estará mais apta a fazer interface com o texto.” (BUITONI, 2007, p. 107). O cultivo da fotografia única, para Sousa, é uma das convenções mais perenes do fotojornalismo. Esta convenção levou os fotógrafos a tentarem conjugar, em uma única imagem, os diversos elementos significativos de um

acontecimento, desde que fossem facilmente identificáveis e lidos. “Para isso também terá contribuído o fato de no início do século [trata-se do século XX] as imagens serem valorizadas mais pela nitidez e pela reprodutibilidade do que pelo seu valor noticioso intrínseco.” (SOUSA, 2000, p.18).

Entretanto, devido à importância informativa das imagens do fotojornalismo, informar se tornou o valor primeiro da atividade. Assim a fotografia na imprensa é predominantemente, de acordo com Sousa (1998, p.94), “uma fotografia legível e decifrável, com um alto grau de figuração, mas que, ao elaborar significações, dramatiza e conota o real”.³² O autor frisa que quando se fala em fotojornalismo fala-se, usual e incompletamente, de imagens de acontecimentos ou problemáticas de “interesse jornalístico” (“interesse público”), mesmo que não reguladas pelos critérios dominantes de noticiabilidade. Para isto, a fotografia segue o caminho da retórica da “objetividade” e que se traduz, principalmente, no realismo e na enfaticidade da imagem fotográfica. Sousa (1998, p.53) considera como realista

a imagem fotográfica que se orienta para a realidade, a que tem uma intenção e ambição de subjetividade, a que se dá sobre a realidade visualmente observável (eventualmente uma realidade ‘aparente’) um máximo de informações de pretensão analógica, ou seja, a que possui um elevado grau de iconicidade. Enfáticas seriam as fotos baseadas na nitidez, na ‘exposição correcta’ e no contraste figura-mundo.

Sousa afirma que tem algumas dúvidas no que diz respeito à superação pelo fotojornalismo das amarras da normalidade realística, “já que hoje a atividade é dominada por uma produção rotineira que continua a perseguir o realismo e que pouco ou nada engloba ao criativo, a arte”. (SOUSA, 2000, p.157). Não se trata de igualar o fotojornalismo à arte, perdendo o norte da intenção informativa da atividade fotojornalística. O autor pondera que representará uma mais-valia para o fotojornalismo e para o público que “a atividade se abra a orientações criativas, originais, que *podem* passar pela insinuação da arte na fotografia

³² A partir de algumas convenções, passou-se a insistir “em códigos de composição baseados na assimetria do motivo (exemplificando com o aproveitamento da regra dos terços), no enquadramento selecionador do que o fotojornalista entende que é significativo numa cena vasta, na manutenção de uma composição simples, na escolha de um único centro de interesse em cada enquadramento, na não inclusão de espaços mortos entre os sujeitos eventualmente representados na fotografia, na exclusão de detalhes externos ao centro de interesse, na inclusão de algum espaço antes do motivo (inclusão de um primeiro plano, que deve dar uma impressão de ordem), na correção do efeito de inclinação dos edifícios altos, na captação do motivo sem que o plano de fundo nele interfira (aconselhando, para tal, usar pequenas profundidades de campo, andar à volta do sujeito para que não haja elementos que pareçam sair-lhe do corpo nem fontes de luz indesejadas etc.), no preenchimento do enquadramento (para o que aconselham técnicas como a aproximação ao sujeito ou o uso de objetivas *zoom*), na “agressividade” visual do *close in*, na inclusão no enquadramento de um espaço à frente de um objeto em movimento, na fotografia de pessoas a 45 graus em situações como as conferências de imprensa etc.” (SOUSA, 2000, p.20-21).

jornalística e pela fuga ao realismo. E que *devem* passar pela autoria consciente e responsável, mesmo que esta autoria encontre abrigo no realismo”. (SOUSA, 2000, p.157, grifos do autor). Sousa acrescenta que, apesar de alguns teóricos da fotografia sustentarem que no fotojornalismo ainda vigoram concepções antiartísticas, a atividade, a partir dos anos 60, tem aproveitado as ideias advindas da fotografia publicitária e da fotografia artística.

Baeza (2001, p.55), por sua vez, argumenta que o pior não é a proximidade com os conteúdos da publicidade e sim a maneira indireta, “mas muito efetiva, de condicionar os próprios conteúdos jornalísticos por meio de chantagens suaves para forçar a orientação temática e ainda mais: sua capacidade para estrangular economicamente publicações com o simples recurso de mantê-las fora de seus circuitos”.³³

Além da relação com a publicidade, Simonetta Persichetti cita que as imagens jornalísticas dos últimos anos apresentam a estética do espetáculo – conceito cunhado por Guy Debord, na década de 1960 – vivida pela sociedade atual. “O que domina nossa sociedade hoje é justamente essa idéia de espetáculo: não há outra coisa para ver. As imagens divulgadas pela mídia não são apenas representações, mas também promessas.” (PERSICHETTI, 2006, p.188). Para ela, a fotografia veiculada na imprensa sofre um retrocesso e volta a ser meramente ilustrativa, como quando começou, ainda no século XIX. “Não sumiu a foto de imprensa, mas sumiu o conceito de informar por imagem. Temos uma imprensa baseada no personalismo, na foto posada, deixamos de ter a ação.” (PERSICHETTI, 2006, p.185).

Persichetti, que chega a refletir sobre a morte do fotojornalismo, refere-se, como Sousa (1998 e 2000) e Baeza (2001), à existência de uma crise na atividade. Pepe Baeza arrola seis causas para esta crise. A primeira é relacionada à crise generalizada vivida pelos modos de representação por conta dos debates acerca da credibilidade da fotografia – especialmente fomentados pela evolução da tecnologia digital, mas esta não é a única causa. A segunda causa se refere à própria crise do jornalismo, pois a atividade estaria sob suspeita dos leitores por favorecer interesses de grupos de poder econômico e político. O terceiro fator de crise se deve à desconfiança que os próprios profissionais do jornalismo têm da imagem no geral. “Inclusive desde posições críticas com os próprios meios, os defensores do texto como veículo do discurso lógico e da razão democrática, rechaçam, sem dúvida por

³³ Tradução livre do original: “muy efectiva, de condicionar los propios contenidos periodísticos a través de chantajes suaves para forzar la orientación temática y aún más: su capacidad para estrangular económicamente publicaciones con el simple recurso de mantenerlas fuera de sus circuitos”.

desconhecimento, os mecanismo comunicativos que caracterizam as imagens.”³⁴ (BAEZA, 2001, p.57).

O avanço da imagem fixa obtida a partir da imagem televisiva é a quarta causa da crise do fotojornalismo. Isto se deve, fundamentalmente, a questões econômicas, somadas à existência e à monopolização das agências fotográficas. A penúltima causa, segundo Baeza, para a crise da imagem jornalística se constitui pelo temor dos fotógrafos em tratar com a realidade, uma vez que as leis beneficiam a particulares e coletivos com os direitos de imagens, concedendo indenizações milionárias por terem aparecido na imprensa. Para finalizar, o autor aponta a explorada proteção frente à possibilidade de manipulação das imagens, já que “os aspectos deontológicos que se derivam da alteração ou da pura e simples construção de imagens que pareçam fotografias, ocupam a parte mais importante do que se está escrevendo hoje em dia sobre fotojornalismo”.³⁵ (BAEZA, 2001, p.65). O sexto fator de crise, então, encontra-se, circularmente, com o primeiro: a crise geral dos modos de representação contemporâneos e sua fuga da realidade.

A este respeito, Persichetti (2006, p.184-185) avalia que não há mais o impacto da imagem ou o horror que interessem, mas luzes e sombras, a dramaticidade construída por uma estética vazia.

Não existe mais a fotografia de guerra, existe o drama: a viúva jogada sobre o corpo do marido, a mãe madonna que chora o filho, camponeses com o olhar perdido frente às suas casas levadas pela enchente ou pelo terremoto. Um drama estético que, se aparentemente quer substituir a foto-choque, na verdade se presta ao mesmo papel. Ou seja, comove, mas não informa. É bela, mas não é jornalismo.

Persichetti afirma que, como qualquer outra, estas imagens fotojornalísticas constituem um discurso construído, falso, fazendo crer na imediatez do fato ou na não manipulação da imagem. Sousa (1998, p.85), por sua vez, sustenta que como qualquer outro discurso, também os discursos fotográficos são manipuladores: “podem jogar com as ideologias, as crenças, os mitos e as expectativas, jogam certamente com os padrões culturais através dos quais uma sociedade vê o mundo”. Para o autor, a natureza formal, a matéria informativa, o conteúdo, a paginação, os textos que acompanham uma fotografia, todos estes

³⁴ Tradução livre do original: “Incluso desde posiciones críticas con los propios medios, los defensores del texto como vehículo del discurso lógico y de la razón democrática, rechazan, sin duda por desconocimiento, los mecanismos comunicativos que caracterizan a las imágenes.”

³⁵ Tradução livre do original: “los aspectos deontológicos que se derivan de la alteración o de la pura y simple construcción de imágenes que parezcan fotografías, ocupan la parte más importante de lo que se está escribiendo hoy en día sobre periodismo”.

são fatores de manipulação que, ao nível do fotojornalismo, originam percepções e imagens diferenciadas da realidade. “O que é preciso é que quer os fotojornalistas quer os observadores o percebam.” (SOUSA, 1998, p.85).

Apesar dos desprestígios externos e internos, de acordo com Baeza, o fotojornalismo vai ser cada vez mais necessário. A atividade, por conectar o público com a realidade coletiva, deve resistir à perseguição do *marketing* e do espetáculo, assim como as convicções que os poderes contemporâneos lançaram contra a sua função de denúncia. “Receber imagens livres e variadas é um requisito atual para ordenar corretamente nosso pensamento e organizar nossa ação, mas é também um sintoma puro e simples do nível de liberdade global.”³⁶ (BAEZA, 2001, p.73).

Sousa (2000, p.14) afirma que:

a história do fotojornalismo é uma história de tensões e rupturas, uma história do aparecimento, superação e rompimento de rotinas e convenções profissionais, uma história de oposições entre a busca da objetividade e a assunção da subjetividade e do ponto de vista, entre o realismo e outras formas de expressão, entre o matizado e o contraste, entre o valor noticioso e a estética, entre o cultivo da pose e o privilégio concedido ao espontâneo e à ação, entre a foto única e as várias fotos, entre a estética do horror e outras formas de abordar temas potencialmente chocantes e entre variadíssimos outros fatores. E é também uma história que assiste, gradualmente, ao aumento dos temas fotografáveis, o mesmo é dizer, a uma história que assiste à expansão do que merece ser olhado e fotografado.

A década de 1960 – recorte temporal deste estudo – é considerada por Sousa o momento da segunda revolução do fotojornalismo. Neste momento, a concorrência aumentou na comunicação social aumentou, acentuando os aspectos negativos das concepções do jornalismo sensacionalista de que ainda se notavam indícios. “Tal terá provocado, gradualmente, o abandono da função sóciointegradora que os *media* historicamente possuíam, em privilégio da especulação e dramatização da informação a que hoje se assiste.” (SOUSA, 2000, p.153). No fotojornalismo, especificamente, a mudança fortaleceu a “captura do acontecimento sensacional” e a “industrialização” da atividade. Sousa arrola alguns traços característicos desse momento. Entre eles se destacou o aumento da prática de aquisição de fotografias tomadas por amadores e, sobretudo, pelas agências fotográficas, que se fortaleciam e ampliavam seu leque de trabalho mundialmente. A fotografia entrou nos museus, no mercado das artes e no ensino superior, aumentando o interesse pelo seu estudo

³⁶ Tradução livre do original: “Recibir imágenes libres y variadas es un requisito actual para ordenar correctamente nuestro pensamiento y organizar nuestra acción, pero además un sintoma puro y simple del nivel de libertad global.”

teórico. A televisão passou a influenciar o fotojornalismo e, a partir dos anos setenta, evidenciou-se uma produção fotojornalística com características industriais, levando à diminuição do *freelancing*, à estabilização dos *staffs* de fotojornalistas nas empresas e à maior convencionalização e rotinização da atividade. (SOUSA, 2000, p.152-156).

No que tange à história do fotojornalismo no Brasil, Oswaldo Munteal e Larissa Grandi (2005, p.115) frisam o surgimento de revistas e jornais que, nos anos 1960, utilizavam as imagens jornalísticas como componente fundamental na sua concepção da notícia. As reformas na imprensa nacional, que começaram ainda na década anterior, consolidaram inovações importantes para a fotografia, “com a criação da primeira editoria de fotografia, em que a responsabilidade da seleção das páginas cabia ao editor, e não ao diagramador apenas”. Com isso, a imagem jornalística passou a ser valorizada, sobretudo, na primeira e última página, demonstrando uma preocupação com o lado humano dos acontecimentos e tornando comum a utilização das páginas gráficas, com pouco texto e legendas de suporte.

3.3.1 As Estratégias de Utilização da Fotografia na Imprensa

O discurso jornalístico é fundamental para a compreensão da imagem, assim como o contexto histórico-social de sua veiculação. Porém, para seu consumo das fotografias de imprensa ser mais crítico é importante que seu conheça a as estratégias de sua utilização nos meios de comunicação, uma vez que a visualidade não é empregada por acaso na imprensa.

Nilson Hernandes, em seu livro *A mídia e seus truques*, esclarece as principais estratégias utilizadas pelo jornalismo para atrair o público. Sobre o uso de fotografias, o autor afirma que uma “grande foto” significa mais atenção, mais leitores, mais vendas. Contudo, apesar de a imagem fotográfica narrar muito com apenas um enquadramento, Hernandes (2006, p.214) acredita que o valor de uma fotografia raramente se desvincula do potencial de atração de uma reportagem como um todo.

O autor elege quatro estratégias que justificam a utilização da fotografia na imprensa a fim de que esta cumpra seu papel na construção de sentidos. A primeira estratégia arrolada por Hernandes trata a imagem jornalística como uma das principais iscas para atrair o olhar do leitor para a unidade noticiosa da qual faz parte, “ou seja, uma das mais importantes

armas na estratégia de arrebatamento³⁷ e de sustentação³⁸”. (HERNANDES, 2006, p.214). O fato do olhar ser fisgado é considerado por Hernandes como estratégia de arrebatamento. Falta ainda o leitor se interessar pelo conteúdo. Somente quando a fotografia encaminha o leitor para a parte verbal, a estratégia de sustentação geral logra êxito.

Como segunda estratégia, Hernandes afirma que “a fotografia tem um papel de servir de prova ao que se reporta, de parecer mostrar fragmentos de uma realidade inquestionável”. (HERNANDES, 2006, p.216). Sabe-se que a “realidade” fotográfica é absolutamente questionável, então o autor lembra que falar de realidade em fotografia é analisar um “efeito de sentido” desta forma de comunicação. Neste ponto, Hernandes argumenta sobre a estratégia de fidelização³⁹ a que estaria relacionada o caráter argumentativo-persuasivo do fotojornalismo. Trata-se do cumprimento de um contrato enunciador-enunciatário por certo período e da satisfação obtida nessa relação pelo leitor que vão garantir à fotografia no jornal e seu *status* de “fragmento de realidade”. Para Hernandes (2006, p.216), “a credibilidade da fotografia depende da credibilidade do próprio jornal que a insere, principalmente quando leitores sabem das crescentes facilidades de manipulação digital das imagens”.

Cabe ainda à fotografia (estratégia 3) transmitir a força das ideias expressas nas reportagens, transcendendo o seu papel de registro para ser uma espécie de resumo do que é apresentado nas outras unidades. A quarta estratégia expõe que o fotojornalismo valoriza o flagrante, uma vez que, de acordo com Hernandes, as fotografias mais valorizadas são as de flagrante, não as posadas.

Temos uma relação *flagrante x posadas* que estabelece correspondência, respectivamente, com notícias quentes e frias. As fotos posadas são abundantes nas revistas e menos comuns, mas dignas até de primeira página, nos jornais diários. Quase sempre se relacionam com assuntos frios, que não perdem a atualidade facilmente. Podem ser despojadas ou, no limite, feitas em um estúdio, com condições especiais de luz, maquiagem, com elementos cênicos. (HERNANDES, 2006, p.217).

³⁷ Hernandes define a estratégia de arrebatamento como: “As iscas estão relacionadas à criação de descontinuidades do plano de expressão com função de obter o primeiro engajamento perceptivo do leitor. São, portanto, estratégias de ordem sensível.” (HERNANDES, 2006, p.187).

³⁸ “Há aqui uma mobilização mais passional do leitor. Ele é persuadido, inicialmente, pela forma de apresentação do jornal, de que pode se formar de maneira rápida e eficiente. Jornais e revistas apresentam-se como um tipo de objeto prático, necessário, bonito, ‘indispensável’, o que ‘não dá para não ler’”, afirma Hernandes (2006, p.187) sobre a estratégia de sustentação.

³⁹ Para Hernandes, a estratégia de fidelização “nasce do contato rotineiro com diferentes edições e da satisfação de saber obter o que se quer com facilidade. Pressupõe-se contatos anteriores bem-sucedidos. Essa familiaridade em relação ao gráfico-plástico é produto do uso contínuo das mesmas famílias de letras, certos modos de ocupação de espaços e divisões, maneiras rotineiras de valorizar ou desvalorizar conteúdos que criam um código comum entre enunciador e enunciatário”. (HERNANDES, 2006, p.187).

Hernandes aponta que essas estratégias podem ser aplicadas a cada tipo de fotografia: das mais comuns às mais admiráveis, isto é, das com menor potencial de atenção até as mais envolventes. As fotografias de registro seriam produto da estratégia 2 (prova de uma realidade inquestionável). São as imagens fotográficas mais comuns encontradas na mídia impressa, sendo as que mais se aproximam do mero papel “âncora” da fotografia nos textos: “serve para mostrar o deputado de quem se fala na parte escrita da matéria ou o jogador que fez determinado gol, ou ainda como ficou o carro destruído em um acidente”. (HERNANDES, 2006, p.218). Para o autor, é utilizada para “decorar” a página, buscar o olhar do leitor, tendo valor na estratégia de fazer crer na objetividade da informação por ser de fácil decodificação.

A fotografia de síntese satisfaz principalmente a estratégia 3 (transmitir as ideias das reportagens textuais). É a imagem mais adequada para representar o que é a “força expressiva” do assunto abordado, pois resume toda uma situação tratada na parte escrita da matéria e geralmente apela para a passionalidade do observador. Já a fotografia de flagrante está ligada à estratégia 4 (o fotojornalismo valoriza o flagrante), porque capta o chamado “instante decisivo” e tem enorme valor documental e impactante. “Acreditamos que o ato do fotógrafo de captar um acontecimento no momento de maior tensão narrativa é a essência do fotojornalismo.” (HERNANDES, 2006, p.219).

A fotografia plástica, por sua vez, busca efeito estético (estratégia 1 – isca para atrair o leitor) e, dessa maneira, é a que mais expõe o fotógrafo como enunciador. Há um forte sentido de “autoria” da fotografia, de um ponto de vista subjetivo, pois há a busca por uma representação mais estetizada, “não raras vezes, determina a perda de parte da iconicidade, da representação do real. O leitor é convidado a uma interpretação mais pausada, elaborada”. (HERNANDES, 2006, p.221).

O autor (HERNANDES, 2006, p.218) salienta que é importante que uma fotografia, na análise de uma reportagem, seja encarada como um elemento a mais, de maior ou de menor utilidade no gerenciamento do nível de atenção de uma unidade noticiosa. Além disso, é relevante que a imagem seja confrontada como parte de uma encenação que tenta convencer o leitor de que a notícia apresentada é um pedaço da realidade e não um ponto de vista sobre o que acontece no mundo.

3.3.2 A Leitura das Imagens Jornalísticas

Sylvia Moretzsohn destaca a importância de investigar as relações entre texto e imagem para estudar a produção de sentidos dos meios de comunicação. Segundo a autora, na cultura brasileira, as palavras escritas, por vezes, adquirem foros de verdade e a imagem, por sua multiplicidade de significados, necessitaria de um texto para conformá-la ao sentido pretendido. É fácil perceber como os periódicos “jogam com textos e fotos, como planejam a diagramação de modo a induzir o público a uma determinada leitura – e como essa leitura pode ser subvertida dependendo de quem lê”. (MORETZSOHN, 2002, p.84). A utilização de textos para orientar a leitura da imagem fortalece, ainda mais, a intenção editorial – e ideológica – dos veículos. Então, é preciso entender que um meio de comunicação impresso é “um conjunto de elementos verbais e não verbais que interagem na produção de sentido”. (MORETZSOHN, 2002, p.80). Assim, a leitura dos conteúdos deve levar em conta a significação atribuída pelo veículo por meio do processo de edição que envolve a escolha das fotografias e sua relação com o texto, a diagramação da página e sua linha editorial.

Sobre a leitura específica da imagem jornalística, Lorenzo Vilches, referendado por Sousa (1998, p.64), acredita que há formas singulares de tratamento visual que influenciariam o nível do conteúdo. Essas formas seriam os *códigos ópticos* (a escolha do fotógrafo, as condições lumínicas do ambiente), os *códigos de tratamento* (a edição e as manipulações que a fotografia sofre nas redações) e, já nos jornais publicados, os *códigos de compaginação* (a relação estabelecida entre texto visual e texto escrito).

Vilches argumenta que o espectador da imagem tem uma série de competências que são atualizadas em cada nova imagem observada e que podem ser confrontadas com a emotividade e ideologia do leitor ou com as suas paixões e os seus afetos. Essas competências podem, logicamente, ser aplicadas à leitura da fotografia jornalística, sendo:

- a) *Competência iconográfica*: a redundância de certas formas visuais permite a sua detecção, identificação e interpretação;
- b) *Competência narrativa*: o leitor estabelece sequências narrativas entre os diversos elementos das fotografias, baseado em experiências narrativas visuais anteriores; enquanto observador da imagem, o leitor pode também participar em uma série de fenômenos associados à observação, de que é exemplo a identificação com os personagens;

- c) *Competência estética*: baseando-se em experiências simbólicas e estéticas, o leitor pode atribuir à imagem fotográfica determinado sentido (ou simplesmente desfrutar da sua beleza eventual, rejeitá-la por ser “feia”, por exemplo.);
- d) *Competência enciclopédica*: baseando-se na sua memória cultural, o leitor identifica a fotografia relacionando-a com outras informações que possua sobre a situação representada, os personagens, os objetos, o contexto etc.;
- e) *Competência linguístico-comunicativa*: com base na sua competência linguística, o leitor atribui à imagem uma proposição do tipo “foto do primeiro-ministro discursando na Assembleia”, que confrontará ou não com o texto que lhe esteja associado;
- f) *Competência modal*: baseando-se na competência espaço-temporal, o leitor interpretará a imagem fotográfica como representação de espaços e de tempos: o espaço e tempo da obtenção, o espaço da representação (a fotografia em si), o espaço da difusão e o espaço e tempo de leitura. (SOUSA, 1998, p.63-64).

É evidente, conforme Sousa, que a leitura da imagem dependerá do *esforço* que o leitor desenvolver em função de intensidade do *apelo* que a imagem lhe dirige. “O leitor de fotos jornalísticas, para o ser, tem de num determinado momento perceptivo-cognitivo, ser capaz de reconhecer, interpretar e compreender os espaços, os objectos, as personagens e os tempos que se aglomeram no ‘dentro-de-campo’ fotográfico.” (SOUSA, 1998, p.77). No fotojornalismo, a expressividade de uma imagem, em correlação com seus aspectos formais e linguísticos, deve contribuir para que “o observador não se limite a olhar e passe a *ver*”.

Poderíamos, em resumo, dizer que o sentido da fotografia de Imprensa depende (a) da máquina fotográfica e dos suportes fotossensíveis (ou outros), (b) do processo de sensação/percepção do fotógrafo e, posteriormente, do leitor, (c) da fotoliteracidade aplicada de ambos, (d) do contexto global de produção e, finalmente (e) do contexto da imagem fotográfica e do contexto da sua leitura, associada ao texto e ao design global que lhe insuflam conotações. (SOUSA, 1998, p.78-79).

O contexto da imagem ajuda a se obter a informação veiculada. Este é um elemento importante no jogo da construção de sentido, “seja a designação referente ao conhecimento de uma situação ou de uma problemática, seja referente a um contexto cultural

– como partilha de códigos e regras de funcionamento num sistema comunicacional”. (SOUSA, 1998, p.79). Uma fotografia é fabricada dentro de um determinado contexto. Somente conhecendo as situações que ela representa é possível conhecer suas significações ou, pelo menos, significações mais coerentes com a realidade hipoteticamente referenciada.

Uma das principais ferramentas para o entendimento do contexto de uma imagem é a legenda. Segundo Lima (1989), a legenda pode ter três tipos de função: complementar, explicativa e evocadora. “A legenda complementar, como o próprio nome diz, complementa a parte abstrata que a imagem não contém, mas com algumas palavras o leitor percebe essa complementação.” (LIMA, 1989, p.56). O local do acontecimento, por exemplo, é uma complementação. A legenda explicativa, por sua vez, pode permitir ao leitor tomar conhecimento dos elementos abstratos aos quais não poderia identificar. “A alta velocidade em que um automóvel bateu, por exemplo, é um dado abstrato identificado pela profundidade do amassado do carro.” (LIMA, 1989, p.56). A legenda evocadora não fornece somente ao leitor os elementos abstratos de que ele necessita para compreender a notícia, mas pode abrir outras perspectivas e faz o leitor se interrogar sobre a matéria que a fotografia está dando a notícia.

O autor, contudo, frisa que a legenda nunca deve interpretar a fotografia. Ele assegura que o texto deve conter elementos que complementem a imagem e digam, por escrito, o que o fotógrafo não pode dizer. Desta forma, “a redação da legenda deve ter em conta três fatores: a importância dos elementos abstratos que contêm a informação, a forma como se quer influenciar a leitura de interpretação e a relação entre a fotografia e o título da matéria”. (LIMA, 1989, p.57).

Sousa (1998, p.66), apropriando-se das concepções de Nancy Newall, diferenciou quatro tipos de legenda, tendo em atenção a articulação semântica entre texto e imagem. A *legenda enigma* traz frases casadas com uma imagem forte que concentra em primeiro lugar a atenção do leitor; as frases são, geralmente, extraídas de um texto vasto e convidam o leitor a se interessar por esse tempo. A *legenda miniensaião* complementa a informação oferecida pela imagem; tal como a legenda ensaio, seria mais literária que visual nos seus objetivos e técnicas. A *legenda narrativa*, uma das mais comuns utilizadas na imprensa, estabelece uma ponte entre a imagem e o artigo; segue, geralmente, a seguinte ordem: título, explicação sobre o que se passa na fotografia e comentário. Na *legenda amplificativa* o texto não se liga diretamente à imagem, empresta-lhe conotações novas, transformando os dois elementos em um novo conteúdo com um novo sentido – por vezes inesperado.

No fotojornalismo, texto e imagem se conciliam também de diferentes modos. De acordo com Sousa (1998, p.55), quando várias fotografias sobre o mesmo assunto são acompanhadas, cada uma delas, por um texto específico (a exemplo das fotorreportagens⁴⁰ que se baseiam em fotolegendas), pode-se considerar que cada uma das unidades formadas constitui uma *unidade narrativa nuclear* de um relato. Já quando se faz uma única fotografia sobre um tema e se procura complementá-la com um único texto, trata-se de um assunto abordado em uma única unidade narrativa. Outras vezes, existem uma ou várias fotografias e um texto unitário que as acompanha, pode-se considerar cada fotografia como uma “unidade narrativa”, embora já não se pudesse falar de unidade narrativa nuclear. (SOUSA, 1998, p.55-56)

Segundo Boni, a fotografia supera a escrita em termos de comunicação. “A linguagem verbal impede aos analfabetos sua leitura. A imagética, não. A linguagem imagética é universal. A verbal, não. Ser alfabetizado, inclusive, pode significar ter apenas capacidade de leitura, mas não de compreensão da linguagem verbal.” (BONI, 2000, p.13). Para o autor, a fotografia sempre permite uma leitura, que só é possível porque a mensagem fotográfica é composta por códigos abertos e contínuos, sem símbolos ou códigos preestabelecidos. Boni (2000, p.13) explica que os códigos são considerados abertos “porque sempre permitem várias leituras. E são contínuos porque sempre permitem, a todos, novas (re) leituras. Códigos abertos e contínuos descondicionam a leitura da mensagem fotográfica do conhecimento de códigos definidos e preestabelecidos”.

Dessa forma, conforme Sousa, a fotografia pode ser uma fonte de informação e comunicação que se beneficia de uma espécie de *linguagem universal*, que extravasa fronteiras, políticas, economias e mesmo culturas. Com isto, permite a todo o ser humano se comunicar com outros, evitando as necessidades de tradução. “Todavia, a fotografia não dispensa um auxílio eventual à leitura da imagem fotográfica, já que nem todos possuem um índice de literacidade imagética que permita a exploração total das imagens fotográficas.” (SOUSA, 1998, p.87). O autor evidencia, porém, a existência de linguagens fotográficas e não uma linguagem, uma vez que cada imagem depende do seu fotógrafo, de como será conotada em função da pessoa, do meio social e cultural em que ela se insere.

A par de algumas das principais discussões teóricas que cercam o fotojornalismo, resta explicitar passos seguidos metodologicamente na realização deste estudo para, enfim, conhecer o panorama da atividade fotojornalística desenvolvida pelos jornais

⁴⁰ Reportagem em que as fotografias constituem a parte principal da notícia, acompanhadas apenas de legendas ou pequeno texto explicativo.

paranaenses *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* e também refletir sobre a cobertura realizada por estes periódicos no que concernem assuntos tidos como polêmicos no ano de 1968.

4 OS CAMINHOS DA PESQUISA

4.1 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: UM PROCEDIMENTO DO INÍCIO AO FIM DO TRABALHO

Com intuito de discutir como a veiculação e produção fotojornalística referente a temas polêmicos, em 1968, foi conduzida pelos jornais paranaenses *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*, alguns procedimentos metodológicos foram aplicados: a pesquisa bibliográfica, a análise de conteúdo e a iconologia.

Primeiramente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, presente nos dois capítulos anteriores deste trabalho. A primeira parte – *Imprensa e regime militar: os princípios do novo governo* – contextualiza o período estudado, fazendo uma recuperação da implantação do regime imposto a partir de 1964 e demonstrando um panorama do relacionamento existente entre a imprensa e o novo sistema político. O capítulo seguinte – *O poder informacional das imagens jornalísticas* – fundamenta teoricamente as práticas da atividade fotojornalística por meio de uma explanação sobre as suas classificações e a sua inserção na imprensa desempenhando o papel de “construtora” de realidade, além de tratar das características próprias ao fotojornalismo, procurando demonstrar o poder informacional da imagem fotográfica.

A finalidade da pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto. A bibliografia pertinente, segundo Marina Marconi e Eva Lakatos (2008, p.57), oferece meios não só para resolver os problemas já conhecidos, mas para explorar novas áreas com problemas que ainda não se cristalizaram suficientemente. “Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras.” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p.57).

Ida Stumpf (2009, p.51) expõe a pesquisa bibliográfica no sentido amplo e no sentido restrito. No primeiro, é entendido como o planejamento global e inicial de qualquer trabalho de pesquisa que vai desde a identificação, localização e obtenção da bibliografia pertinente ao assunto, até a apresentação de um texto sistematizado pelo pesquisador, acrescido de suas próprias ideias e opiniões. Já no sentido restrito, é um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e

dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados na redação de um trabalho acadêmico.

Sendo assim, a revisão da literatura acompanha o trabalho acadêmico desde sua concepção até sua conclusão. Da identificação do problema e os objetivos do estudo, passando por sua fundamentação teórica e conceitual, pela escolha da metodologia e da análise dos dados, a consulta à literatura pertinente se faz necessária. (STUMPF, 2009, p.54).

Assim, a pesquisa bibliográfica está disseminada em vários momentos da realização dessa pesquisa, fundamentando vários de seus passos, pois por meio da leitura de pesquisas relacionadas sobre o assunto de interesse, o pesquisador pode encontrar alguns instrumentos já prontos, podendo utilizá-los ou adaptá-los a suas necessidades, sem precisar criar novos.

Com a reflexão teórica realizada, parte-se para a aplicação dos outros procedimentos metodológicos adotados que objetivaram realizar uma coleta de dados. Os dados levantados, por meio da análise de conteúdo, dão suporte ao mapeamento da produção do fotojornalismo da *Gazeta* e *O Estado*, no ano em questão, que identificam as principais características noticiosas da atividade no início do regime militar (pré-AI-5).

4.2 A COLETA DE DADOS POR MEIO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

A análise de conteúdo já foi definida de diferentes formas: como uma técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo evidente da comunicação ou como uma técnica para investigar os conteúdos das comunicações, mediante a classificação, em categorias dos elementos da comunicação. Segundo Marconi e Lakatos (2008, p.117), “o conteúdo da informação é analisado por meio de categorias, que levam a resultados quantitativos”. As autoras assinalam que, com esta metodologia, podem-se testar hipóteses sobre o conteúdo das publicações, sobre o tratamento de grupos minoritários, sobre as técnicas de propaganda, mudança de atitudes, alterações culturais, apelos de líderes políticos aos seus simpatizantes, entre outras. “É uma técnica que visa aos produtos da ação humana, estando voltada para o estudo das idéias e não das palavras em si.” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p.117).

Wilson Corrêa da Fonseca Júnior (2009) aponta que a análise de conteúdo se ocupa basicamente com a análise de mensagens, como ocorre com a análise semiológica ou análise de discurso. O que as diferencia é que a análise de conteúdo cumpre requisitos de

sistematicidade e confiabilidade. A análise de conteúdo, conforme Lozano (*apud* FONSECA JUNIOR, 2009, p.286), é sistemática porque se baseia em um conjunto de procedimentos que se aplicam da mesma forma a todo o conteúdo analisável. “É também confiável – ou objetiva – porque permite que diferentes pessoas, aplicando em separado as mesmas categorias à mesma amostra de mensagens, possam chegar as mesmas conclusões.”

O método em questão possuiria, de acordo com Fonseca Júnior (2009, p.286), apoiando-se nas concepções de Krippendorff, três características fundamentais: a) a orientação fundamentalmente empírica, exploratória, vinculada a fenômenos reais e de finalidade preditiva; b) transcendência das noções normais de conteúdo, envolvendo as ideias de mensagem, canal, comunicação e sistema; e c) metodologia própria, que permite ao investigador programar, comunicar e avaliar criticamente um projeto de pesquisa com independência de resultados.

A análise de conteúdo se organiza em três fases cronológicas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação. A primeira consiste no planejamento do trabalho a ser elaborado: sistematiza-se as ideias iniciais com o desenvolvimento das operações sucessivas, contempladas em um plano de análise que apresentará as leituras e teorias que fundamentam as hipóteses da pesquisa. A segunda se refere à análise propriamente dita, envolvendo ações de codificação em função de regras previamente formuladas. “Se a pré-análise⁴¹ for bem-sucedida, esta fase não é nada mais do que a administração sistemática das decisões tomadas anteriormente.” (FONSECA JUNIOR, 2009, p.290). A terceira fase é o tratamento dado aos resultados brutos para que se tornem significativos e válidos. Realiza-se operações estatísticas que permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos por meio da categorização⁴²; a partir de então o analista pode propor inferências. Foi justamente a inferência, segundo o autor, que contribui para amenizar o impacto da herança positivista no método⁴³, por se tratar de uma leitura efetuada pelo analista para evidenciar o sentido que se encontra em segundo plano.

⁴¹ De todas as fases da análise de conteúdo, a pré-análise, segundo Fonseca Junior (2009, p.290), é considerada uma das mais importantes, por se configurar na própria organização da análise, que serve para as fases seguintes. “Envolve a escolha de documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos, bem como a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final.”

⁴² Consiste, de acordo com Fonseca Junior (2009, p.298), no trabalho de classificação e reagrupamento das unidades de registro em um número reduzido de categorias, com o objetivo de tornar inteligível a massa de dados e sua diversidade.

⁴³ O método da análise de conteúdo passou por uma considerável desqualificação, na década de 1970, pelos pesquisadores marxistas, devido à sua origem positivista que não permitiria uma aproximação crítico-ideológica suficiente dos meios de comunicação. “Esta contestação viria depois a ser contestada por outros autores marxistas, ao afirmarem que o trabalho crítico não se define pelas técnicas de pesquisa que utiliza” (FONSECA JUNIOR, 2009, p.281) e sim pelo trabalho do pesquisador.

Para Fonseca Júnior (2009, p.285), atualmente, mesmo sendo considerada uma forma híbrida por fazer uma ponte entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa de materiais, “a análise de conteúdo oscila entre dois pólos, ora valorizando o aspecto quantitativo, ora o qualitativo, dependendo da ideologia e dos interesses do pesquisador. Apesar da introdução da inferência, a empatia pelos números não desapareceu”. Outro aspecto importante se deve às propostas de utilização da metodologia em parceria com outras técnicas de investigação. No caso deste trabalho especificamente, trata-se da conciliação da análise de conteúdos das fotografias jornalísticas publicadas na *Gazeta do Povo* e no *O Estado do Paraná*, no ano de 1968, com a realização de uma pesquisa bibliográfica e a análise qualitativas das imagens publicadas nos periódicos por meio do método da iconologia proposta por Erwin Panofsky – que será discutida adiante.

4.2.1 A Concepção e o Objetivo da Tabela Para a Coleta de Dados

Os jornais diários *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* estão disponíveis para pesquisa na Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná (BPP), em Curitiba. Suas edições estão microfilmadas para consulta. Os exemplares impressos não estão acessíveis aos pesquisadores devido à necessidade de conservação. Desta forma, a presente pesquisa foi realizada nos microfilmes presentes na instituição. A *Gazeta*, de 1968, conta com 12 rolos de microfilmes, uma vez que foi microfilmada mês a mês; já *O Estado* daquele ano possui seis rolos, em cada um deles há dois meses registrados.

Para a realização da pesquisa⁴⁴, foi elaborada uma tabela para identificar as principais características do fotojornalismo na imprensa paranaense no ano de 1968. Procurou-se mapear a quantidade de fotografias presentes em cada edição, assim como se estas poderiam ser classificadas como fotojornalismo, foto-ilustração e retrato, e se estavam disponíveis na capa ou no miolo do exemplar. Havia o intuito de identificar qual a abrangência das informações veiculadas pelas fotografias jornalísticas, se eram de cunho regional, nacional ou internacional. Porém, o objetivo principal era distinguir as principais temáticas abordadas nos periódicos, distribuídas em política, cultura, educação, economia,

⁴⁴ A pesquisa foi realizada na Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná, em Curitiba, entre os dias 4 e 16 de abril de 2011, das 8h30 às 18 horas aproximadamente. Na primeira semana (de 4 a 9/04), consultou-se a os exemplares microfilmados da *Gazeta do Povo* e, na semana seguinte (de 11 a 16/04) do *O Estado do Paraná*. Todas as edições disponíveis do ano de 1968, de janeiro a dezembro, dos dois periódicos em questão, foram consultadas, totalizando 485 exemplares – sendo 240 da *Gazeta* e 245 do *O Estado*. Apenas as edições referentes aos domingos não fazem parte do *corpus* deste trabalho. Optou-se por não utilizá-las devido à grande quantidade de imagens publicitárias e de colunas especiais daquele dia da semana que poluíam as edições tornando a pesquisa truncada. Além disso, havia pouca utilização de imagens classificadas como jornalísticas nas publicações, pois se tratava de um número com assuntos mais leves e atemporais. Soma-se ainda o curto espaço de tempo disponível para a feitura do trabalho.

cidade/cotidiano, esporte e arquivo. Existia também um espaço destinado a anotações pertinentes a cada edição e que não estavam contempladas na tabela.

A princípio, a tabela buscava reconhecer o tamanho das imagens veiculadas, a quantidade de páginas do exemplar e a existência de infográficos e ilustrações. Contudo, esta parte da pesquisa se mostrou irrisória, uma vez que as fotografias seguiam um padrão de tamanho – entre oito e dez centímetros de altura e/ou largura, em média. Mostrou-se inviável e dispensável levantar a quantidade de páginas de cada edição e era raro o aparecimento de elementos gráficos. Por outro lado, devido a um grande número de fotografias estarem na capa, resolveu-se anotar os temas das imagens que abriam os jornais, o que não estava previsto inicialmente na realização da pesquisa.

Antes de conhecer o resultado do levantamento realizado, é importante deixar claro o que se entende em cada um dos quesitos pesquisados. Para começar, a classificação em fotojornalismo e foto-ilustração foi dada a partir dos apontamentos de Pepe Baeza (2001) – elementos já discutidos no capítulo anterior – diferenciando-as das imagens publicitárias e persuasivas presentes nos veículo impressos. O autor considera imagem fotojornalística aquela que se vincula a valores de informação, atualidade e notícia; aquela que compila feitos de relevância desde uma perspectiva social, política e econômica, assimiláveis pelas classificações habituais da imprensa por meio de suas editoriais. Já a foto-ilustração, proposta por Baeza, é toda imagem fotográfica que cumpre a função de ilustração com a finalidade de melhor compreender um objeto, um feito, um conceito ou uma ideia. Caracteriza-se por depender de um texto prévio que marca e origina a imagem. Esta deve explicá-lo, esclarecê-lo, gerando no destinatário uma aproximação com o conteúdo do texto. Está mais adequada ao jornalismo de serviço, implicando em uma grande variedade de usos e tendo uma vocação didática e divulgativa. Desta forma, não foram calculadas todas as imagens presentes nos jornais, como as fotografias de coluna social e as referentes à publicidade, por exemplo. Somente as vinculadas a notícias se enquadraram nestas classificações.

A categoria retrato, por sua vez, foi inserida por se tratar de um tipo de imagem que se acreditava que sua presença seria constante e, por ser híbrida, poderia se enquadrar nas duas categorias anteriores. O retrato pode ser considerado uma forma de imagem de registro, podendo ser ilustrativa e como também pode apresentar importantes informações relativas às notícias. Nilson Hernandez aponta que são as fotografias que mais se aproximam do papel “âncora” nos textos, uma vez que a notícia parece estar personificada

na imagem retratada, pois apresenta o deputado, o jogador, o especialista, entre outros. Assim, fez-se necessário para esta classificação a informação de quem era o sujeito fotografado.

Em relação à abrangência, informações referentes aos municípios e ao estado do Paraná se centraram na categoria regional. Notícias com assuntos de alcance brasileiro ou de outros estados do país foram dispostos como nacionais. Já temas que abrangessem outros países foram considerados internacionais.

A par das concepções que fundamentaram as classificações e as abrangências, é necessário discutir a que concerne cada uma das temáticas. Elas foram divididas de acordo com editorias comuns ao jornalismo: política, cultura, educação, economia, cidade/cotidiano e esporte. Havia a opção arquivo, porém, como não existia crédito nas imagens, tornou-se inviável detectar se cada fotografia poderia ser de arquivo ou não. Então, a opção acabou não sendo utilizada. Resumidamente, na editoria de política foram enquadrados os temas sobre a administração pública, eleições, governos e suas ações – decretos e conquistas, por exemplo. Está incluso nesta temática as notícias sobre manifestações contra ou em prol de atitudes governamentais, pois o cerne da informação é a questão política. Na cultura, os assuntos envolvem teatro, festivais, manifestações culturais populares e literatura. Já à educação cabe vestibulares, instituições de ensino e cursos das mais diversas áreas – a não ser cursos muito específicos que, ocasionalmente, poderiam ser classificados em outra editoria. A categoria economia agrega notícias sobre a inflação, consumo, alta e baixa de preços, moedas, índices econômicos e questões financeiras – como crises, cotação de bolsas de valor, entre outros. Cidade/cotidiano era a temática mais abrangente, abrigava desde questões relativas à segurança e acontecimentos, passando por religião e saúde. Tratava-se de temas discutidos no dia a dia dos leitores, as notícias mais fatuais. Esporte se reporta ao noticiário esportivo – na época, especialmente ao futebol.

Com os dados coletados, foram realizadas a tabulação e categorização das informações, resultando em um panorama do fotojornalismo na *Gazeta* e no *O Estado* no ano de 1968. Conseguiu-se obter resultados comuns aos jornais e também apontamentos específicos da atividade fotojornalística de cada veículo que serão apresentados no próximo capítulo. Antes, porém, faz-se necessário compreender a metodologia da iconologia, proposta por Panofsky, que, nesta pesquisa, fundamenta a análise qualitativa das fotografias selecionadas, como objetivo de avaliar o poder informacional da imagem fotográfica veiculada na imprensa paranaense e entender possíveis relações existentes entre os periódicos estudados e o sistema político vigente.

4.3 ICONOLOGIA E SUAS ADAPTAÇÕES PARA O USO NAS IMAGENS DA IMPRENSA

O significado de uma fotografia não é entendido por todos igualmente. Segundo Baeza (2001, p.157), “primeiro porque as imagens não dizem uma só coisa, segundo porque seu sentido depende de fatores alheios à imagem em si; e terceiro porque cada um entende o que quer e o que pode”.⁴⁵ Assim, é importante que se eleja um método para análise de imagens fotográficas. Baeza sugere a utilização da iconologia de Panofsky, por ser um sistema divertido e, ao mesmo tempo, exigente. O autor esclarece “a iconologia é um sistema que provém do estudo das obras de arte e que também permite uma aproximação às imagens mediáticas, pois se estabelecem pragmaticamente às adaptações precisas a cada caso”.⁴⁶ (BAEZA, 2001, p.160). A possibilidade de adaptação é um dos motivos para a aplicação da metodologia neste trabalho. Une-se a este motivo, o fato de Boris Kossoy – pioneiro dos estudos da imagem fotográfica no Brasil – também recomendá-lo para as pesquisas que envolvam a fotografia e a história, assunto que será explicado adiante.

Antes de tratar das adaptações, porém, é necessário entender a iconologia. O método foi proposto por Erwin Panofsky, integrante da Escola de Warburg, em Hamburgo, na Alemanha. O enfoque de imagens foi sintetizado em um famoso ensaio, inicialmente publicado em 1939, que distingue três níveis de interpretação correspondendo a três níveis de significado: a descrição pré-iconográfica, a análise iconográfica e a interpretação iconológica.

O primeiro corresponde ao *significado primário ou natural*, subdividido em *fatural e expressional*. É apreendido, conforme Panofsky (2001, p.50), pela identificação das formas puras – certas configurações de linha e cor, ou determinados pedaços de bronze ou pedras de forma peculiar, como representativos de objetos naturais tais que seres humanos, animais, plantas, casas, ferramentas e assim por diante –; pela identificação de suas relações mútuas como acontecimentos; e pela percepção de algumas qualidades expressivas – como o caráter pesado de uma pose ou gesto, ou atmosfera caseira e pacífica de um interior.⁴⁷ Assim, na descrição pré-iconográfica, os objetos e eventos, cuja representação por linhas, cores e volumes constitui o mundo dos motivos, podem ser identificados com base na experiência prática. Panofsky afirma que, às vezes, o alcance da experiência não seja suficiente para identificar determinados motivos, como, por exemplo, a representação de uma

⁴⁵ Tradução livre do original: “Primero porque las imágenes no dicen una sola cosa; segundo porque su sentido depende de factores ajenos a la imagen en sí; y tercero porque cada uno entiende lo que quiere y lo que puede.”

⁴⁶ Tradução livre do original: “La iconología es un sistema que proviene del estudio de las obras de arte y también permite una aproximación a las imágenes mediáticas si se establecen pragmáticamente las adaptaciones precisas a cada caso.”

⁴⁷ “O mundo das formas puras assim reconhecidas como portadoras de significados primários ou naturais pode ser chamado de mundo dos motivos artísticos.” (PANOFSKY, 2001, p.50).

planta ou animal desconhecidos. Nestes casos, é preciso aumentar o alcance da experiência prática consultando um livro ou um perito. “Nossa experiência prática é indispensável e suficiente, como material para a descrição pré-iconográfica, mas não garante a sua exatidão.” (PANOFSKY, 2001, p.55).

O segundo nível, a análise iconográfica, corresponde ao *significado secundário ou convencional*, que é apreendido pela percepção de que uma figura masculina com uma faca representa São Bartolomeu, que uma figura feminina com um pêssigo na mão é a personificação da veracidade ou que um grupo de pessoas sentadas em torno de uma mesa de jantar em uma determinada disposição e pose representa a Última Ceia, por exemplo.⁴⁸ Precisa-se ligar os motivos artísticos e as combinações de motivos artísticos (composições) com assuntos e conceitos⁴⁹, pois a identificação de imagens, estórias e alegorias é o domínio daquilo que é normalmente conhecido por “iconografia”. A análise iconográfica, então, trata com imagens, estórias e alegorias em vez de motivos. Para Panofsky (2001, p.58), ela pressupõe muito mais que a familiaridade com objetos e fatos do que adquirimos pela experiência prática, pressupõe, assim, a familiaridade com temas específicos ou conceitos, “tal como são transmitidos através das fontes literárias, quer obtidos por leitura deliberada ou tradição oral”. No entanto, embora o conhecimento dos temas e conceitos específicos transmitidos pelas fontes literárias seja indispensável e suficiente para uma análise iconográfica, não garante sua exatidão. Panofsky (2001, p.61) assinala que “podemos suplementar e corrigir nosso conhecimento das fontes literárias, investigando o modo pelo qual, sob diferentes condições históricas, temas específicos ou conceitos eram expressos por objetos e fatos, ou seja, a história dos tipos”.

A iconografia é, portanto, a descrição e classificação das imagens, assim como a etnografia é a descrição das raças humanas; é um estudo limitado e, como que ancilar, que nos informa quando e onde temas específicos foram visualizados por quais motivos específicos. [...] a iconografia é de auxílio incalculável para o estabelecimento de datas, origens e, às vezes, autenticidade; e fornece as bases necessárias para quaisquer interpretações ulteriores. Entretanto, ela não tenta elaborar a interpretação sozinha. Coleta e classifica a evidência, mas não considera obrigada ou capacitada a investigar a gênese e significação dessa evidência: a interação entre os ‘diversos’ tipos; a influência das idéias filosóficas, teológicas e políticas; os propósitos e inclinação individuais dos artistas e patronos; a correlação entre os conceitos inteligíveis e a forma visível que assume em cada caso específico. (PANOFSKY, 2001, p.53).

⁴⁸ “Motivos reconhecidos como portadores de um significado secundário ou convencional podem chamar-se imagens, sendo que combinações de imagens são o que os antigos teóricos de arte chamavam de *invenzioni*, nós costumamos dar-lhes o nome de estórias e alegorias.” (PANOFSKY, 2001, p.50-51).

⁴⁹ “[O significado secundário ou convencional] difere do primário ou natural por duas razões: em primeiro lugar, por ser inteligível em vez de sensível e, em segundo, por ter sido conscientemente conferido à ação prática pela qual é veiculado”. (PANOFSKY, 2001, p.49).

O terceiro – e principal – nível de interpretação, a interpretação iconológica, corresponde ao *significado intrínseco ou conteúdo*. Este, de acordo com o autor, é apreendido pela determinação dos princípios subjacentes que revelam a atitude básica de uma nação, de um período, classe social, crença religiosa ou filosófica, qualificados por uma personalidade condensados em uma obra. Estes princípios se manifestam e esclarecem por meio de “métodos de composição” ou mesmo por meio da “significação iconográfica”. “Ao concebermos assim as formas puras, os motivos, imagens, estórias e alegorias, como manifestações de princípios básicos e gerais, interpretamos todos esses elementos como sendo o que Ernst Cassirer chamou de valores ‘simbólicos.’” (PANOFSKY, 2001, p.52). O autor aponta que a descoberta e interpretação dos valores “simbólicos” é o objeto do que poderia designar por “iconologia” em oposição a “iconografia”.

A interpretação iconológica, por sua vez, requer algo a mais do que familiaridade com conceitos ou temas específicos transmitidos pelas fontes literárias, necessita-se de uma faculdade mental comparável a de um clínico nos seus diagnósticos, a “intuição sintética”⁵⁰. Porém, assim como na análise iconográfica e na descrição pré-iconográfica, a aplicação de corretivos e controles é indispensável, especialmente quando mais subjetiva e irracional for a fonte de interpretação – pois toda abordagem intuitiva estará condicionada pela psicologia e *Weltanschauung*⁵¹ do intérprete. Para Panofsky, a intuição sintética deve ser corrigida por uma compreensão da maneira pela qual, sob diferentes condições históricas, as tendências gerais e essenciais da mente humana foram expressas por temas específicos e conceitos – pode-se chamar de histórias dos sintomas culturais – ou “símbolos”, no sentido de Ernst Cassirer, em geral.

Panofski (2001, p64-65) sintetiza seus apontamentos na tabela abaixo:

⁵⁰ Panofsky explica ainda que este é termo bastante desacreditado de “intuição sintética” e que pode ser mais desenvolvido em um leigo talentoso do que em um estudioso erudito, porém ainda é o mais adequado.

⁵¹ Entende-se como a orientação cognitiva fundamental de um indivíduo ou de toda uma sociedade, que abrange os valores fundamentais, existenciais e normativos. O termo, originário do alemão, significa literalmente visão de mundo, cosmovisão ou mundivivência.

Tabela 2 - Quadro sinóptico sobre o método iconológico proposto por Panofsky (2001)

Objeto de interpretação	Ato da interpretação	Equipamento para a interpretação	Princípios corretivos de interpretação (História da Tradição)
I. <i>Tema primário ou natural</i> – (A) fatural, (B) expressional – constituindo o mundo dos motivos artísticos.	<i>Descrição pré-iconográfica</i> (e análise pseudoformal).	<i>Experiência prática</i> (familiaridade com <i>objetos</i> e <i>eventos</i>).	História do <i>estilo</i> (compreensão da maneira pela qual, sob diferentes condições históricas, <i>objetos</i> e <i>eventos</i> foram expressos pelas <i>formas</i>).
II. <i>Tema secundário ou convencional</i> , constituindo o mundo das <i>imagens</i> , <i>estórias</i> e <i>alegorias</i> .	<i>Análise iconográfica</i> .	Conhecimento de fontes literárias (familiaridade com <i>temas</i> e <i>conceitos</i> específicos).	História dos <i>tipos</i> (compreensão da maneira pela qual, sob diferentes condições históricas, <i>temas</i> ou <i>conceitos</i> foram expressos por <i>objetos</i> e <i>eventos</i>).
III. <i>Significado intrínseco ou conteúdo</i> , constituindo o mundo dos <i>valores “simbólicos”</i> .	<i>Interpretação iconológica</i> .	<i>Intuição sintética</i> (familiaridade com as <i>tendências essenciais da mente humana</i>), condicionada pela psicologia pessoal e <i>Weltanschauung</i> .	História dos <i>sintomas culturais</i> ou “ <i>símbolos</i> ” (compreensão da maneira pela qual, sob diferentes condições históricas, <i>tendências essenciais da mente humana</i> foram expressas por <i>temas</i> e <i>conceitos</i> específicos).

Fonte: Panofsky (2001, p.64-65)

O autor conclui que quando alguém quer se expressar de maneira estrita – o que nem sempre é necessário na linguagem escrita ou falada de todo o dia, nos quais o contexto geral esclarece o significado das palavras –, cabe à pessoa distinguir entre três camadas de tema ou mensagem, sendo que a mais baixa é comumente confundida com a forma e a segunda é o domínio especial da iconografia em oposição à iconologia. Em qualquer uma destas camadas, “nossas identificações e interpretações dependerão de nosso equipamento subjetivo e por essa mesma razão terão de ser suplementados e corrigidos por uma compreensão dos processos históricos cuja soma pode denominar-se tradição”. (PANOFSKY, 2001, p.64).

O autor ainda esclarece que se deve ter em mente, contudo, que essas categorias nitidamente diferenciadas, que parecem identificar três esferas independentes de significado, na realidade se referem a aspectos de um mesmo fenômeno, ou seja, à obra de arte – ou a fotografia, no caso deste trabalho – como um todo. “Assim sendo, no trabalho real, os métodos de abordagem que aqui aparecem como três operações de pesquisa irrelacionadas entre si, fundem-se num mesmo processo orgânico e indivisível.” (PANOFSKY, 2001, p.64).

O método iconológico, segundo Baeza (2001, p.165), é um procedimento de análise que se quer “muito aberto”, como acredita ser correspondente, por outra parte, a imagem mediática como matéria de análise,

mas ao mesmo tempo, um procedimento que longe de dificultar a imaginação e a criatividade do investigador lhe dá asas para aprofundar-se no terreno da significação; com riscos, mas com sentido de avanço, de conquista de parcelas indecifradas e sem necessidade de gastar tempo e recursos na rigidez que propiciam as disciplinas que se esgotam em nomear as partículas significantes, sem chegar nunca a arriscar seu caráter ‘científico’ no desvelamento maravilhoso do possível significado.⁵²

Baeza salienta que acredita no ponto de vista pragmático que privilegia o uso, a intencionalidade comunicativa e o peso do contexto para acometer a análise de imagens mediáticas. Sem tirar o valor das determinações fenomenológicas que consideram a análise da imagem como um objeto isolado e como produto da combinação de um repertório de signos específicos, “creio que o valor destes signos é menor frente à carga significativa que oferecem, o ‘para quê’ foi produzida uma imagem e o contexto em que se produz e difunde”.⁵³ (BAEZA, 2001, p.166).

4.3.1 As Críticas ao Método Iconográfico e sua Utilização na Fotografia

Panofsky, de acordo com Peter Burke (2004, p.46), insistia na ideia de que imagens são parte da cultura e não podem ser compreendidas sem seu conhecimento. “Para interpretar a mensagem, é necessário familiarizar-se com os códigos culturais.” Burke, no entanto, afirma que o método iconográfico tem sido criticado por ser intuitivo em demasia – muito especulativo para que se possa confiar – e por sua falta de dimensão social – sua indiferença ao contexto social. Burke explica que o objetivo de Panofsky era indiferente – se não hostil – à história social da arte; era descobrir “o” significado da imagem, sem levantar a questão: significado para quem? “Contudo, é possível que o artista, o mecenas que encomendou o trabalho e outros espectadores contemporâneos não compartilhassem a mesma visão de uma determinada imagem.” (BURKE, 2004, p.51).

⁵² Tradução livre do original: “pero al mismo tiempo, un procedimiento que lejos de entorpecer la imaginación y la creatividad del investigador le da alas para adentrarse en el terreno de la significación, con riesgos, pero con sentido de avance, de conquista de parcelas indecifradas y sin necesidad de gastar tiempo y recursos en la rigidez que propician las disciplinas que se agotan en nombrar las partículas significantes, sin llegar nunca a arriesgar su carácter ‘científico’ en el desvelamiento maravilloso del posible significado.”

⁵³ Tradução livre do original: “creo que el valor de estos signos es menor frente a la carga significativa que ofrece el ‘para qué’ ha producida una imagen y el contexto en que se produce y difunde.”

Um outro problema do método iconológico, apontado por Burke, é que seus praticantes não têm prestado suficiente atenção à variedade de imagens. “Panofsky e Wind possuíam olhares aguçados para alegorias em pinturas, porém imagens não são sempre alegóricas.” (BURKE, 2004, p.51). Uma última crítica levantada por Burke é que o considera o método excessivamente literário, ou logocêntrico, pois assume que as imagens ilustram ideias e privilegia o conteúdo sobre a forma. “Essas suposições são problemáticas. Em primeiro lugar, a forma é certamente parte da mensagem. Em segundo, as imagens freqüentemente despertam emoções bem como veiculam mensagens no estrito sentido do termo.” (BURKE, 2004, p.52). Além disso, quanto à iconologia, Burke alerta para os perigos de assumir a ideia de que as imagens expressam o “espírito da época”, uma vez que “não é razoável adotar a idéia da homogeneidade cultural de uma época”. (BURKE, 2004, p.52).

Para finalizar, é importante esclarecer a aplicação da iconologia em fotografias mesmo sendo um método desenvolvido para as artes⁵⁴. Kossoy pondera ser possível aplicá-la à fotografia, uma vez que a imagem fotográfica é um produto documental que se acha fundido ao processo de criação do fotógrafo, à sua cultura, à técnica e à estética, portanto registro/criação. Apesar da pretensão de ser imparcial e de ser um “espelho do real”, as fotografias – assim como as demais fontes de informação histórica – não podem ser tratadas como portadoras da verdade. “A imagem fotográfica, com toda sua carga de ‘realismo’, não corresponde necessariamente à verdade histórica, apenas ao registro (expressivo) da aparência... fonte, pois, de ambigüidades.” (KOSSOY, 2002, p.45). Segundo o autor, além de plenas de ambigüidades, as fotografias são portadoras de significados não explícitos e de omissões pensadas, calculadas, uma vez que, mesmo sendo vinculado ao referente, o testemunho presente se acha fundido ao *processo de criação* do fotógrafo – assim como as obras de arte ao do artista –, correspondendo a um “produto documental elaborado cultural, técnica e esteticamente, portanto ideologicamente: registro/criação”. (KOSSOY, 2002, p.35).

Para Kossoy, a fotografia tem uma *realidade própria* que não corresponde necessariamente a realidade que envolveu o assunto, o objeto de registro, o contexto da vida passada. É a realidade do documento, da representação, uma *segunda realidade*, construída, codificada, sedutora, mas não ingênua ou inocente, “é o elo material do tempo e espaço

⁵⁴ Aqui, não se questiona o potencial artístico da imagem fotografia, até mesmo porque, depois de muita discussão entre os teóricos, há um consenso de que fotografia é arte. Contudo, a intenção é esclarecer a possibilidade de utilizar o método iconológico não só em fotografias relacionadas à arte e tampouco às midiáticas, e sim entender como a fotografia em si – independente de sua utilização – pode ser entendida como um produto fruto de processo de criação de um indivíduo devidamente contextualizado em seu tempo e espaço, bem como acontece com as outras áreas artísticas.

representado”. (KOSSOY, 2002, p.22). Então, o potencial informativo de uma fotografia será alcançado à medida que seus fragmentos forem contextualizados na trama histórica, em seus múltiplos desdobramentos – sociais, políticos, econômicos, religiosos, artísticos e culturais –, localizando-a no tempo e espaço do ato fotográfico. É alcançando as faces das imagens fotográficas que ficam ocultas – aquelas que são invisíveis e que não se explicitam⁵⁵ – que se chegará as memórias envoltas nesse documento.

4.3.2 O Procedimento de Seleção de Fotografias para Análise

Silvana Louzada (2009, p.3) aponta algumas dificuldades para a realização de pesquisas que abarquem os jornais diários como fonte. Para ela, é preciso levar em conta a materialidade dos periódicos, que é por definição descartável, “o que torna o arquivamento complicado e a consulta direta praticamente impossível após poucos anos”. A principal forma de consultá-los é por meio de microfimes⁵⁶, que oculta diversos pormenores importantes para a pesquisa em fotografia, como cor, textura e proporção.

Outra dificuldade elencada por Louzada é a periodicidade. “Se por um lado é possível determinar um recorte para qualquer pesquisa, por outro é inegável que a quantidade de material empírico de um jornal é, geralmente, muitíssimo superior ao de uma revista.” (LOUZADA, 2009, p.3). Lidar com as fotografias publicadas durante todo um ano em dois periódicos, a *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná*, proporcionou o contato com, aproximadamente, sete mil imagens. Assim, foi necessário estabelecer alguns critérios para a seleção das imagens que seriam analisadas por meio da iconologia.

Primeiro, decidiu-se que as fotografias analisadas deveriam abordar os temas: *censura, mobilizações estudantis, subversivos e comunistas, e políticos e militares*. Acredita-se que notícias tangentes às *mobilizações estudantis* representariam as causas sociais – além de se tratar dos protestos mais comuns e noticiados pela imprensa da época –, as referentes à *censura* demonstrariam um dos aspectos ditatoriais imposto pelo novo governo. Já as fotografias com informações que circundavam à temática de *subversivos e comunistas*

⁵⁵ Toda imagem fotográfica, segundo Kossoy, possui, oculta ou internamente, uma história. É o que chama de *realidade interior*, que é abrangente e complexa, invisível fotograficamente e inacessível fisicamente. Confunde-se com a *primeira realidade*. Assim como existe uma *realidade exterior*, aquela em que o assunto representado tem o conteúdo explícito na imagem, é “a face aparente e externa de uma micro-história do passado, cristalizada expressivamente”. É o aspecto visível da *realidade exterior* da imagem que a torna documento. É esta natureza que se constitui em *segunda realidade*. (KOSSOY, 2002, p.36-37).

⁵⁶ Louzada (2009, p.3), reportando-se à Biblioteca Nacional, lembra que a qualidade dos microfimes prejudica a pesquisa e isto pode ser aplicado aos documentos paranaenses disponíveis na BPP. “Essa pode ser uma das razões da exiguidade de trabalhos relacionados à fotografia no jornalismo diário.”

exemplificariam o que era entendido, de acordo com a política vigente, como atitudes certas ou erradas – quem defendia o “bem” e o “mal”. Para concluir, a veiculação de fotografias dos próprios *políticos e militares* apresentariam as lideranças da conjuntura vivida pelo país e ainda se trata da imagem direta dos governantes⁵⁷. Desta forma, os principais temas considerados polêmicos nos anos da vigência do regime militar brasileiro seriam tratados. Como o intuito do trabalho era estudar o fotojornalismo paranaense, optou por imagens produzidas no estado, eliminando as fotografias nacionais e internacionais – assim como os jornais selecionados para a realização da pesquisa também eram originários do estado do Paraná.

Mesmo com este recorte, muitas imagens estariam aptas a serem analisadas. Então, realizou-se um levantamento da publicação das fotografias pré-selecionadas para detectar os meses em que foram veiculadas (Tabela 3). Como em alguns meses o número de imagens adequadas aos critérios anteriormente estabelecidos foi zero – estar dentro das temáticas tidas como polêmicas e ser produzida pelos profissionais paranaenses –, tornou-se inviável realizar uma seleção randômica, pois poderia ser sorteado algum mês sem a veiculação de fotografias enquadradas nas temáticas pré-estabelecidas e outros, com muitas imagens, poderiam ficar de fora da pesquisa. Dentre os meses com publicações, alguns foram eleitos para serem analisados por conta da quantidade de imagens publicadas e por estarem de acordo com os quesitos estabelecidos.

Tabela 3 - Esquema de publicação das fotografias sobre temas polêmicos

	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro	
	Gazeta	O Estado	Gazeta	O Estado	Gazeta	O Estado	Gazeta	O Estado	Gazeta	O Estado	Gazeta	O Estado	Gazeta	O Estado	Gazeta	O Estado	Gazeta	O Estado	Gazeta	O Estado	Gazeta	O Estado	Gazeta	O Estado
Censura	0	0	1	0	0	6	1	4	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	4	0	1	0	1
Mobilizações estudantis	0	1	0	0	3	0	0	5	5	27	3	3	1	1	2	2	0	0	6	4	1	7	1	14
Subversivos e comunistas	3	2	1	3	1	0	0	2	0	0	1	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Políticos e militares	0	1	0	1	0	0	1	0	3	3	1	3	2	1	3	2	3	0	4	4	1	10	5	6

Fonte: Elaborado pela autora

O tema *censura* foi o que apresentou menos fotografias e o único mês com publicações nos jornais envolvidos foi abril, ficando assim determinado que este seria o

⁵⁷ Como apontou a professora Dulcília Buitoni na banca de defesa deste trabalho, a divisão proposta também evidencia a personalização ou não dos temas polêmicos concernentes ao período. Segundo Buitoni, as temáticas sobre os estudantes e sobre a censura não necessitariam ser personalizadas pois abarcariam uma visão conjuntural da época e dos próprios temas. Enquanto, por outro lado, os “subversivos” e os políticos-militares trariam as pessoas envolvidas nos embates vividos no país naquele momento, levando a uma personalização do contexto político. Conotando, assim, uma abordagem concreta – com personalização – e uma abstrata – pela não personalização – do período estudado.

período estudado. O assunto *subversivos e comunistas* teve imagens veiculadas apenas durante o primeiro semestre. Janeiro, fevereiro e junho foram os meses que os dois periódicos estudados apresentaram a temática, porém o primeiro e o terceiro mês – por trazerem notícias sobre um julgamento envolvendo possíveis comunistas – foram os selecionados para análise. As *mobilizações estudantis*, dentre os temas polêmicos, foi o que mais rendeu imagens no decorrer do ano, porém os meses de maio e outubro se destacaram no número de veiculações, tornando-se os meses selecionados para o estudo.

Durante todo o ano, os diários veicularam fotografias de *políticos e militares* de âmbito nacional e regional, porém, ao contrário das demais temáticas, a maioria das publicações foi realizada no segundo semestre. Dezembro, porém, é o mês que se destaca na veiculação de imagens dos governantes tanto na *Gazeta* como em *O Estado*, sendo o escolhido para a seleção de fotografias que seriam analisadas.

Restava estipular a quantidade de imagens que seriam analisadas pela iconologia. Estipulou-se 16 fotografias, divididas entre as temáticas já estabelecidas e conforme a quantidade de imagens veiculadas em cada uma das editorias. Desta forma, as *mobilizações estudantis* teriam seis imagens analisadas – quatro em maio e duas em outubro – ; os *subversivos e comunistas*, quatro – duas em janeiro e duas em junho –; *políticos e militares*, quatro – em dezembro –; e *censura*, duas – em abril.

As imagens deveriam ser divididas igualmente entre os jornais. Contudo, houve uma exceção. Quando a seleção das fotografias para análise foi realizada, percebeu-se que as que tangiam o tema *subversivos e comunistas* estavam relacionadas a uma auditoria realizada na 5ª RM sobre a atuação de comunistas no Paraná e em Santa Catarina. Contudo, no mês de junho a única imagem veiculada pela *Gazeta* sobre o tema não tratava do julgamento e sim de um retrato ancorando uma entrevista. Decidiu-se, então, não explorar esta imagem a fim de que se evidenciasse a ausência de cobertura fotográfica sobre o resultado do inquérito. Assim, a análise que abarca o assunto ficou com três imagens somente, duas de *O Estado* e uma da *Gazeta*. Portanto, ao invés de 16 imagens, o presente trabalho analisa 15. Antes, porém, faz-se necessário conhecer o perfil do fotojornalismo nos dois jornais paranaenses estudados, em 1968.

5 A TEMÁTICA DO FOTOJORNALISMO NA *GAZETA DO POVO* E NO *O ESTADO DO PARANÁ* EM 1968

5.1 1968: OS SENTIDOS CONTRADITÓRIOS E AMBÍGUOS DE UM ANO MARCADO PELA RUPTURA

O ano de 1968 entrou para a história como um momento de transformações sociais e culturais devido às ideologias e utopias que emergiram no decorrer de seus dias. Foi um período de recusa violenta por parte do *establishment*, que explodiu quase que simultaneamente em vários países do mundo como ruptura e logo se dissolveu diante da força do poder econômico, político, militar e da própria sociedade⁵⁸. Foi o momento da reforma universitária e das mobilizações estudantis, dos festivais de música popular, do surgimento da Tropicália, das produções dos teatros Oficina e Arena, do início da luta armada e das manifestações contra o sistema político vigente. O ano que aparentava ser o pontapé para a retomada da liberdade, acabou sendo, no Brasil, o início do “fechamento” do regime, o marco da institucionalização do autoritarismo militar.

Apesar das especificidades dos acontecimentos brasileiros, Irene Cardoso (1988, p.236) lista fatos que ecoavam no país e que marcariam aquele ano no mundo inteiro: “a revolta dos estudantes europeus, em especial o ‘maio de 68’ francês; as revoltas estudantis e a revolta dos negros nos Estados Unidos, os guardas vermelhos na China; a luta dos vietnamitas [...]; a primavera de Praga”. Ecoava ainda – e de modo forte – a imagem de Che Guevara, morto na Bolívia, em 1967. Maria Francisca Pinheiro Coelho e Vitor Leal Santana (2010, p.287) ressaltam que existia um ambiente favorável à organização de movimentos de esquerda revolucionários, dispostos a questionar a ordem social e política. Segundo os autores, a divisão do mundo em duas superpotências, os Estados Unidos e a União Soviética, unidas às guerras de libertação existentes fortaleciam as ideologias de esquerda que defendiam o socialismo como modelo alternativo ao capitalismo. “As aspirações por um mundo melhor, o desejo de mudanças profundas na sociedade e o comportamento subversivo

⁵⁸ Irene Cardoso (1998, p.7) afirma que mais do que a construção de uma nova ordem, os acontecimentos de 1968 podem ser chamados de “desordem nova”, conforme assinalou Lefort. Afinal, a rápida dissolução pode ser identificada como uma normalização da sociedade, da política ou da economia, caracterizada pela recusa violenta do acontecimento. A autora elenca alguns fatos que exemplificam esta normalização: a vitória de De Gaulle nas eleições francesas; a eleição de Nixon nos Estados Unidos, precedida pelos assassinatos de Martin Luther King e de Robert Kennedy; a realização das Olimpíadas na Cidade do México após a morte de centenas de pessoas no massacre da Praça das Três Culturas; e a repressão à Primavera de Praga, na Tchecoslováquia. No Brasil, a normalização tomou forma com o “milagre econômico dos anos 70”, da “distensão lenta, gradual e segura”, da “abertura”, da anistia submetida ao veto militar, “marcada pela interdição de investigação do passado, de fortes prerrogativas militares institucionais, da mais longa transição, que concorre com o esquecimento ou diluição da memória coletiva, do terror implantado pela ditadura militar”.

revestiram a geração 68 de uma imagem heróica, pois se vivia em uma época de grandes rupturas, transformações sociais e políticas.”

Tanto Cardoso como Coelho e Santana remontam aos anos 1960 para compreender os feitos de 1968, pois seria impossível não estabelecer conexões com os acontecimentos do início da década, nos quais as aspirações revolucionárias tomavam conta das manifestações reivindicatórias. A década em questão teria sido, de acordo com Coelho e Santana, um simulacro de revolução que levou a reformas sociais que seriam percebidas apenas no longo prazo. “O questionamento do *status quo* e a ênfase na defesa dos direitos civis se constituíram o elo de união entre os movimentos sociais naquele momento. Tinham como traço característico a transgressão de padrões e valores estabelecidos.” (COELHO; SANTANA, 2010, p.286). No Brasil, as manifestações ao longo dos anos 1960 se expressavam especialmente no movimento estudantil, mas abarcavam o meio cultural, intelectual e artístico. Cardoso (2005, p.101) aponta que os movimentos foram marcados por uma característica que pode ser considerada inédita em relação à geração precedente: “sua irrupção quase simultânea no plano internacional. Embora guardassem as especificidades de suas realizações singulares, tiveram, sem dúvida, os traços de uma contestação do poder nas suas diversas manifestações”.

Segundo Reis Filho (1998, p.33), o ano de 1968 foi curto, durando apenas o primeiro semestre. Em fins de junho e início de julho, concentraram-se as grandes manifestações estudantis ocorridas no Rio de Janeiro – a dos Cem e dos Cinquenta Mil.

Passeatas, ocupações, protestos, comícios, lutas de rua, em todo país, e sobretudo nas capitais dos Estados, mas não apenas nelas, também em cidades médias e pequenas, uma explosão de inconformismo e ousadia, apoiada por uma imensa corrente de simpatia e solidariedade nas cidades, amplificada pela mídia descontente com o governo. Ao mesmo tempo, e paralelamente, o início das ações armadas: expropriações, bombas, o fantasma de uma guerrilha rural anunciada, embora nunca realizada. (REIS FILHO, 1998, p.33).

No segundo semestre, conforme Reis Filho (1998, p.34), ainda houve movimento, porém já dominado pela espiral de “repressão-protesto-mais repressão-ainda protestos”. “A curva decrescente de um movimento colhido pelo impasse. A curva ascendente de uma repressão que já não provoca mais indignação e ira, mas intimidação e medo.” Cardoso lembra que, nos últimos meses do ano, surgiu a “guerrilha urbana”, com assaltos a

bancos em São Paulo e Minas Gerais, captura de armas de guerra e explosivos, atentados a bomba em diferentes lugares e alvos e o vazamento na imprensa do caso PARA-SAR⁵⁹.

Reis Filho afirma que a repercussão mediática⁶⁰ foi desproporcional aos acontecimentos durante todo o ano. Parte dos grandes jornais, que haviam participado intensa e ativamente da derrubada do regime constitucional de João Goulart, posicionou-se contra o regime imposto e os projetos modernizantes, especialmente em relação ao comando direto do processo e aos militares governassem por tempo indeterminado. “Brechas e mais brechas na frente heterogênea, favorecendo o desenvolvimento das oposições. Ao ecoar grandiosamente na mídia, uma pequena ação puxava outras, estimulando tendências, despertando coragens.” (REIS FILHO, 1998, p.31).

Cardoso (2005, p.93) argumenta que os escritos sobre a geração de jovens dos anos de 1960 têm se caracterizado por apontar a profunda mutação cultural produzida pelos diversos movimentos daquele momento, ao mesmo tempo em que acentuam os efeitos dessas mudanças sobre as gerações seguintes. No entanto, ao se congelar em uma unidade imaginária – a “geração anos 60” ou “geração 68” – preservam o que seria seu menor denominador comum, perdendo sua historicidade. “Esse processo constrói a identidade heróica de uma geração, cujo peso para as gerações posteriores tem sido considerável, senão desmedido.” Expor os grandes traços dos movimentos de jovens dos anos de 1960 – a busca pela transformação social – envolve o risco de torná-los uma geração caricaturada.

A complexidade de 1968 e de seu tempo histórico, de acordo com Cardoso (1998, p.10), passa por sentidos contraditórios e ambíguos, que impossibilitam uma reconstrução identitária do acontecimento:

a sua simultaneidade que lhe dá o caráter de internacional, as singularidades históricas de cada país em que irrompeu, a surpresa que suscitou, a incongruência em relação às teorias e doutrinas que davam conta da nossa sociedade, a sua dimensão revolucionária que condensava signos de outros momentos revolucionários do passado, as suas orientações revolucionárias distintas que representavam estratégias diversas para a revolução, o seu

⁵⁹ Denunciou-se a convocação de policiais civis e militares e de oficiais militares, realizada em abril, para participarem de uma missão política permanente, na qual, de acordo com Cardoso (1988, p.239), à paisana, armados e sem identidade, eles dariam cobertura à tropa que reprimiria as agitações de rua, além da eliminação física ou desaparecimento de elementos considerados inconvenientes para as órbitas política ou militar.

⁶⁰ Segundo Reis Filho (1998, p.31), o papel dos meios de comunicação nunca poderá ser subestimado na análise de 1968, sobretudo o da televisão. “Com as imagens, nacionais e internacionais, informando, sensibilizando, despertando. O planeta tornava-se uma *aldeia global*: os tiros dos soldados norte-americanos nas selvas do Vietnã ecoavam nas salas de jantar das cidades brasileiras, assim como as mulheres norte-americanas queimando sutiãs, e os negros queimando cidades, e os protestos dos estudantes franceses contra a repressão sexual, e as pernas das garotas londrinas com suas ousadas minisaias, e os Beatles cabeludos com sua irreverência (hoje, face ao *hard rock*, como parecem tão bem comportados!) e os guardinhas vermelhos, no outro lado do mundo, agitando o livrinho vermelho do grande timoneiro.” Sob estes influxos, os universitários se organizaram.

caráter apenas reivindicativo – na ótica de uma ampliação de benefícios sociais, políticos ou econômicos –, o seu caráter de resistência, a sua dimensão de ‘crise da civilização’, o seu caráter de contestação do poder burocrático ou tecnocrático, a crítica da unidimensionalidade mais existencialista, libertária ou anarquista, a sua dimensão de desdobramento do surrealismo. (CARDOSO, 1998, p.10).

Para Cardoso (1998, p.11), os sentidos dos fatos de 1968 que vieram para o presente, “seja através do retorno midiático, são a expressão ou do processo de normalização que se segue ao acontecimento, ou das apropriações ideológicas que dele foram feitas”.

5.2 UMA BREVE CRONOLOGIA DO ANO DE 1968

A ideia, neste momento do trabalho, é possibilitar aos leitores que correlacionem os apontamentos do mapeamento da produção fotográfica dos jornais *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* – que virá a seguir – com os acontecimentos que emergiam no cenário regional e nacional no decorrer do ano de 1968. Para tanto, será realizada uma breve cronologia⁶¹ mensal dos fatos que marcaram o ano em questão.

Em janeiro, o cirurgião sul-africano Christian Barnard realizou o primeiro transplante de coração considerado bem-sucedido. A cirurgia foi feita na Cidade do Cabo, na África do Sul, e o paciente sobreviveu por 19 meses. O político reformista Alexander Dubcek foi eleito para a direção do Partido Comunista da Tchecoslováquia. Ele iniciaria reformas democráticas dentro do regime socialista, movimento que, meses depois, ficaria conhecido como “Primavera de Praga”. Também começou a manobra militar vietcong – a ofensiva do Tet – que atacou dezenas de cidades no sul do Vietnã. A ofensiva causou comoção na opinião pública estadunidense e provocou o início das manifestações contra o conflito.

No mês seguinte, estudantes alemães ocuparam a Universidade de Bonn. No Brasil, foi a primeira vez que o termo “tropicalista” foi usado para definir o gênero/movimento musical promovido por Caetano Veloso, Gilberto Gil e outros.

Março foi marcado, no Brasil, pela morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, no restaurante universitário Calabouço, no Rio de Janeiro. O fato aconteceu durante um choque entre estudantes e a polícia. O jovem não era líder estudantil e tampouco participava de confrontos armados. A partir deste conflito, acirrou-se a tensão entre os dois setores. Além disso, neste mês, pelotões da infantaria norte-americana mataram cerca

⁶¹ A cronologia foi montada a partir de informações obtidas nos dois jornais pesquisados – *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* –, em diferentes livros de história do Brasil, desde os didáticos a paradidáticos, e também com dados disponíveis na internet.

de 150 civis desarmados, na aldeia de My Lay, no Vietnã do Sul. Estudantes da Polônia protestaram contra a proibição de uma peça de teatro acusada de “antissoviética”. Já os estudantes franceses, liderados por Daniel Cohn-Bendit, ocuparam a torre administrativa da Universidade de Nanterre e criaram o “Movimento de 22 de Março”. Era o começo da agitação dos protestos que emergiram em maio.

Em abril, o pastor e militante contra a segregação racial estadunidense Martin Luther King foi assassinado na sacada do seu quarto em um hotel em Memphis, no Tennessee, nos Estados Unidos. Nos dias seguintes, vários conflitos raciais mataram dezenas de pessoas no país. No Brasil, houve um atentado a bomba que destruiu a entrada do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Maior, possivelmente, é o mês mais rememorado de 1968, uma vez que marcou o auge do movimento estudantil francês. A agitação universitária se transformaria em uma insurreição com barricadas e incêndio de viaturas no *Quartier Latin* – bairro universitário de Paris. Na sequência, uma greve geral paralisou a capital francesa. No Brasil, foram registradas várias manifestações de estudantes. Durante as comemorações do Dia do Trabalho, na Praça da Sé, em São Paulo, o governador Abreu Sodré, foi alvo de pedras e de objetos atirados pelos metalúrgicos, que ainda derrubaram e atearam fogo no palanque. A manifestação seguiu em forma de passeata pelas ruas centrais da cidade com *slogans* contra o sistema político vigente. Por outro lado, o médico Euclides de Jesus Zerbini, cinco meses depois do sucesso sul-africano, realizou o primeiro transplante de coração no país.

No mês de junho, estudantes realizaram no Rio de Janeiro a Passeata dos Cem Mil – até então maior protesto contra o regime político vigente –, com a presença de intelectuais, artistas, padres e muitas mães, cobrando uma postura do governo frente aos problemas estudantis e em memória da morte de Edson Luís. Nos Estados Unidos, o senador Robert Kennedy foi assassinado no Hotel Ambassador, em Los Angeles, na noite em que ganhou as primárias na Califórnia.

Em julho, o presidente Artur Costa e Silva proibiu protestos nas ruas no Brasil. Em Osasco, ocorreu a primeira greve operária desde a ascensão dos militares ao poder. Além disso, o Papa Paulo VI publicou a encíclica *Humanae Vitae*, na qual todos os métodos artificiais de controle de natalidade foram proibidos. No mês seguinte, as tropas do Pacto de Varsóvia invadiram a Tchecoslováquia e prenderam Alexander Dubcek com intuito de dar fim à “Primavera de Praga” – reformas que visavam uma democracia dentro do regime socialista –, pois os invasores temiam que o movimento influenciasse outros países da região.

A segunda conferência do episcopado latino-americano, reunido em Medellín, na Colômbia, encerrada em setembro, procurou aplicar à América Latina as decisões e diretrizes do Concílio Vaticano II, ocorrido em 1965. Na União Soviética, a nave Zond contornou a Lua e regressou à Terra. No Brasil, o deputado federal Márcio Moreira Alves fez um discurso que se tornou um dos pretextos para o governo militar decretar, em dezembro, o AI-5.

O mês de outubro voltou a ser marcado pelos conflitos estudantis. Estudantes da Universidade de São Paulo (USP) entraram em confronto com alunos da Universidade Presbiteriana Mackenzie e com integrantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), na rua Maria Antonia – rua que separa uma universidade da outra e que nomeou o conflito. A Polícia Militar interveio e a agitação terminou com uma vítima fatal, o estudante José Carlos Guimarães, três universitários baleados e dezenas de feridos. No interior de São Paulo, em Ibiúna, aproximadamente 900 pessoas, entre eles os principais líderes estudantis, foram presas durante a realização do XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE). Na Cidade do México, o protesto dos estudantes na Praça das Três Culturas foi violentamente reprimido pela polícia, resultando em 200 a 300 vítimas fatais, segundo dados não-oficiais. O episódio ocorreu dez dias antes da abertura das Olimpíadas de Verão, que foram realizadas na cidade, e nas quais dois atletas negros dos Estados Unidos vestiram luvas pretas no pódio para receber suas medalhas, reportando ao movimento das Panteras Negras. Na corrida espacial, os Estados Unidos lançaram a Apollo 7, primeira missão tripulada do projeto da Nasa.

No mês seguinte, Marcelo Caetano, recém-empossado chefe do governo português – substituindo o ditador Antônio Salazar –, pronunciou-se a favor da manutenção da presença portuguesa na África, contrariando a condenação da ONU e intensificando o clamor cada vez mais intenso de suas cinco colônias: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Dezembro ficou marcado pela implantação do Ato Institucional nº 5, no dia 13, que deu ao governo federal poderes absolutos. O AI-5 autorizou o presidente da República, independente de qualquer apreciação judicial, a decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, a intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, a cassar mandatos eletivos e a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, a decretar o confisco de “bens de todos quantos tenham enriquecido ilicitamente” e a suspender a garantia de *habeas-corpus*. No final do mês, a

Apolo 8, com três astronautas americanos a bordo, entrou em órbita lunar e produziu o primeiro registro de “nascido da Terra” visto da Lua.

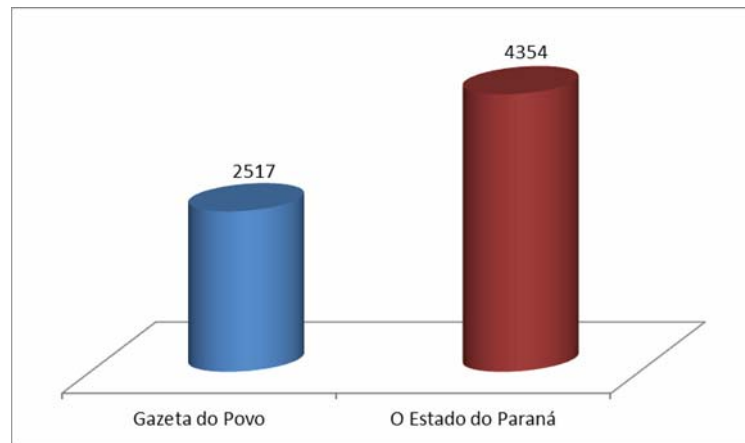
5.3 UM PANORAMA DO FOTOJORNALISMO NA *GAZETA* E NO *O ESTADO*

Na década de 1960, a fotografia ganhou espaço na mídia impressa brasileira. Ocorreu o surgimento de revistas e jornais que davam destaque à imagem, como *Realidade*, *Bondinho*, *Veja* e *Jornal da Tarde*. Segundo Oswaldo Munteal e Larissa Grandi (2005, p.115), “todos tendo as imagens como componente fundamental na sua concepção de notícia”. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, introduziu inovações importantes para a fotografia, como a primeira editoria de fotografia em que a responsabilidade da seleção das páginas cabia ao editor e não somente ao diagramador.

No Paraná, contudo, não há um estudo que demonstre as principais características da imprensa no período – ao menos não detectadas nos levantamentos realizados para a execução deste trabalho. Nem mesmo pesquisas que apontem o comportamento da *Gazeta* e de *O Estado* durante o regime, tampouco sua história, rotina produtiva ou atividade fotojornalística foram localizadas. Assim, o presente estudo assinala os primeiros esforços para mapear a produção de imagens jornalísticas na imprensa paranaense no período em questão.

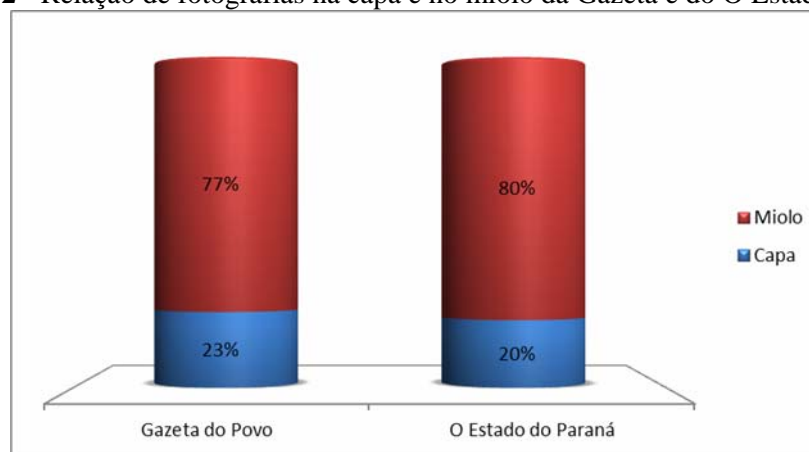
Foram analisados 485 exemplares, sendo 240 da *Gazeta do Povo* e 245 do *O Estado do Paraná*. Os jornais em questão apresentam ora posturas semelhantes ora distintas em relação à utilização de imagens em suas edições. No ano de 1968, *O Estado* utilizou cerca de 1837 fotografias a mais do que a *Gazeta*, sendo 4354 contra 2517 respectivamente (Gráfico 1). Em média, havia, respectivamente, 17,8 contra 10,5 fotografias em cada edição. Com isto, percebe-se que o primeiro deu um destaque maior às imagens, inclusive porque, diferentemente de seu concorrente, por mais vezes – o que não significa sempre – trouxe o crédito do fotógrafo, o que acabou evidenciando uma quantidade maior de profissionais vinculados ao veículo. *O Estado* exibiu constantemente fotorreportagens, além das *spotsnews*; já o destaque dado pela *Gazeta* às imagens se limitou à constante utilização de fotolegendas⁶², que também foram utilizadas pelo concorrente.

⁶² Trata-se de uma pequena matéria, na qual a fotografia tem mais destaque do que o texto.

Gráfico 1 - Quantidades de fotografias veiculadas em 1968 pela Gazeta e pelo O Estado

Fonte: Elaborado pela autora

Sobre a relação capa e miolo, os dois periódicos se comportaram de maneira parecida. Percebeu-se (Gráfico 2) uma porcentagem um pouco maior de utilização de fotografias na primeira página na *Gazeta*. Porém, devido à quantidade superior de imagens contidas no *O Estado*, pode-se considerar que em ambos a proporção foi semelhante. Tratou-se de um percentual de 23% na capa contra 77% no interior da *Gazeta* e 20% a 80%, respectivamente, no *O Estado*. Entende-se que os dois veículos valorizariam a utilização das fotografias na capa, provavelmente como um chamariz para atrair a atenção dos leitores para a publicação. A questão específica das imagens presentes nas primeiras páginas será discutida mais detalhadamente adiante, ainda neste capítulo.

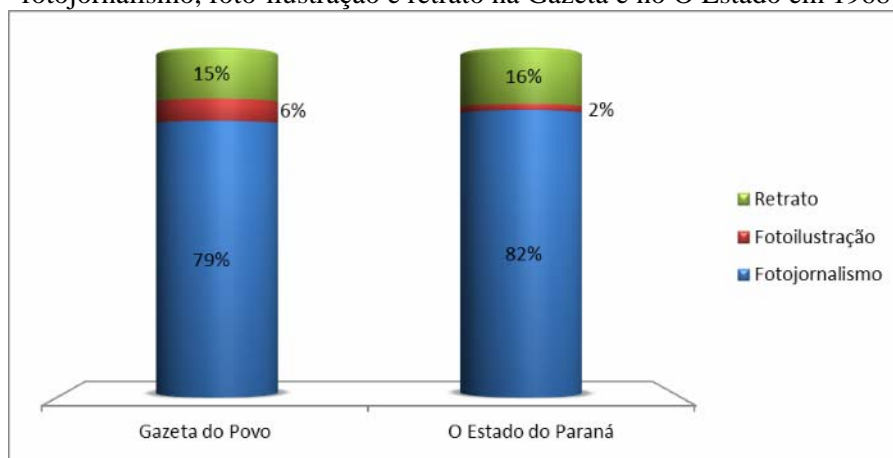
Gráfico 2 - Relação de fotografias na capa e no miolo da Gazeta e do O Estado em 1968

Fonte: Elaborado pela autora

A respeito da distinção em fotojornalismo, foto-ilustração e retrato, novamente, os dois jornais se posicionaram de forma muito semelhante (Gráfico 3). O emprego de imagens fotojornalísticas foi predominante, concorrendo com a utilização de

retratos; no entanto, com uma larga vantagem para o primeiro. No caso das foto-ilustrações, o uso foi raro nas publicações, mas a *Gazeta* apontou uma abertura maior a este tipo de imagem entre seu total de fotografias publicadas, sendo 6% contra 2% do concorrente. Em números, referiu-se a 79%, 15% e 6%, respectivamente, na *Gazeta* e 82%, 16% e 2% no *O Estado*. Notou-se uma quantidade maior de imagens fotojornalísticas no segundo periódico, o que – graças a diferença de fotografias no total – tornou o emprego destas ainda maior em relação ao outro jornal. Foram 3561 contra 1987 imagens nesta categoria.

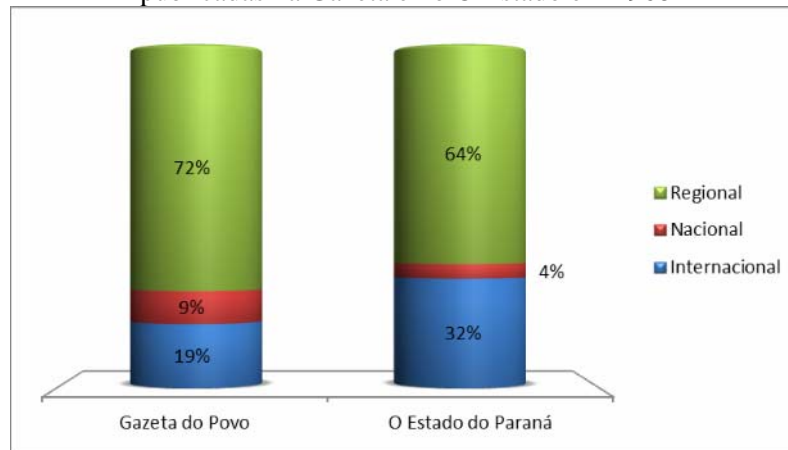
Gráfico 3 - Emprego de imagens nas categorias fotojornalismo, foto-ilustração e retrato na *Gazeta* e no *O Estado* em 1968



Fonte: Elaborado pela autora

No que concerniu à proximidade – ou abrangência – das notícias veiculadas pelas fotografias jornalísticas (Gráfico 4), ambos diários deram maior enfoque aos fatos regionais, seguido – com destaque bem menor – pelos assuntos internacionais. Com menos de 10% do total de fotografias publicadas, os temas nacionais foram os menos veiculados nos dois periódicos. *O Estado* destinou quase um terço das suas imagens às notícias internacionais (32%). Somando os percentuais da *Gazeta* relativos às informações internacionais (19%) e nacionais (9%), ainda não se alcançou o de fotografias de nível mundial do concorrente. Tal discrepância se torna maior quando pensado em quantidade e não em porcentagem, pois se tratou de 1386 fotografias contra a soma de 708 (468 internacionais e 240 nacionais), sendo 678 imagens a menos. Portanto, a quantidade de uma categoria do *O Estado* foi quase o dobro de duas da *Gazeta*, o que merece destaque pelo fato destes números se referirem a publicação de assuntos internacionais, tão distantes da realidade do consumidor do periódico.

Gráfico 4 - Levantamento da proximidade das fotografias jornalísticas publicadas na *Gazeta* e no *O Estado* em 1968



Fonte: Elaborado pela autora

Mesmo com as fotografias de cunho nacional tendo menor destaque nos dois jornais, a porcentagem destas na *Gazeta* (9%) foi maior do que no *O Estado* (4%). A diferença é ainda mais sinuosa pensando em números, vide que o primeiro teve 55 imagens com assuntos de abrangência nacional a mais do que o concorrente, correspondendo a 240 fotografias contra 185. No entanto, quando se discute a veiculação de imagens internacionais, a *Gazeta* destinou praticamente metade da quantidade de fotografias desta categoria para as de alcance nacional, ou seja, publicou 468 internacionais contra 240 nacionais, corroborando com a ideia de que ambos os diários deram mais destaque às notícias que extrapolavam as fronteiras brasileiras do que às relativas ao território do país.

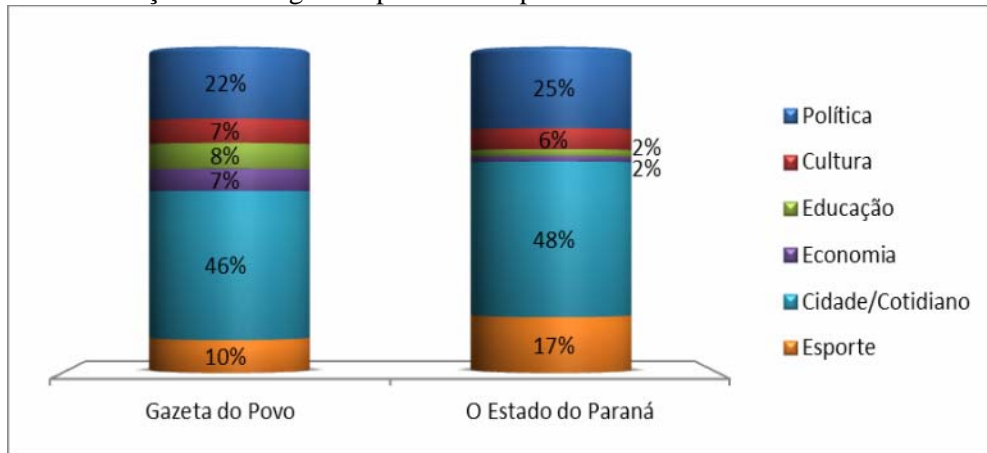
Em relação às fotografias regionais – que têm grande destaque nos dois jornais, a *Gazeta* com 72% e *O Estado* com 64% das publicações –, notou-se que *O Estado* diversificou mais quanto à abrangência, uma vez que a categoria ocupou pouco menos de dois terços das imagens publicadas, restando mais um terço para a temática internacional e regional, que somaram 36% para outras categorias que não a paranaense. Enquanto o concorrente destinou menos de um terço às duas abrangências de fora do estado, totalizando apenas 28%.

5.3.1 Panorama das Imagens Jornalísticas por Editoria

Nos dois periódicos, quase metade das fotografias foram veiculadas na categoria cidade/cotidiano – a *Gazeta* com 46% e *O Estado* com 48% (Gráfico 5). A segunda editoria com maior número de imagens, em ambos os jornais, foi a de política com 22% e 25% respectivamente. A *Gazeta* apresentou mais equilíbrio na distribuição de fotografias nas

outras editorias, com uma leve vantagem para esporte (10%) – educação obteve 8% das imagens publicadas em um ano, já cultura e economia conquistaram 7% cada. O esporte foi justamente a temática que ocupou a terceira colocação no *O Estado*, com 17%. As demais juntas congregaram somente 10% das fotografias veiculadas, sendo 6% destinados para a cultura; à educação e à economia coube 2% para cada.

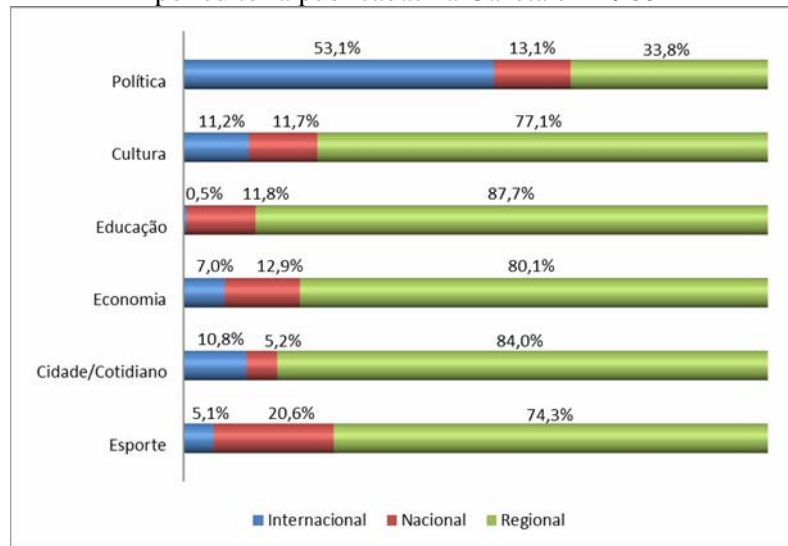
Gráfico 5 - Relação das fotografias por editoria publicadas na Gazeta e no O Estado em 1968



Fonte: Elaborado pela autora

Assim como o gráfico 4 expôs, a maioria das fotografias jornalísticas veiculadas pela *Gazeta* e pelo *O Estado* foi de cunho regional e isto se repetiu quando cada uma das editorias é observada separadamente (Gráficos 6 e 7). A única exceção aconteceu na temática de política, que, nos dois veículos, era composta por mais da metade de assuntos internacionais. Foram 53,1% e 65,3% respectivamente. O que chamou atenção, porém, foi o tratamento dado pelas publicações aos temas concernentes à política nacional. A *Gazeta* ainda deu mais espaço aos assuntos da política brasileira (13,1%) do que *O Estado*, que destinou somente 3%. Pensando na quantidade de fotografias veiculadas esta diferença se tornou ainda mais enfática, uma vez que o primeiro jornal publicou, em um ano, 73 fotografias referentes à política nacional e o concorrente apenas 33. Do total de imagens veiculadas no ano, tratou-se de 2,9% das imagens publicadas pela *Gazeta* e apenas 0,75% das fotografias do *O Estado*, evidenciando o desinteresse dos assuntos brasileiros que, dependendo do enfoque, poderiam ser tidos como contraditórios ao governo vigente. Em relação à temática regional – referentes ao Paraná e aos municípios do estado tangentes à política –, os diários mantiveram um equilíbrio, publicando 33,8% e 31,7% do total das suas imagens nesta categoria.

Gráfico 6 - Levantamento da proximidade das fotografias jornalísticas por editoria publicadas na Gazeta em 1968

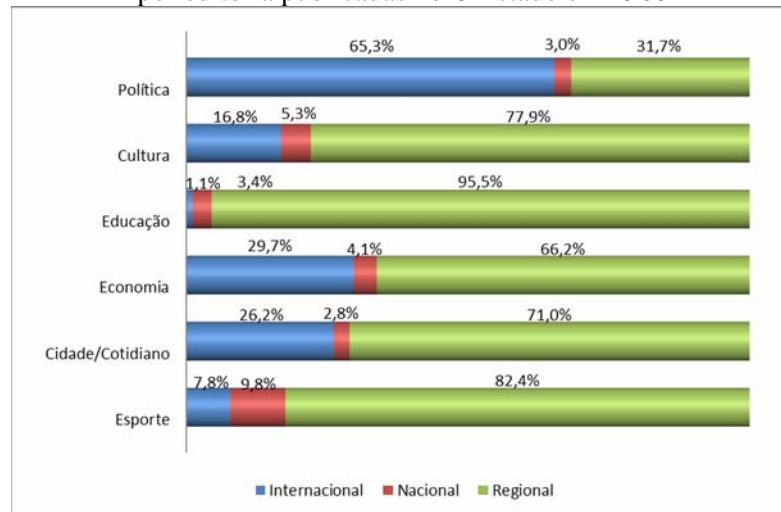


Fonte: Elaborado pela autora

Na editoria de cultura, a *Gazeta* tratou com certa igualdade os temas internacionais e regionais (11,2% e 11,7%). Já no *O Estado* o volume de imagens internacionais nesta temática (16,8%) foi três vezes maior do que as nacionais, que representaram 5,3%. Nos dois periódicos, o conteúdo regional teve uma predominância maior, sendo 77,9% na *Gazeta* e 71% no concorrente.

Quando se refere à educação, a *Gazeta* utilizou um percentual irrisório de fotografias com cunho internacional (0,5%). Por sua vez, *O Estado* utilizou mais imagens internacionais, mas também em uma quantidade muito pequena (1,1%). Mesmo somando-a às fotografias nacionais (3,4%) não se totalizou 5%, enquanto a temática regional obteve 77,9%. Esta foi, porém, a primeira vez que a publicação de imagens nacionais foi maior do que a internacional no periódico. Já o concorrente trouxe, no aspecto nacional, 11,8% e 87,7% no regional, demonstrando um equilíbrio maior na distribuição das abrangências das imagens veiculadas.

Gráfico 7 - Levantamento da proximidade das fotografias jornalísticas por editoria publicadas no O Estado em 1968



Fonte: Elaborado pela autora

O Estado, na editoria de economia, continuou destacando as imagens internacionais (29,7%); por outro lado, as nacionais não atingiram os 5% (4,1%). A *Gazeta*, por sua vez, destinou mais espaço aos assuntos brasileiros (12,9%) do que aos do exterior (7%). Nos dois periódicos, mais uma vez, o grande destaque foi dado aos temas regionais (66,2% e 80,1%, respectivamente).

A editoria de cidade/cotidiano tem, como a própria denominação aponta, um apelo mais regional. Novamente, no *O Estado*, houve uma quantidade pequena de fotografias nacionais (2,8%) e ênfase às internacionais, com 26,2% – número considerado alto para uma editoria de cerne local. Somando os resultados das imagens internacionais (10,8%) e nacionais (5,2%), publicadas pela *Gazeta*, atingiu-se 16%, uma taxa pequena em relação às fotografias com temas regionais (84%), mostrando-se mais concernente às discussões locais.

Ao que se refere ao esporte, esta foi a única temática em que as fotografias nacionais abrangeram 20% na *Gazeta*. Com exceção da editoria de política, foi a única vez que as imagens regionais ocuparam menos de 75% do total de fotografias no veículo – com 5,1% de imagens internacionais. No *O Estado*, isto aconteceu em mais categorias, como cidade/cotidiano, economia e política, porém não no esporte. Nesta temática, a predominância de imagens ficou no aspecto local (82,4%), enquanto os números nacionais (9,8%) e os internacionais (7,8%) não foram tão discrepantes. Vale frisar que esta foi a segunda vez que o conteúdo nacional superou o internacional na publicação – a primeira vez foi na editoria de educação.

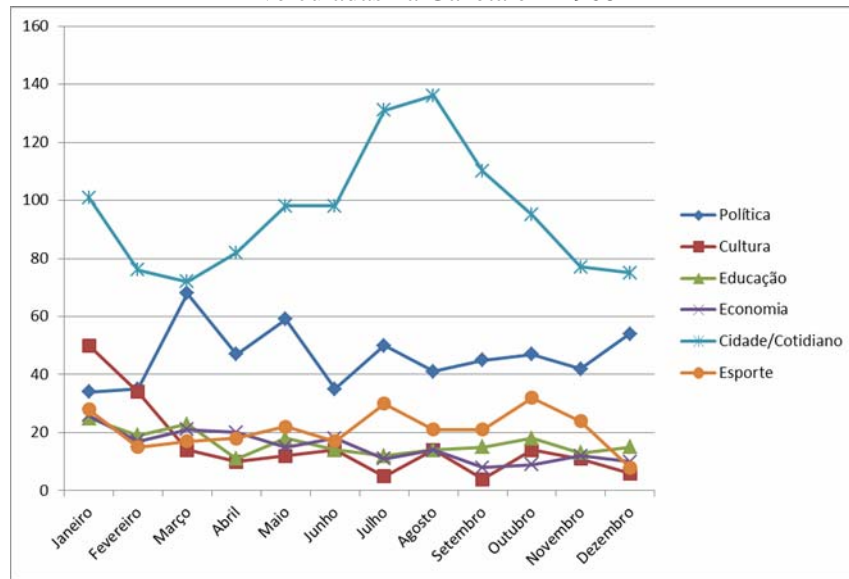
Percebeu-se, então, que em ambos os veículos, com exceção da editoria de política – que teve uma predominância de imagens internacionais – houve uma preferência

pelos assuntos regionais. A editoria de política foi a que destoou das demais nos dois jornais com mais de 50% de conteúdo de fora do Brasil e cerca de 30% de fatos regionais. A diferença entre as publicações estudadas estava principalmente no que concerne às notícias nacionais. A *Gazeta do Povo* destinou um espaço maior aos fatos nacionais do que seu concorrente, pois a categoria de cidade/cotidiano foi a única que não superou os 10% de imagens de cunho brasileiro. Em todas as outras – cultura, educação, economia e esporte –, a abordagem nacional foi maior do que a mundial. Esta observação é oposto ao que foi apurado em *O Estado do Paraná*, que privilegiava os assuntos externos ao país. Apenas nas editorias de educação e esporte houve mais fotografias de cunho nacional do que internacional e com uma diferença pequena (1,1% a 3,4% e 7,8% a 9,8%). Em nenhuma das categorias o percentual de conteúdo nacional superou os 10%, demonstrando, assim, uma forma de se distanciar de temas que poderiam ser considerados controversos – ou mesmo polêmicos – pelos militares que assumiram o comando do Brasil.

5.3.2 O Perfil Mês a Mês do Fotójornalismo Paranaense em 1968

O fotójornalismo da *Gazeta* e de *O Estado* também foi observado mensalmente, o que possibilitou distinguir a predominância das temáticas de acordo com o período do ano (Gráficos 8 e 9). Na *Gazeta*, a editoria de cidade/cotidiano começou o ano sendo a com mais fotografias – 101 imagens em janeiro – e continuou até dezembro nesta situação. Apesar desta liderança, em fevereiro, março, abril, novembro e dezembro, a temática apresentou uma diminuição quanto ao número de fotografias veiculadas mensalmente. Geralmente, por mês, eram publicadas 100 fotografias nesta categoria, nos meses citados a participação ficou em 76, 72, 82, 77 e 75 publicações respectivamente. Julho, agosto e setembro apresentaram o auge da editoria com os maiores volumes de fotografias, sendo publicadas 131, 136 e 110 – a partir daí a temática de cidade/cotidiano passou a sofrer uma queda no número de publicações. Entretanto, em outubro, que obteve 95 imagens veiculadas, já se percebeu a tendência a uma diminuição que se confirmou nos meses seguintes.

Gráfico 8 -Comparativo da quantidade de fotografias por editoria e por mês veiculadas na Gazeta em 1968



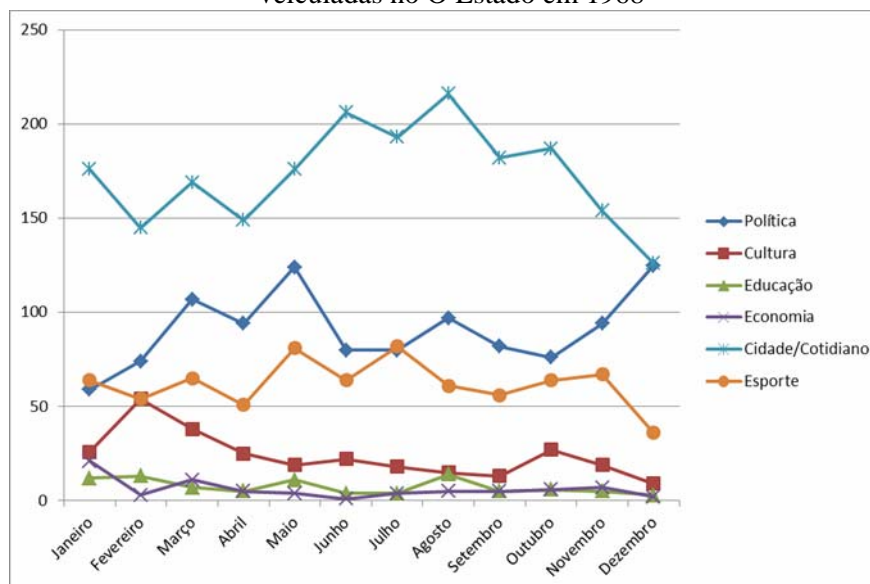
Fonte: Elaborado pela autora

Três editorias da *Gazeta* tiveram seu ápice em janeiro: economia, educação e cultura. Todas variaram suas publicações durante o ano, mas confirmaram a diminuição até chegar em dezembro. Cultura, por sua vez, conquistou em janeiro o segundo lugar geral em volume de fotografias, com 50, ficando atrás apenas da temática de cidade/cotidiano. Em fevereiro a editoria também apareceu entre as que conquistaram mais destaque, com 34 imagens veiculadas, ficando praticamente empatada com política – que teve 35. Provavelmente, estes índices se deveram à influência do carnaval. Depois, porém, bem como as outras duas temáticas, seguiu a tendência de diminuição. Esporte teve destaque em três meses: janeiro, julho e outubro, com 28, 30 e 32 fotografias publicadas respectivamente. O auge em outubro incidiu, provavelmente, por conta dos Jogos Olímpicos da Cidade do México, ocorridos em 1968.

Política apresentou em janeiro sua menor participação na *Gazeta*, com 34 veiculações, e já em março atingiu seu ápice – 68 imagens –, praticamente dobrando o número de fotografia em relação aos meses anteriores. A partir daí a temática se consolidou como a segunda editoria que mais obteve fotografias veiculadas, depois da de cidade/cotidiano. De abril em diante, o tema apresentou uma oscilação não muito drástica, ficando em torno das 40 a 60 publicações – somente em junho o índice voltou a ser parecido com os do começo do ano, com 35 veiculações. Entre maio e novembro a editoria, mesmo se mantendo em segundo lugar, mostrou uma diferença muito grande em relação à primeira colocada. Em agosto houve o maior distanciamento entre editorias: política obteve 41

publicações contra 136 de cidade/cotidiano, totalizando 95 fotografias a menos em apenas um mês. Em novembro, a diferença caiu para 48 e, em dezembro, para 21 – no último mês do ano, a editoria de política voltou a ter mais veiculações, com 54.

Gráfico 9 - Comparativo da quantidade de fotografias por editoria e por mês veiculadas no *O Estado* em 1968



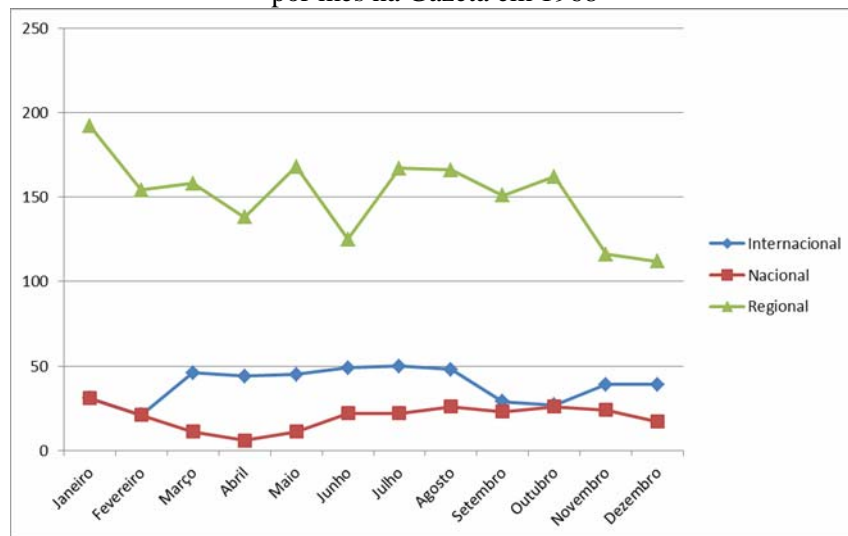
Fonte: Elaborado pela autora

O Estado também apresentou a editoria de cidade/cotidiano com os maiores volumes de fotografias publicadas. No mês de agosto, atingiu seu pico com 216 publicações, mais que o dobro da segunda colocada, a editoria de política – que teve 97 imagens. Até agosto a temática sofreu oscilações mensais – entre 150 e 200 fotografias –, mas se manteve em uma crescente, porém, a partir de setembro – com uma pequena alta em outubro, com 187 veiculações –, a editoria começa a perder espaço, encerrando o ano com praticamente a mesma quantia de veiculações do que política, com 125 imagens publicadas.

A editoria de política se consolidou na segunda posição em *O Estado*. Apenas nos meses de janeiro e julho esta colocação foi perdida para as editorias de esportes, primeiro com 64 a 59 veiculações e depois com 82 contra 80. Política apresentou variações mais drásticas no decorrer do primeiro semestre, pois foi quando obteve seu pior desempenho no ano, em janeiro – com 59 veiculações –, e seu segundo melhor pico em maio, com 124 publicações. No segundo semestre também houve uma variação, porém menos sinuosa, mantendo uma média, entre julho e novembro, de 85,8 fotografias publicadas. Em dezembro, por sua vez, a editoria atinge seu ápice, com 125 veiculações.

Esporte sustentou, durante 1968, o terceiro maior índice de publicações em *O Estado*, conquistando em agosto e julho o segundo. Durante o ano, a editoria se mostrou estável, permanecendo entre 50 e 70 fotografias por mês. O pico foi atingindo em maio e julho, com 81 e 82 veiculações, respectivamente. No entanto, apesar da constância, em dezembro, foi notável uma queda considerável em seu índice, caindo para 36 publicações na editoria – pior participação no ano.

Gráfico 10 - Comparativo da quantidade de fotografias por proximidade publicadas por mês na Gazeta em 1968



Fonte: Elaborado pela autora

Educação e economia apresentam, no jornal *O Estado*, uma linearidade pouco oscilante quanto ao volume de fotografias durante o ano, ficando em torno de três a 14 e três a 21 publicações respectivamente. Educação somente conquistou sua maior participação em agosto, com 14 fotografias veiculadas. Cultura teve seu melhor momento no começo do ano – provavelmente devido ao carnaval – com o ápice em fevereiro, com 54 veiculações. Depois manteve, até novembro, uma média de 19,6 fotografias por mês, conquistando uma participação maior do que as editorias de economia e educação. Como aconteceu com a maioria das editorias, em dezembro, a temática apresentou sua menor inserção, com somente nove imagens.

No que tange à abrangência dos conteúdos das fotografias veiculadas pelos dois jornais (Gráficos 10 e 11), observou-se que, na *Gazeta*, as fotografias regionais, diferente do que acontece com as capas – que serão discutidas a seguir –, foram a maioria absoluta em todos os meses do ano. A soma das quantidades de nacionais e internacionais não atinge o número de regionais em nenhum mês. As imagens de cunho regional tiveram seu maior

número em janeiro – 192 publicações – e o menor em dezembro – 112 imagens –, demonstrando que, mesmo mantendo a liderança, há uma queda na veiculação desta categoria em relação às outras. De março a outubro, as fotografias regionais variaram em torno de 150 publicações – houve uma diminuição em junho, mas, no mês seguinte, já voltou ao normal. A maior queda, porém, aconteceu em novembro e dezembro, com a veiculação de 116 e 112 imagens respectivamente.

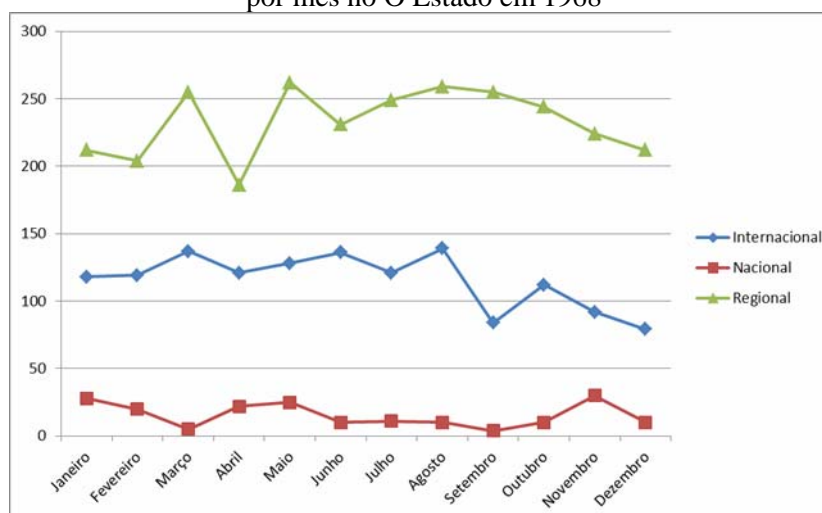
Na *Gazeta*, as nacionais, apesar de não apresentar quedas drásticas durante o ano, diminuíram gradativamente de janeiro a abril, caindo de 31 para seis publicações. A partir de maio, houve um aumento no volume de imagens até novembro, tendo uma participação média de 22 imagens por mês. Em dezembro, o fotojornalismo de cunho regional voltou a ter uma diminuição, com 17 fotografias publicadas.

As internacionais apresentaram, na *Gazeta*, em janeiro, fevereiro, setembro e outubro, praticamente, o mesmo volume que as nacionais, sendo 31, 21, 29 e 27 veiculações respectivamente. De março a agosto, houve um volume consideravelmente maior, ficando em torno de 50 fotografias. Depois da queda em setembro e outubro, nos meses seguintes, o volume voltou a crescer, atingindo 39 imagens, mas com um índice menor em relação à estabilidade anterior. Observa-se que quando houve a diminuição na quantidade de fotografias de cunho internacional nos meses de setembro e outubro, as imagens nacionais se mantiveram estáveis e as regionais apresentaram um aumento.

No decorrer de todo o ano, foi perceptível a grande diferença existente entre o volume de imagens de cunho regional em relação às internacionais e nacionais veiculadas na *Gazeta*. Afinal, em média, cada mês trouxe 151 fotografias com temáticas paranaenses contra 39 internacionais e 20 nacionais. Quando houve o menor distanciamento de volume entre a primeira e a segunda categoria, em junho, a regional teve 125 publicações contra apenas 49 internacionais, uma diferença de 76 imagens. O maior distanciamento foi observado em janeiro, com 192 regionais contra 31 internacionais e 31 nacionais – totalizando uma diferença de 130 fotografias. Neste mês específico, foram publicadas três vezes mais fotografias regionais do que a soma das outras duas editorias.

No jornal *O Estado*, foi percebido um padrão no volume das fotografias de acordo com a abrangência de seus conteúdos. Observando o gráfico 11, nota-se que as linhas não se “entrelaçam” em nenhum momento, o que aponta que as imagens de cunho regional foram as mais veiculadas, seguidas pelas internacionais e pelas nacionais, diferentemente da *Gazeta* que, apesar da liderança da temática paranaense, apresentou aproximações e distanciamentos entre as outras categorias.

Gráfico 11 - Comparativo da quantidade de fotografias por proximidade publicadas por mês no O Estado em 1968



Fonte: Elaborado pela autora

As fotografias regionais do *O Estado* tiveram sua menor representatividade em abril, sendo o único momento em que ficaram abaixo das 200 publicações. No restante do ano, somente em janeiro, fevereiro e dezembro os índices ficaram próximos a este número, porém acima. As de cunho internacional, durante o ano, ficaram em torno das 120 a 140 veiculações. A categoria ficou abaixo deste índice apenas em setembro, novembro e dezembro, com 84, 92 e 79 fotografias respectivamente. Já as nacionais apresentaram uma oscilação muito pequena, porém em números gerais possuíam poucas fotografias, ficando sempre bem abaixo de 30 imagens por mês. A categoria pode ser separada em meses que tiveram mais veiculações, como janeiro, fevereiro, abril, maio e novembro –respectivamente 28, 20, 22 25 e 30 publicações – e em meses com menos, como março, junho, julho, agosto, setembro, outubro e dezembro – com 5, 10, 11, 10, 4, 10 e 10 fotografias respectivamente.

O Estado publicou mensalmente, em média, 233 imagens de cunho regional, 116 de internacional e somente 15,4 de nacional, demonstrando a desvalorização das notícias nacionais no periódico, sobretudo, se comparadas às coberturas de assuntos externos ao país e a valorização das concernentes ao Paraná.

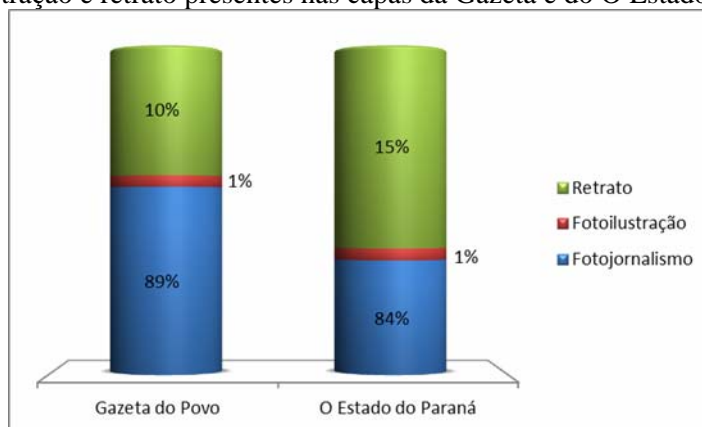
5.3.3 As Fotografias na Primeira Página dos Jornais Paranaenses

A primeira página era um dos espaços mais contemplados com imagens fotográficas tanto na *Gazeta do Povo* como no *O Estado do Paraná*, vide que ocupavam cerca de 20% das fotografias publicadas. Sobre a distribuição em categorias como fotojornalismo, foto-ilustração e retratos, os números das capas foram um pouco distintos dos apresentados no

total dos exemplares (Gráfico 12). Em *O Estado*, a proporção das porcentagens do tipo de fotografias utilizados na primeira página em relação ao total da edição teve uma variação pequena. Foto-ilustração caiu de 2% para 1% e retrato de 16% para 15%. Fotojornalismo continuou sendo o mais utilizado (84%), tendo um aumento de 2%. Na *Gazeta*, a porcentagem de presença de fotojornalismo nas capas aumentou de 79% para 89%, demonstrando a preferência por este tipo de imagem nas capas – provavelmente por acreditar que elas sejam mais informativas e atraiam a atenção do consumidor. No que se refere às outras categorias, ambos tiveram uma diminuição de 5% na quantidade de fotografias publicadas: de 15% para 10% nos retratos e de 6% para 1% nas foto-ilustrações. Observou-se, portanto, a valorização do emprego do fotojornalismo nas primeiras páginas e o pouco uso da foto-ilustração. (Constam, em anexo, algumas capas veiculadas pelos periódicos estudados do ano de 1968.)

Em referência às temáticas exploradas nas capas (Gráfico 13), tanto a *Gazeta* como *O Estado* optaram por prestigiar a política. No primeiro, a editoria obteve 57% das imagens publicadas; no segundo, 43%. Das 557 fotografias publicadas sobre o tema nas edições da *Gazeta*, em 1968, 329 estiveram na capa. Notou-se que aproximadamente 59,1% das fotografias de conteúdo político estavam dispostas na primeira página; enquanto no geral, o assunto conquistou 22%. *O Estado* também apresentou um aumento na quantidade de imagens políticas nas capas em relação ao seu total, de 25% para 43%, ou seja, das 1092 fotografias da temática, 384 abriam a edição. Trata-se de 35,2% do total de imagens com este tipo de conteúdo. Acredita-se que os periódicos exploravam mais esta temática na capa por ser um tema que estava em evidência naquele ano tanto nacional como internacionalmente – isto será melhor discutido no próximo gráfico.

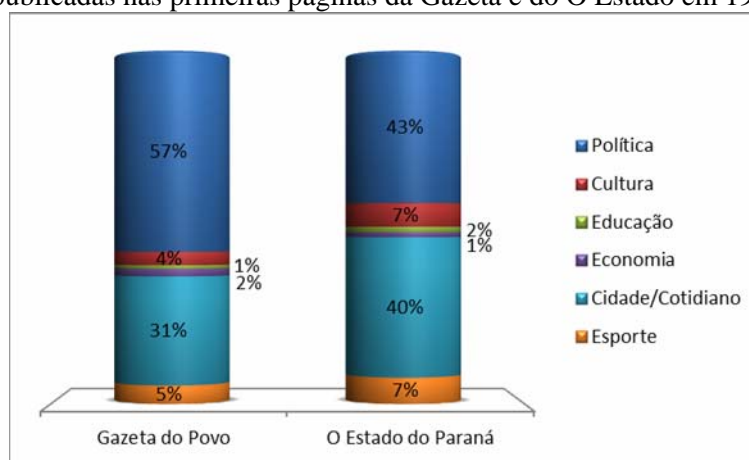
Gráfico 12 - Relação de imagens nas categorias fotojornalismo, foto-ilustração e retrato presentes nas capas da *Gazeta* e do *O Estado* em 1968



Fonte: Elaborado pela autora

Assim, a quantidade de fotografias veiculadas na *Gazeta* em outras editorias perdeu espaço em relação ao total e às primeiras páginas. Cultura obteve 4% – no total contava com 7% –, educação 1% (8%) e economia 2% (7%). As temáticas cidade/cotidiano e esporte desceram de 46% no geral para 31% nas capas e de 10% para 5% respectivamente. A perda de espaço da categoria de cidade/cotidiano chama a atenção por ser a editoria com maior volume de imagens do periódico. Das 2517 fotografias publicadas no ano, 1150 se destinam a esta temática, tornando a sua perda maior se comparada às outras.

Gráfico 13 - Arrolamento das fotografias por editoria publicadas nas primeiras páginas da *Gazeta* e do *O Estado* em 1968



Fonte: Elaborado pela autora

As editorias do *O Estado* também tiveram a utilização de fotografias diminuída, mas em proporções menores do que o concorrente. Os índices referentes à economia foram de 2% para 1% e educação continuou com 2%. As maiores quedas aconteceram em cidade/cotidiano, que de 48% foi para 40%, e em esportes, que ficou com 7% enquanto em relação ao total de imagens veiculadas tinha 17%. No entanto, os conteúdos referentes à cultura passaram de 6% para 7%, aumentando sua aplicação nas primeiras páginas.

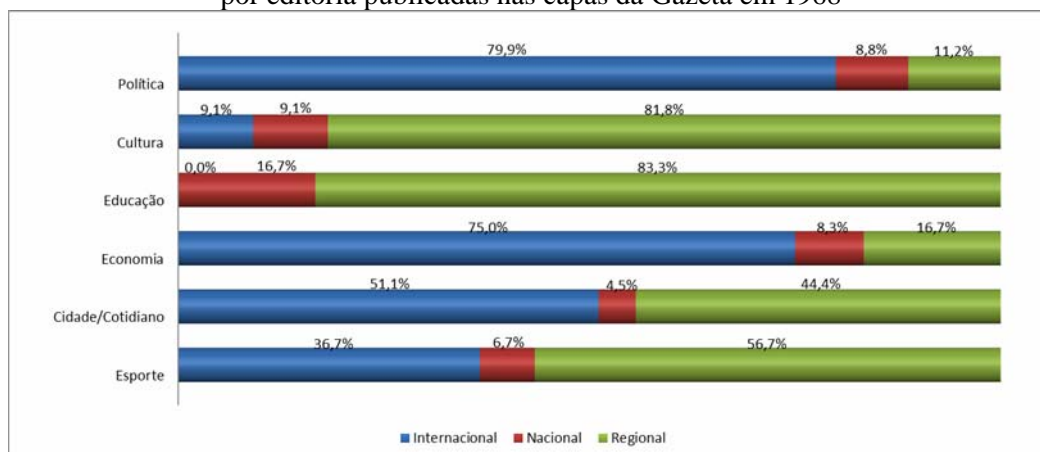
Quando observadas separadamente, as editorias da *Gazeta* e de *O Estado* presentes nas capas (Gráficos 14 e 15) trouxeram, sobretudo, temas de abrangência internacional. Vale lembrar que em 1968, as notícias internacionais contavam com acontecimentos como a Guerra do Vietnã, eleições presidenciais nos Estados Unidos, os movimentos ligados à contracultura, a disputa pela conquista espacial motivada pela Guerra Fria, a invasão da Tchecoslováquia pelas forças da União Soviética (URSS), entre outros. Assim, política internacional, na *Gazeta*, obteve praticamente 80% da quantidade de

fotografias publicadas nas primeiras páginas. Percebe-se que a temática teve mais espaço nas capas do que no total das edições, na qual teve 53,1%. Com esses resultados, foi perceptível que a porcentagem de assuntos nacionais na editoria teve uma diminuição nas primeiras páginas – de 13,1% para 8,8%. Porém a queda nas regionais foi maior, de 33,8% para 11,2%, o que demonstra que um terço das imagens veiculadas em um ano no jornal era destinado à temática e este número caiu para pouco mais de 10%.

Na editoria de política, *O Estado* não apresentou tanta diferença nas capas. A quantia de assuntos internacionais, contudo, aumentou seu percentual quase de forma equivalente a perda de espaço que os temas regionais nas primeiras páginas. Trata-se de 65,3% que se elevou para 75,8% nas internacionais e 31,7% que caiu para 20,8% nas regionais. As fotografias de cunho nacional se mantiveram no mesmo patamar, de 3% no total de fotografias veiculadas para 3,4% nas publicadas nas capas.

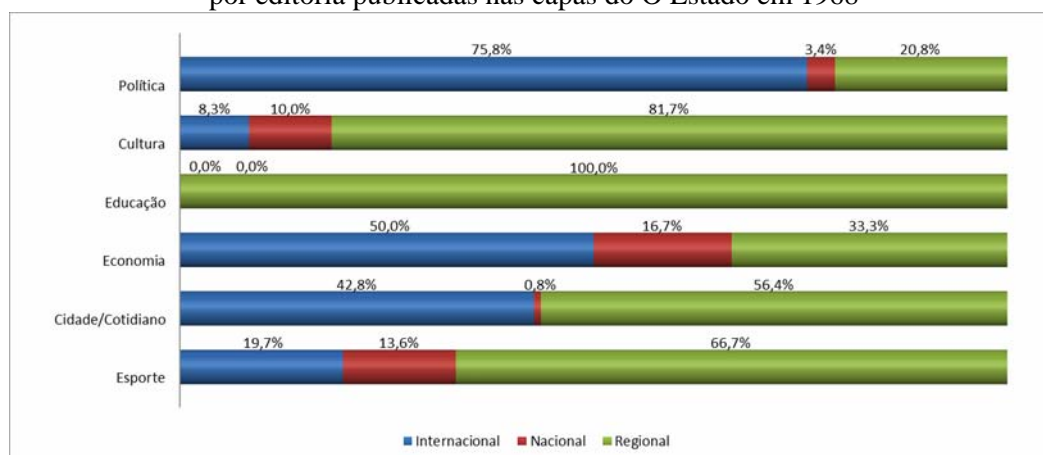
A respeito da editoria de cultura, a *Gazeta* apresentou pouca alteração nas porcentagens apontadas nas primeiras páginas em relação no total. Constatou-se um pequeno aumento das imagens regionais – de 77,1% para 81,8% – e, conseqüentemente, uma pequena queda nas nacionais e internacionais, de 11,7% e 11,2% respectivamente para 9,1% em ambos os casos. *O Estado* também mostrou um crescimento referente às regionais, de 77,9% a 81,8%. Mas apontou uma diminuição na participação de assuntos internacionais nas capas, com uma queda de aproximadamente 50% – de 16,8% para 8,3%. Por outro lado, as imagens nacionais tiveram um aumento compatível, quase dobrando a sua presença nas primeiras páginas – de 5,3% para 10% –, conquistando, assim, um volume maior que as de fora do país na capa. Esta é uma das poucas vezes que os assuntos de caráter nacional superaram os mundiais. Como se observou, *O Estado*, majoritariamente, deu mais destaque às notícias externas ao Brasil.

Gráfico 14 - Levantamento da proximidade das fotografias jornalísticas por editoria publicadas nas capas da *Gazeta* em 1968



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 15 - Levantamento da proximidade das fotografias jornalísticas por editoria publicadas nas capas do *O Estado* em 1968



Fonte: Elaborado pela autora

Em educação, a *Gazeta* não apresentou nenhuma imagem de cunho internacional nas capas. As nacionais acabariam conquistando um pouco mais de destaque, subindo de 11,8% para 16,7%, enquanto as regionais caíram – de 87,7% para 83,3%. Por seu lado, as primeiras páginas do *O Estado* não deram nenhuma ênfase às temáticas internacionais ou nacionais, apenas às regionais que conquistaram 100% da quantidade de fotografias veiculadas sobre educação nas capas, em 1968.

Ao que concerne à economia, notou-se que na *Gazeta*, apesar de as imagens de cunho internacional representarem apenas 7% do total, nas capas a categoria foi responsável por 75%, restando 8,3% para as nacionais – o que significa uma diminuição pequena referente ao total que somou 12,9%. A maior queda, que justificou o crescimento dos assuntos externos ao Brasil, aconteceu nas fotografias regionais que, dos 80,1% do total,

conquistaram apenas 16,7% nas primeiras páginas, uma diferença de 79,1% e que ressalta a importância dada pelo jornal para a temática econômica internacional.

Este tema também teve uma maior participação nas capas de *O Estado* em relação ao total de fotografias publicadas. As imagens referentes à economia mundial acumularam 50% da editoria nas primeiras páginas. As regionais caíram praticamente metade da porcentagem, ficando com um terço da participação (33,3%). Já as nacionais, nas capas, conquistaram um crescimento equivalente a quatro vezes da participação no total, aumentando de 4,1% para 16,7%. Ressalte-se que *O Estado*, no geral e não apenas nesta editoria específica, valorizou pouco as fotografias nacionais, que tiveram uma pequena inserção no veículo.

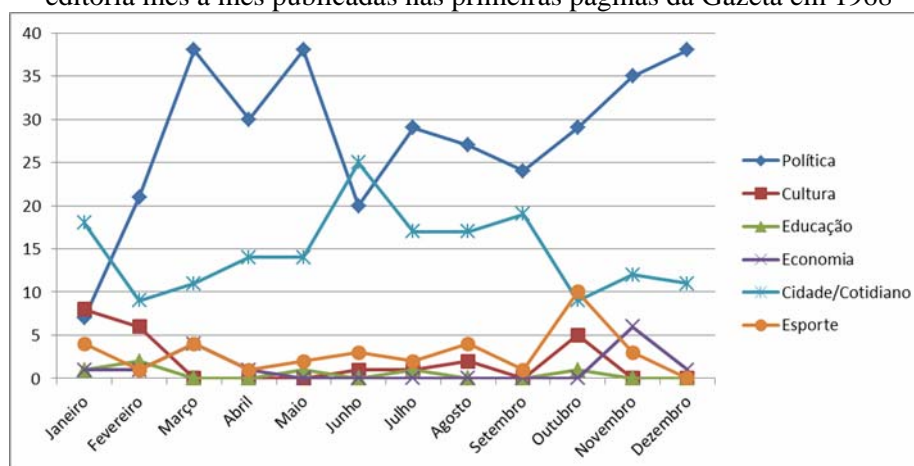
Também na categoria cidade/cotidiano as fotografias internacionais nas capas ganharam destaque em relação ao total. Na *Gazeta*, a temática sobe de 10,8% para 51,1%. As regionais foram, por consequência, as que mais perderam espaço – quase 50% –, ficando com 44,4% nas capas contra 84% do total. As nacionais ficaram com o percentual parecido, 4,5% e 5,2% respectivamente, porém também sofreram uma queda. *O Estado*, bem como o concorrente, apresentou um aumento na participação internacional no tangente à editoria cidade/cotidiano nas primeiras páginas – de 26,2% para 42,8%. Já as regionais, diferentemente da *Gazeta*, continuaram sendo a maioria, com mais da metade, mesmo com a diminuição da porcentagem – de 71% para 56,4%. As imagens nacionais não atingiram 1% (0,8%) das utilizadas na capa, o que significa uma diferença de 2% em relação ao total das publicadas.

Assim como as outras editorias da *Gazeta*, a de esportes mostrou um crescimento de assuntos internacionais nas capas em relação ao total de imagens veiculadas pelo periódico. Na soma geral, houve uma participação desta editoria em 5,1% das imagens; nas capas o percentual subiu para 36,7%. As regionais continuaram sendo predominantes, com 56,7%, mas apresentando uma queda, pois no total conquistaram 74,3%. Houve também uma diminuição no que se reportava aos assuntos esportivos nacionais, que obtiveram 6,7% das fotografias de capa contra 20,6% do volume total. No *O Estado* aconteceu algo semelhante, as internacionais ganharam mais que o dobro da porcentagem – indo de 7,8% do total a 19,7% das publicações nas capas. Desta vez, contudo, as imagens nacionais angariaram um pouco mais de porcentagem na primeira página: de 9,8% vai a 13,6%. As regionais, por sua vez, têm 82,4% das imagens do volume total, mas nas das capas esta porcentagem caiu para 66,7%, isto é, no geral 4/5 das fotografias da editoria de esportes eram regionais e nas primeiras páginas se referiam a 1/3.

5.3.3.1 As fotografias de capa da *Gazeta* e do *O Estado* mensalmente

Quando observadas mês a mês, as temáticas presentes nas capas apresentam algumas particularidades (Gráficos 16 e 17). Na *Gazeta*, os únicos meses em que a editoria de política não teve o maior número de fotografias nas primeiras páginas foram janeiro – com 7 imagens – e junho – com 20. Em janeiro, obteve praticamente metade da participação que cidade/cotidiano, a editoria com maior número de fotografias naquele mês: 18. Assim, política ficou no mesmo patamar que cultura.

Gráfico 16 - Comparativo da quantidade de fotografias das capas por editoria mês a mês publicadas nas primeiras páginas da *Gazeta* em 1968



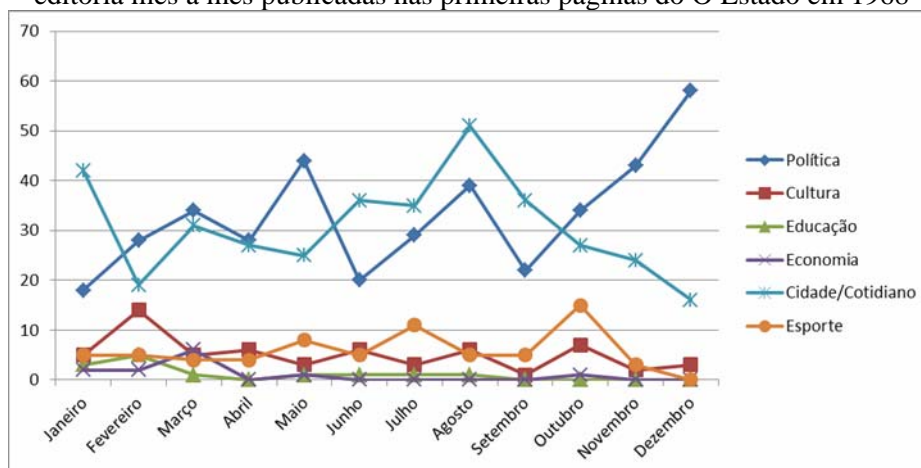
Fonte: Elaborado pela autora

Em junho, a categoria de cidade/cotidiano apareceu com cinco imagens a mais em relação à política, sendo 25 e 20 veiculações. Do período de fevereiro a maio e de outubro e dezembro, política apresentou, por vezes, mais que o dobro do volume de fotografias publicadas no mês. Ela obteve seu pico nos meses de março, maio e dezembro, destacando uma elevação a partir de setembro que durou até o final do ano e uma queda considerável de maio para junho – de 38 caiu para 20. Esta foi a temática mais empregada nas capas; as outras editorias – com exceção da de cidade/cotidiano – apresentaram uma variação em torno de cinco imagens mensalmente. Cidade/cotidiano tem uma participação com nove a 19 publicações, seu ápice ocorreu em junho e sua menor participação aconteceu em fevereiro e outubro.

Cultura também empregou mais fotografias em janeiro e fevereiro – 8 e 6 respectivamente –, talvez pela influência do carnaval. Já a editoria de esportes, em outubro, provavelmente influenciados pelos Jogos Olímpicos na Cidade do México, também assinalou uma participação maior do que cinco, com seis. Em novembro, houve um aumento de

imagens de capa para a editoria de economia – seis ao todo; nos demais meses sempre teve uma participação mínima, entre zero e uma inserção ao mês.

Gráfico 17 - Comparativo da quantidade de fotografias das capas por editoria mês a mês publicadas nas primeiras páginas do *O Estado* em 1968



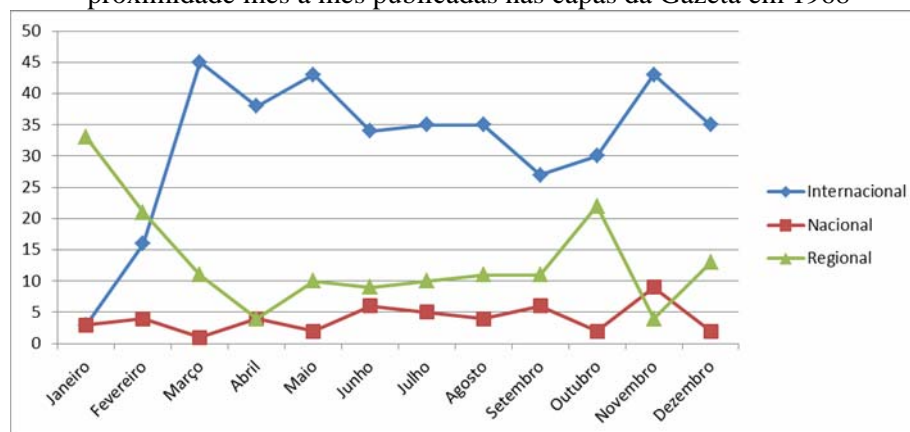
Fonte: Elaborado pela autora

Por sua vez, no gráfico de *O Estado*, as linhas que representam as editorias de política e de cidade/cotidiano se "entrelaçam" desde o começo, alternando-se como predominância de fotografias de capa do jornal. As duas temáticas mantiveram quantidades mensais muito próximas, exceto em janeiro quando cidade/cotidiano teve mais que o dobro do que as fotografias políticas – 42 a 18 – e em maio houve o inverso, política teve veiculações que somaram quase o dobro das de cidade/cotidiano – 44 a 25. Este “entrelaçamento” aconteceu até outubro, a partir do mês seguinte política abriu uma vantagem em relação à quantidade de fotografias nas primeiras páginas e cidade/cotidiano apresentou uma queda, separando as linhas do gráfico. Em dezembro, esta tendência se concretizou e a editoria de política teve seu maior número de fotografias veiculadas – 58 – e cotidiano teve o seu menor – 16. As outras editorias tiveram comportamento semelhante ao do jornal concorrente, com números inferiores em relação à política e cidade/cotidiano, com cultura atingindo seu ápice em fevereiro e esporte em outubro.

Sobre a abrangência das fotografias veiculadas nas primeiras páginas (Gráficos 18 e 19), destacou-se a participação irrisória dos acontecimentos nacionais. Na *Gazeta*, a predominância foi dos assuntos internacionais, que apresentaram seus menores índices de atuação nas capas somente nos meses de janeiro – com três publicações – e fevereiro – com 16 –, quando foi superada pelas imagens de cunho regional – 33 e 21 veiculações respectivamente. Percebeu-se que, de janeiro até maio, as variações da linha de internacionais foram muito semelhantes às da editoria de política no gráfico anterior,

insinuando a introdução de fotografias políticas de conteúdo internacional. De março a dezembro, houve em média 36,5 imagens internacionais nas capas, registrando uma queda de participação nos meses de setembro e outubro – 27 e 30 publicações –, porém o índice voltou a subir no mês seguinte, retomando o patamar anterior.

Gráfico 18 - Comparativo da quantidade de fotografias das capas por proximidade mês a mês publicadas nas capas da Gazeta em 1968

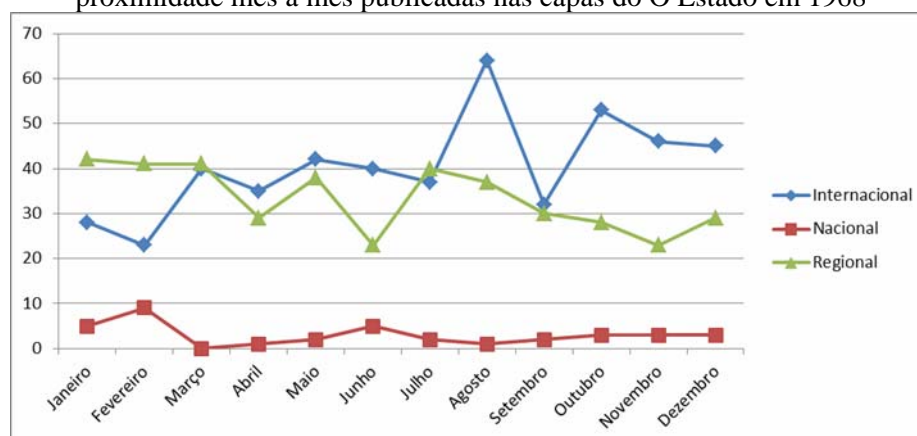


Fonte: Elaborado pela autora

As fotografias nacionais na *Gazeta* mantiveram uma linha quase estável – em torno de cinco imagens mensais –, atingindo seu auge em novembro com nove publicações no mês, quando apresentou praticamente o dobro das regionais – com quatro veiculações. Nos outros meses as imagens de cunho paranaense superaram as nacionais.

As regionais publicadas nas capas da *Gazeta* foram de uma maioria praticamente absoluta em janeiro – com 33 fotografias – a uma queda vertiginosa até abril, quando atingiram os níveis das fotografias nacionais – com cinco publicações. Neste período de queda, notou-se um crescimento das internacionais, que, por sua vez, estabilizou-se em patamares mais altos – atingindo, em março, o seu ápice com 45 imagens veiculadas na capa. De maio a setembro, as nacionais sustentaram uma quantidade de publicações em torno de dez fotografias mensais. Já em outubro atingiram praticamente o dobro da quantidade que vinham conquistando nas primeiras páginas, aproximando-se das internacionais – 22 a 30 respectivamente. Entretanto, em novembro, as fotografias de cunho regional voltaram a atingir seu menor patamar, o mesmo que o de abril – com quatro publicações. Em dezembro, ascenderam novamente a um nível que pode ser considerado normal para as regionais, com 13 veiculações nas capas.

Gráfico 19 - Comparativo da quantidade de fotografias das capas por proximidade mês a mês publicadas nas capas do *O Estado* em 1968



Fonte: Elaborado pela autora

No *O Estado*, as linhas de fotografias internacionais e regionais se “entrelaçam” em relação à quantidade de imagens na primeira página. Diferente da *Gazeta*, na maioria dos meses, as imagens regionais de *O Estado* tiveram uma proximidade maior com as internacionais em relação à quantidade de fotografias nas capas. As de cunho regional apresentaram uma linha menos instável, tendo picos de queda em abril e junho – com 29 e 23 veiculações. A partir de agosto houve uma queda nas fotografias regionais, mostrando uma diminuição no número de publicações até novembro; em dezembro, o índice subiu novamente, mas não atingiu os patamares anteriores – chegando a 29 veiculações.

As fotografias internacionais publicadas nas capas do *O Estado* em janeiro e fevereiro apresentaram um nível quase que intermediário entre as regionais e as nacionais – com 28 e 23 veiculações. A partir de março, contudo, o índice das imagens internacionais atingiu os níveis das regionais e manteve uma constância até atingir seu pico em agosto, quando gerou o maior número de fotografias internacionais nas capas do periódico – com 64 publicações. No mês seguinte, voltou a apontar índices parecidos com os regionais – 32 veiculações de conteúdo externo contra 30 de regionais. Em outubro, novembro e dezembro as fotografias internacionais ganharam destaque novamente e representaram a maioria das imagens publicadas nas capas – 53, 46 e 45 veiculações nas primeiras páginas respectivamente. Já as de cunho nacional se mantiveram constantes durante o ano, sendo a categoria que menos apareceu nas primeiras páginas – mantendo-se com uma participação entre uma e cinco fotografias. O pico das imagens nacionais no *O Estado* aconteceu em fevereiro, quando conseguiu nove imagens publicadas nas capas.

Independente de se tratar de imagens veiculadas na primeira página dos jornais pesquisados ou não, percebeu-se que a *Gazeta* e *O Estado* deram mais destaque às

fotografias concernentes aos temas internacionais do que os nacionais. A rara veiculação de imagens que discutiam a conjuntura política vigente no país conota uma postura ambígua – se não um apoio – adotada pelos periódicos em relação ao regime militar brasileiro. Esta é a proposta para reflexão do próximo capítulo.

6 AS MOBILIZAÇÕES ESTUDANTIS, OS SUBVERSIVOS, A CENSURA E OS GOVERNANTES NO FOTOJORNALISMO PARANAENSE

6.1 O CERCEAMENTO E A COBERTURA DE TEMAS POLÊMICOS DURANTE O REGIME MILITAR

Desde que ascenderam ao poder, os militares exaltavam a necessidade de uma reestruturação constitucional, que incluísse a criação da Lei de Imprensa. Com intuito de regular vários aspectos concernentes aos veículos de comunicação, a lei entrou em vigor em 14 de março de 1967. Passou, então, a reger vários “abusos” de imprensa, como divulgação de notícias falsas que possibilitassem pôr em perigo o nome, a autoridade e crédito ou prestígio do Brasil; ofensas à honra do presidente de qualquer dos poderes da União. Também era considerada delito por parte dos periódicos a incitação à guerra ou à subversão da ordem político-social, à desobediência coletiva às leis, à animosidade entre as forças armadas, à luta entre as classes sociais, à paralisação dos serviços públicos, ao ódio ou à discriminação racial e a veiculação de propaganda subversiva, que impulsionasse a prática de crimes contra a segurança nacional. Os excessos eram julgados pelo foro militar.

Apesar da Lei de Imprensa afirmar a existência da livre manifestação do pensamento, do recebimento e a difusão de informações ou ideias, o segundo parágrafo do primeiro artigo⁶³ aponta para uma possível intervenção sobre a imprensa ao afirmar uma censura prévia em caso de estado de sítio. Segundo Samways (2009, p.59-60), o embaraço de números entre decretos, atos e leis, “demonstra a busca do governo em tentar dar um aparato de legalidade ao regime, ainda em sua fase inicial, com constantes mudanças na lei, que tornassem possível um maior controle sobre supostos inimigos do Estado”.

Samways aponta para uma inércia quase total da imprensa brasileira, que, neste cenário de cerceamento, consentiu, em grande parte, com o regime, aceitando as proibições e não realizando a cobertura de assuntos proibidos. “Os atores da imprensa acabaram sendo fortemente afetados pelo sentimento de medo, ou ainda, muitos acabaram por colaborar com o regime, levando-os a apoiar a repressão e atos autoritários do governo.” (SAMWAYS, 2009, p.66). O autor salienta que muitos jornalistas apoiaram de fato o governo e que o medo não impediu muitos jornalistas de escreverem. Porém, haveria uma banalização da censura, transformada em rotina dentro das redações, a tudo abarcando, “funcionando

⁶³ “§ 2º O disposto neste artigo não se aplica a espetáculos e diversões públicas, que ficarão sujeitos à censura, na forma da lei, nem na vigência do estado de sítio, quando o governo poderá exercer a censura sobre os jornais ou periódicos e empresas de radiodifusão e agências noticiosas nas matérias atinentes aos motivos que o determinaram, como também em relação aos executores daquela medida.” (LEI DE IMPRENSA *apud* SAMWAYS, 2009, p.59).

automaticamente em um sistema anônimo” e tornando difícil discernir de quem seria a responsabilidade pela censura. Samways frisa que a imprensa não seria totalmente fraca ou desprovida de ação, assim como não estava totalmente paralisada pelo medo. “Por outro lado, é certo que o cumprimento das normas impostas pelo governo tornou-se regra dentro das redações.” (SAMWAYS, 2009, p.66-67).

Neste contexto de limitação à atuação da imprensa, este trabalho analisa a produção e difusão do fotojornalismo da *Gazeta do Povo* e de *O Estado do Paraná* acerca das temáticas polêmicas no ano de 1968. Para tanto, as interpretações das 15 imagens analisadas foram divididas em quatro assuntos: a *mobilização estudantil*, os *subversivos e comunistas*, a *censura* e os *políticos e militares*.

6.2 AS MOBILIZAÇÕES ESTUDANTIS: OS JOVENS SAÍRAM ÀS RUAS DA CAPITAL PARANAENSE

As ações movidas pelos estudantes foram, possivelmente, as manifestações mais intensas e fortemente reprimidas em 1968. O movimento não se limitou ao eixo Rio de Janeiro-São Paulo e tampouco foi conduzido somente por universitários, muitos secundaristas aderiram aos protestos. Mesmo com a reformulação das entidades estudantis e da suspensão das atividades políticas durante o regime militar, os estudantes, representados pela UNE – que foi submetida à ilegalidade –, reergueram o movimento nacionalmente. De acordo com Coelho e Santana (2010, p.286), os diretórios acadêmicos e os diretórios centrais dos estudantes (DCE) organizaram passeatas e manifestações em todo país por mais verbas e mais vagas nas universidades públicas.

O movimento, inicialmente de caráter reivindicativo, foi ocupando as ruas das grandes cidades e transformando-se em uma luta política contra o regime militar. Às palavras de ordem específicas uniram-se à de “Abaixo a ditadura”. O movimento tornou-se, assim, protagonista de uma insatisfação nacional em um momento em que os sindicatos dos trabalhadores estavam sob forte repressão e os partidos políticos tradicionais haviam sido dissolvidos e substituídos por agremiações criadas pela ditadura militar, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). (COELHO; SANTANA, 2010, p.286).

Para Reis Filho (1998, p.33), o movimento de 1968 ganhou consistência social porque soube aliar a crítica à formulação de um programa de reivindicações que era a expressão da grande maioria. “Sem perder a perspectiva política mais geral, ancorava-se a mobilização no cotidiano. Daí a força do movimento: não se lutava apenas *contra*, mas *por*

interesses tangíveis, concretos.” No Paraná, houve manifestações durante todo o ano. Porém, a maioria dos protestos se concentrou nos meses de maio e outubro – períodos escolhido para a seleção das imagens analisadas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Paraná, em 1968, existiam 112 cursos de graduação e dois de pós-graduação. No início do ano, foram realizadas 16.567 matrículas de graduandos e 56 de pós-graduandos. As principais universidades da capital paranaense eram a Universidade Federal do Paraná – na época conhecida como UFP – e da Pontifícia Universidade Católica (PUC) – então denominada Universidade Católica do Paraná. A primeira contava com 2300 novas vagas anuais e a outra com 880, sendo as instituições referências do ensino superior no estado. Ressalte-se que a população curitibana era de, aproximadamente, 617 mil habitantes em 1968, de acordo com dados do IBGE. Os universitários representavam, então, 2,7% da população da capital paranaense, lembrando que os secundaristas – que, em menor número, também participavam das mobilizações estudantis – somavam, em 1967, cerca de 168 mil matriculados.

No dia 14 de maio (terça-feira), cerca de seis mil estudantes, a maior parte da UFP e da Católica, entraram em greve em Curitiba devido ao fato de o Centro Politécnico – que integrava a UFP – continuar cercado pela Polícia Militar do Estado do Paraná (PMEP) e a entrada ser permitida apenas para professores e vestibulandos. O bloqueio havia sido realizado no domingo (12 de maio de 1968) para a garantia da realização do vestibular do curso de Engenharia noturno, porque aproximadamente 200 jovens teriam tentado impedir a realização das provas com a utilização de rojões e pedras. Os universitários protestavam contra a cobrança de mensalidades do novo curso. Segundo a *Gazeta do Povo*, dez estudantes e seis policiais ficaram feridos no conflito e 59 manifestantes foram presos por aproximadamente sete horas.⁶⁴

O Estado do Paraná estampou na capa da edição do dia 14 (n. 5.067) duas imagens sobre o cerco ao Centro Politécnico. Uma com um jovem sendo revistado por integrantes da PMEP e a outra de um “coquetel molotov” que teria sido apreendido com os estudantes nos dias anteriores, o que teria levado a polícia “a supor que existe gente estranha entre eles”. No interior do periódico, foram publicadas várias imagens sobre a agitação que envolveu os estudantes e a PMEP, mostrou-se, sobretudo, as “armas” utilizadas pelos universitários, sobre a vistoria realizada para entrada no campus e a paralisação das atividades que ocorreu na segunda-feira (13 de maio de 1968). A cobertura fotográfica do confronto do

⁶⁴ Como a *Gazeta* e *O Estado* não circulavam na segunda-feira, as edições de terça-feira eram marcadas pelas notícias do final de semana.

domingo rendeu ao jornal o Prêmio Esso de Fotografia⁶⁵ daquele ano, com duas imagens de Edison Jansen (Figura 1⁶⁶). Naquele momento, *O Estado* tinha publicado uma fotorreportagem com seis imagens de mais dois profissionais, Osvaldo Jansen e Valdomiro Costa.

As duas fotografias premiadas traziam um jovem enfrentando um policial da cavalaria com um estilingue⁶⁷. Contudo, do momento da publicação, em maio, ao da premiação, em novembro, a ordem das imagens foi invertida. Conforme a sequência de imagens publicadas originalmente, na primeira, o jovem atacava o oficial e, na segunda, ele corria, porém, quando o jornal noticiou a premiação, as fotografias foram apresentadas invertidas⁶⁸. É nesta ordem, a segunda, que as imagens serão analisadas, uma vez que, além de ser como foi apresentada na premiação, a distância do cavaleiro em relação ao jovem corrobora para a compreensão da possível ordem correta das imagens.

As fotografias mostram os policiais a cavalo indo em direção aos estudantes com intuito de reprimir a manifestação. Vê-se dois jovens correndo enquanto seis cavaleiros, aparentemente correndo, vão em direção aos universitários o que conota mais força ao ato, pois a velocidade de corrida de um cavalo é superior a de um homem – o que é confirmado na imagem seguinte que apresenta o policial bem mais próximo ao estudante. A ferocidade da ação também é demonstrada por se tratar de oficiais armados contra jovens desarmados – munidos, como afirmam as reportagens da época, por paus e pedras –, tanto que apenas um os enfrenta e com um estilingue, objeto normalmente utilizado durante a infância na caça de pequenos animais, mas, sobretudo, como brinquedo, não sendo um armamento pesado, que pudesse levar risco de morte aos combatentes. Assim, quando o periódico trata estes objetos,

⁶⁵ O Prêmio Esso de Jornalismo é o mais tradicional e disputado programa de reconhecimento de mérito dos profissionais de imprensa do Brasil. Em 2011, completou 56 anos de existência ininterrupta. Dividido em diversas categorias, o conjunto de premiações é concedido aos melhores trabalhos publicados anualmente, segundo avaliação de comissões de julgamento integradas exclusivamente por jornalistas renomados ou profissionais de comunicação. Atualmente, para a mídia impressa, estão destinadas 11 categorias – na qual se enquadra a categoria Fotografia –, mais o Prêmio Esso de Reportagem e de Telejornalismo, e o prêmio principal, que leva o nome do programa. De 1955, até hoje, concorreram ao Prêmio Esso mais de 28 mil trabalhos jornalísticos.

⁶⁶ Nas categorias apresentadas no capítulo anterior, que guiaram a construção do mapeamento da atividade fotoperiodística nos periódicos paranaenses em 1968, a figura 1 se enquadra no fotoperiodismo de caráter político e regional. Vale esclarecer que, como os jornais estudados eram, na época, de formato *standart* e a pesquisa foi realizada nos microfílmes disponíveis para pesquisa na BPP, tornou-se inviável registrar todas as imagens selecionadas para o trabalho com sua compaginação completa, porém, mesmo assim, optou-se por destacar – como fosse possível e não o ideal – a localização das fotografias na página. A figura 1, por sua vez, estava no topo da página, abrindo a reportagem que contava com outras imagens.

⁶⁷ *O Estado* publicou, originalmente, as imagens com a seguinte legenda: “1º tempo – Século XX: o estudante provoca a polícia com um estilingue certeiro. Bolinhas de gude também faziam parte do ‘arsenal’ estudantil provocando o desequilíbrio dos cavalos. 2º tempo – Depois de atirar, o estudante não vê outra saída. Trata de correr, fugindo da investida da polícia. Atacando em grupos isolados os estudantes incomodaram bastante.”

⁶⁸ Quando da premiação, *O Estado* trouxe a seguinte legenda, em 13 de novembro: “Esta sequência de Edison Jansen deu o Prêmio Esso de Fotografia de 1968 a O ESTADO DO PARANÁ. Edison tirou-a quando do choque entre estudantes e a Polícia Militar no Centro Politécnico. No ‘1º tempo’: o rapaz correndo do cavaleiro armado de espada. ‘2º tempo’: o rapaz pára e larga a estilingada.”

em sua legenda, como “arsenal”, conota um poder de fogo aos estudantes maior do que o real, consequentemente, também atribui uma capacidade de enfrentamento aos jovens maior. Desta forma, *O Estado* tenta igualar o confronto, como se os rivais combatessem no mesmo nível. Porém, as imagens apontam o inverso: a estrutura e força policial contra o improvisado dos estudantes.

Figura 1 - Primeiro e segundo tempo: estudante enfrentou a PMEP com um estilingue



Fotografias: Edison Jansen

Fonte: O Estado do Paraná, n. 5067, 14/05/1968, capa

As imagens fotográficas pontam a diferença de equipamento e munição existente entre eles, enquanto os policiais estavam armados e a cavalo, os jovens estavam a pé e munidos com pedras, paus, rojões e estilingues. Por outro lado, são representativas no sentido de que mostram a bravura de ambos os envolvidos no conflito, com nenhum dos lados cedendo; tanto os jovens quanto a PMEP não se acovardariam da luta.

O Estado do dia 15 de maio (n. 5.068) trouxe, além das várias no interior da edição, duas fotografias referentes às manifestações do dia anterior na capa. A paralisação estudantil, que reivindicava o livre acesso ao Centro Politécnico e era contra a cobrança do

curso noturno de Engenharia, concentrou-se na Praça Santos Andrade e se estendeu ao prédio da Reitoria da UFP. De acordo com o jornal, cerca de dois mil universitários estavam envolvidos na greve, mas um grupo de 100 – “entre os quais diversas moças” – teria tomado a Reitoria e os prédios das Faculdades de Filosofia e Ciências Econômicas.

As imagens veiculadas na capa mostravam, na primeira, o uso “correto” dos rojões por parte dos estudantes⁶⁹ e, na segunda, o busto do reitor Flávio Suplicy de Lacerda na rua depois de ser arrancado do pedestal que o sustentava na entrada da Reitoria⁷⁰ (Figura 2). Aparentemente, os jovens estão arrastando o busto – dois parecem puxar com cordas enquanto um observa a ação –, provavelmente, para colocá-lo junto às barricadas. A corrida dos dois jovens que carregam o busto, assim como dá movimento à imagem, gera a impressão de rapidez, inquietação e até mesmo desordem em meio à agitação.

No contexto em questão, tirar a imagem de Suplicy de Lacerda de seu pedestal e arrastá-lo pela rua era uma forma direta de crítica às políticas estudantis do governo militar. Em 1950, Lacerda havia assumido o cargo de reitor da UFP e, entre 1964 e 1966, durante o mandato do general Castelo Branco, tinha sido ministro da Educação por duas vezes. No cargo, sofreu intensa campanha de oposição por parte dos estudantes insatisfeitos com as medidas expressas na Lei nº 4.464, de 6 de abril de 1964 – que se tornaria conhecida como Lei Suplicy. O decreto proibia as atividades políticas nas organizações estudantis, colocando a UNE e as Uniões Estaduais dos Estudantes (UEE) na ilegalidade, porém estas entidades passaram a atuar na clandestinidade. Além disso, todas as instâncias da representação estudantil ficavam submetidas ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), que definia as suas regulamentações, causando protestos estudantis.

⁶⁹ Acompanhava a legenda: “Os estudantes usaram os foguetes que iam usar contra os cavalarianos para comemorar a vitória do movimento contra o ensino pago da Universidade do Paraná.” Esta imagem se enquadrava na categoria fotojornalismo político e regional. Era uma das imagens da manchete de capa daquela edição, estando, acompanhada por outra fotografia, no topo da primeira página.

⁷⁰ A legenda afirmava: “Após ocupar os prédios da Reitoria e das Faculdades Filosofia e Ciências Econômicas, os estudantes arrancaram o busto do reitor Suplicy de Lacerda, que estava num pedestal à entrada do prédio da UFP. O busto foi utilizado para reforçar as barricadas.”

Figura 2 - Estudantes arrastam o busto do reitor Suplicy de Lacerda pela rua



Fotografia: Edison Jansen

Fonte: O Estado do Paraná, n. 5068, 15/05/1968, capa

Foi durante a gestão de Suplicy de Lacerda à frente do MEC que se estabeleceu o pacto de cooperação com a *United States Agency for International Development* (USAID). O acordo, conhecido como Acordo MEC-USAID⁷¹, visava transformar o ensino brasileiro em um projeto tecnocrático, no qual o ensino superior não ofereceria uma formação crítica aos estudantes, mas sim cursos de formação profissional e técnica. “O programa foi imediatamente atacado pelos nacionalistas, especialmente os estudantes, que o denunciavam como ‘infiltração imperialista na educação brasileira’.” (SKIDMORE, 1988, p.154).

⁷¹ Em julho de 1968, o projeto MEC-USAID expiraria e o presidente Costa e Silva, que desde a posse se manifestava insatisfeito com o acordo, anunciou seus próprios preparativos para a reforma universitária. Dentre as muitas estipulações, Skidmore (1988, p.156) ressalta a regularização de sete mil professores qualificados e com salários por tempo integral, a ampliação do sistema de universidades federais – que era uma das grandes exigências dos protestos daquele ano –, o abandono do modelo francês e a adoção do americano, a criação dos departamentos, o fim dos professores catedráticos – o que levou vários intelectuais brasileiros à uma aposentadoria precoce – e a transição para o sistema de créditos. Muitas destas mudanças já eram metas previstas no projeto MEC-USAID.

A imagem do busto destituído de seu pedestal também foi explorada pela *Gazeta* neste dia, contudo, a fotografia não foi publicada na capa e sim no miolo do jornal. Ao contrário de *O Estado*, as edições da *Gazeta* traziam poucas imagens. No caso das mobilizações estudantis curitibanas do mês de maio, o periódico apresentou diariamente cerca de uma fotografia sobre o conflito e, na maioria das vezes, tratava-se de imagens com os personagens estáticos, não mostrando as movimentações que envolveram o acontecimento. Um exemplo disto é a fotografia com o busto do reitor Suplicy de Lacerda posto em uma das barricadas feitas para impedir que a PMEP entrasse na rua que dava acesso aos prédios da Reitoria e das Faculdades de Filosofia e das Ciências Econômicas que tinham sido tomados pelos estudantes⁷² (Figura 3).

Figura 3 -Estudantes utilizam o busto do reitor Suplicy de Lacerda na barricada



Fotografia: sem crédito

Fonte: *Gazeta do Povo*, n. 15.062, 15/05/1968, página 10 do 2º caderno

Observa-se na fotografia que as barricadas eram compostas basicamente por pedaços de madeira e ferro que também serviam como armas, uma vez que um estudante

⁷² Constava na legenda: “Armados de pedra, pedaços de ferro e madeira, os estudantes tomaram o prédio central da Reitoria.” A fotografia se adequou a categoria de fotojornalismo, político e regional. Ocupava, na edição, o topo de uma página interna e da direita, ou seja, mesmo na parte superior estava em um espaço menos importante do exemplar.

segura um bastão como se fosse se defender ou atacar. Os jovens aparecem parados, como se esperassem a ação repressiva dos contrários às manifestações, como a PMEPE – que, por sinal, não apareceu na edição, como se não tivesse participado dos fatos do dia anterior. Com os personagens da imagem estáticos, há a impressão de que os protestos ocorreram pacificamente e sem a intervenção policial, diferentemente da fotografia anterior (Figura 2) na qual – mesmo sem a aparição da PMEPE – o movimento dos universitários conota agitação e tumulto. Se não fosse a presença do busto e da barricada, que, no mínimo, conota medo em relação a uma possível retaliação, pareceriam ser mobilizações distintas.

A inserção do busto na fotografia merece atenção, pois, assim como os estudantes, ele passa a estar na linha de frente do confronto. Apesar de estar com alguns elementos sobre a imagem do reitor, como se tentassem maculá-la, é como se Suplicy de Lacerda estivesse ao lado dos universitários, em prol da causa estudantil. Por outro lado, conota a intenção dos manifestantes de resistir, porque assinala que estavam dispostos a manter a causa, mesmo que precisassem depredar a instituição e as redondezas de onde estudavam, dando um aspecto de força aos jovens franzinos que tomam a frente do conflito, inclusive pelo aspecto de concreto da estátua.

Com a mediação do secretário de segurança pública Munhoz de Mello e do governador Paulo Pimentel, a “crise universitária” foi solucionada ainda no dia 14 de maio. O vestibular de Engenharia foi mantido e a matrícula dos alunos aprovados, momentaneamente, seria sustentada pela instituição até que conseguisse verbas federais para manter a gratuidade do ensino. Porém, as tropas da PMEPE só seriam removidas completamente do Centro Politécnico no dia 18 (sábado). A *Gazeta* publicou uma fotografia noticiando a retirada (Figura 4⁷³).

A imagem é muito semelhante à outra fotografia publicada no dia 14 sobre as mobilizações de domingo, que acarretou a tomada dos principais prédios da Reitoria pelos estudantes, pois trouxe os policiais cercando as dependências do Centro Politécnico. Apesar de aparentar estar vazio, no campus da UFP vários oficiais impediam a entrada de pessoas não autorizadas, nos dois lados da cerca, havendo na fotografia, aproximadamente, cinco. Assim, mostra-se a preocupação dos governantes e da PMEPE em não perder o controle da situação para os universitários, por isto a proteção permaneceu até o fim da semana. Além disso, a fotografia da *Gazeta* não mostra – mais uma vez – a ação, centra-se nas personagens

⁷³ A legenda relatava: “Os policiais deixam as dependências do Centro Politécnico, que ocuparam durante a semana.” A fotografia se encaixou na categoria de fotojornalismo de cunho político e regional. Tratava-se de uma fotolegenda que estava disposta no topo central de uma página par; novamente, um espaço menos importante na edição jornalística.

envolvidas estáticas, ora os estudantes ora os policiais. O periódico não noticia visualmente conflitos que possam dar a entender ao leitor que as manifestações possam ter sido violentas. Aparentemente, em Curitiba, ambos os envolvidos esperam a ação do outro, suas ações não se encontraram com as dos opositores, logo não haveria violência.

Figura 4 - Policiais militares deixam as dependências do Centro Politécnico da UFP



Fotografia: sem crédito

Fonte: Gazeta do Povo, n. 15.065, 18/05/1968, página 8 do 1º caderno

No entanto, o estilo da cobertura dos dois jornais é alterado nos eventos de outubro. Eles parecem trocar de posturas. Em maio, a *Gazeta* não apresentou ao seu público os conflitos, contrariamente ao *O Estado*; já nos acontecimentos do outro mês isto é o inverso. A *Gazeta* veiculou uma série de imagens, enquanto seu concorrente apresentou poucas e com cenas, em geral, estáticas.

Em 14 de outubro, as manifestações foram contra a prisão de líderes e estudantes que participavam do congresso nacional da UNE, em Ibiúna, no interior de São Paulo. Os protestantes fizeram passeatas nas ruas centrais de Curitiba e terminaram o protesto em um comício na Praça Tiradentes. *O Estado* noticiou a mobilização na edição do dia seguinte (15 de outubro de 1968 – n. 5.198) com duas imagens, uma demonstrando o

aglomerado de estudantes e a outra, um jovem pichando a palavra “liberdade” em uma parede⁷⁴ (Figura 5).

Figura 5 - Estudantes protestam em Curitiba contra prisões no congresso da UNE



Fotografia: sem crédito

Fonte: O Estado do Paraná, n. 5.198, 15/10/1968, página 8

A imagem mostra um possível estudante de costas pichando a palavra “liberdade”, que era a grande motivadora das manifestações mundiais daquele ano, em uma parede. Aparentemente, a moça que o acompanha – à esquerda da fotografia – também pichará a parede, enquanto uma terceira pessoa passava indiferente à atitude dos dois. Pode ser um dos envolvidos no protesto, mas o homem parece estar com a mão no bolso e não olha para os dois; parece estar impassível à ação movida à sua frente. A imagem pode conotar que, mesmo com as mobilizações, a população em geral pouco se importava, assim como que o

⁷⁴ A legenda afirmava: “Também houve ‘pichação’ durante a passeata.” A imagem foi classificada como fotojornalismo de caráter político e regional. A fotografia estava localizada no centro da página, também da direita, ao lado de outra imagem sobre a manifestação estudantil. Mais uma vez, o periódico não explora as fotografias em páginas consideradas importantes, as ímpares. Acredita-se que esta é uma forma de não dar ênfase à temática, que poderia ser constrangedora ao sistema em vigor.

resultado das atitudes estudantis não chamaria a atenção de quem seria importante chamar, caracterizando um ato com uma ressonância pequena, muito mais endógena.

O jornal também reforça a ideia de vandalismo por parte dos jovens, uma vez que a pichação era – como ainda é – fortemente vinculada a atitudes destruidoras. Assim, os universitários estariam perdendo o foco dos protestos e indo para outras direções que não justificavam as ações promovidas pelo grupo. Além disso, *O Estado* optou por fotografias estáticas, sem a intervenção da PMEP, atribuindo frieza aos protestos, como se eles estivessem perdendo a força em relação aos do primeiro semestre.

A *Gazeta*, por sua vez, noticiou a prisão de 43 estudantes paranaenses no congresso da UNE e o regresso deles ao estado. Destacou fotograficamente as reuniões realizadas por eles com os jovens de Curitiba para relatar o acontecido e suas consequências. O jornal deu mais ênfase à cobertura da repressão da PMEP a uma manifestação que aconteceu no dia 19 – e não a do dia 14 como o concorrente. Os universitários protestavam contra a determinação do governo federal que proibia as passeatas depois do encontro no interior paulista. Segundo a *Gazeta*, os responsáveis pela violenta repressão à mobilização estudantil justificaram que a ação se deu não por conta da própria organização da passeata – que foi tida pelo veículo como pacífica –, mas pelos atos de vandalismo promovidos pelos jovens.

A edição do periódico (n. 15.165), de 20 de outubro de 1968⁷⁵, trouxe, além de uma imagem na capa, três fotografias que mostravam o conflito direto entre PMEP e estudantes. A da primeira página foi repetida no miolo do exemplar – porém recortada –, uma vez que apresenta a intensa investida de policiais contra os estudantes, destacando uma agressão⁷⁶ (Figura 6). Por conta dos capacetes, pode-se perceber que existiam mais policiais do que jovens naquele momento e os oficiais, em sua maioria, estavam com os cassetetes em mãos, o que fomenta a ideia exposta pelo jornal de excesso de violência na contenção da manifestação. Era a primeira – e uma das poucas vezes – que o diário apontou a ação policial como agressiva, tornando o confronto violento, sobretudo por parte dos oficiais.

⁷⁵ Trata-se de uma edição dominical. Estes exemplares não foram somados ao levantamento quantitativo das temáticas apresentado no capítulo anterior, porém, como se tratou de uma cobertura fotográfica que se destacou das demais, foi incluída nas análises qualitativas deste trabalho.

⁷⁶ Seguiu a legenda: “Os soldados da PMEP usaram os cassetetes para reprimir as manifestações estudantis de ontem em Curitiba.”. A imagem foi encaixada na categoria de fotojornalismo político e regional. Tratou-se de uma imagem de capa, disposta no centro e à esquerda da página.

Figura 6 - PMEP reprime violentamente protesto de estudantes em Curitiba

a

**Fotografia:** sem crédito**Fonte:** Gazeta do Povo, n. 15.165, 20/10/1968, capa

Nota-se na fotografia quatro pontos de conflitos entre estudantes e policiais – dois na parte superior da imagem, mais à esquerda, e outros dois na parte inferior, um pouco mais à direita. Entretanto, o foco de confronto que mais se destaca é o que está na parte inferior e à direita. É perceptível que o jovem resistia à investida dos oficiais, chamando a atenção de outros policiais que, aparentemente, estavam se dirigindo para o local, mesmo havendo vários pontos de conflito. Em qualquer um deles, a quantidade de policiais é superior a de estudantes, o que fomenta a ideia de violência.

Restam dúvidas, no entanto. Se foi um confronto violento entre PMEP e estudantes, por qual motivo o jornal *O Estado* não o noticiou fotograficamente? Além disso, por que a cobertura fotográfica de cada jornal sobre as manifestações estudantis mudou no encerramento do ano? Se fosse exclusivamente pelo fechamento repressivo imposto pelo regime político vigente, a *Gazeta* teria dado, provavelmente, menos espaço a uma reação violenta da polícia em uma passeata aparentemente passiva dos universitários. Seriam as posturas dos periódicos que estavam mudando, um se mostrando mais próximo às orientações

federais sobre a produção jornalística e outro não? Difícil saber e, por isso, vale a pena conhecer como a produção fotojornalística da *Gazeta* e de *O Estado* atuaram em relação a outros temas polêmicos, como os subversivos.

6.3 OS SUBVERSIVOS PARANAENSES E O JULGAMENTO DO PCB EM 1968

Muitos foram os subversivos durante o regime militar brasileiro⁷⁷. Qualquer um que se opusesse ao novo sistema político poderia ser considerado como tal e, a partir de então, seria investigado pela polícia política. “A intensificação das reivindicações da força de trabalho e de outros estratos da sociedade civil era apreendida como subversão da ordem estabelecida”, apontam Martins e Luca (2006, p.95). Estudantes, religiosos, artistas, intelectuais, trabalhadores rurais e urbanos, sindicalistas, entre outros, eram de antemão possíveis subversivos para os órgãos de repressão do governo.

As autoras lembram que, no Brasil, a ideia de subversão foi fundamentada durante a gestão de João Goulart. À época, havia o temor de uma infiltração comunista nos órgãos públicos, uma vez que entre os projetos políticos do presidente estavam a realização da reforma agrária, uma aproximação e negociação direta com os sindicatos, assim como no período cresceu o número de greves e, na política externa, não havia um alinhamento imediato e irrestrito com as posturas estadunidenses. Desta forma, Jango estaria próximo às esquerdas internacionais – entenda-se Cuba, China e URSS – e quem mantivesse postura semelhante era considerado uma ameaça ao estado.

Como no restante do país, no Paraná, integrantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) mantiveram as suas atividades na clandestinidade – vale lembrar que depois do AI-2, havia apenas dois partidos autorizados a funcionar no Brasil, a Arena e o MDB. As investigações atingiam todos que apresentassem de um menor a um maior relacionamento com o partido. Em janeiro de 1968, começou-se, em Curitiba, um Inquérito Policial Militar (IPM) abarcando de 25 a 28 pessoas⁷⁸ que estariam envolvidas com o partido no Paraná e em Santa Catarina. A primeira reunião para averiguação do caso, promovida pela Auditoria

⁷⁷ Neste trabalho, optou-se tratar da cobertura do IPM do PCB de Curitiba devido à necessidade de delimitação mais específica de um tema para o estudo. Porém, os jornais *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* abordaram, pontualmente, outros assuntos tidos como “subversivos”: a estudante boliviana Maria Esther Selene, suspeita de ser comunista; e o cônego Paulo Haroldo Ribeiro, defensor de que considerar a igreja subversiva por querer reformas sociais era um ato demagogo.

⁷⁸ As informações trazidas pelos jornais são diferentes. *O Estado* fala em 25 indiciados e a *Gazeta* em 28 envolvidos no caso. Nenhum dos periódicos aponta quais seriam os atos entendidos como subversivos cometidos pelos indiciados. Além disso, nas matérias veiculadas, *O Estado* dá mais destaque ao fato de ser relacionado ao PCB do que o concorrente.

Militar, aconteceu no dia 25 de janeiro, nas dependências da 5ª Região Militar (5ª RM), a fim de proceder a qualificação dos indiciados por meio de seus currículos (Figuras 7 e 8⁷⁹).

Figura 7 - Audiência de qualificação dos acusados de subversão no IPM, de janeiro de 1968



Fotografia: sem crédito

Fonte: Gazeta do Povo, n. 15.057, 26/01/1968, página 8 do 2º caderno

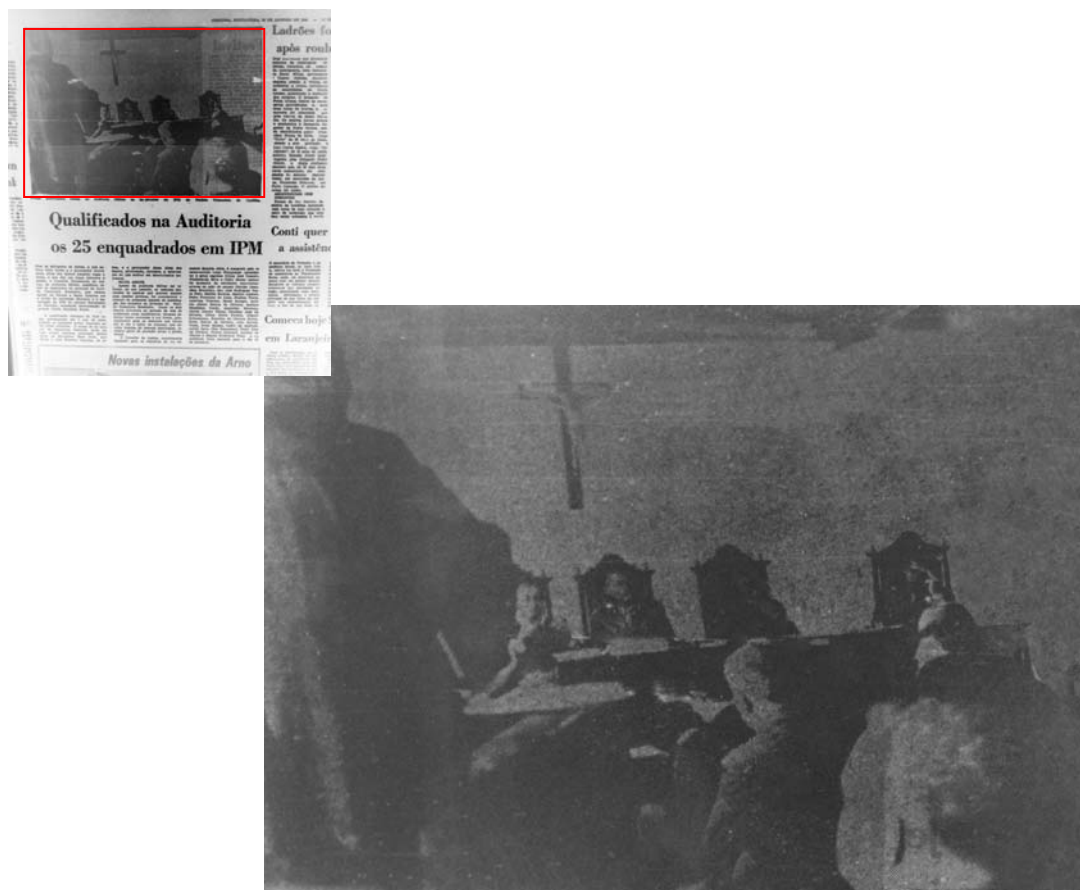
As edições de 26 de janeiro da *Gazeta* (n. 15.057) e de *O Estado* (n. 4.979) trouxeram imagens praticamente iguais sobre o caso. Ambas mostram os responsáveis por julgar o caso vestidos de becas e togas – o que, como apontou *O Estado*, “deu um toque diferente à sessão”, enfatizando que se tratava de uma audiência solene e com motivações sérias –, com as disposições dos envolvidos sendo comuns aos tribunais judiciários em geral. As duas apresentam um homem fazendo uma arguição no canto esquerdo da fotografia.

A existência da cruz na parede foi evidenciada nas duas fotografias, conotando uma suposta presença e, sobretudo, influência de Deus nas decisões ali tomadas. A cruz, como o objeto está acima dos responsáveis por julgar a ação, também corrobora para a ideia de que o combate à subversão estaria aliada à defesa da moral e dos bons costumes

⁷⁹ A legenda da imagem apresentada pela *Gazeta* (Figura 7) era: “Treze pessoas indiciadas no IPM sobre subversão foram qualificadas, ontem, pela Auditoria da 5ª RM.” Já a legenda da fotografia de *O Estado* (Figura 8) afirmava: “Foram qualificadas ontem na Auditoria Militar os implicados no IPM do Partido Comunista de Curitiba.” Ressalte-se que as imagens se enquadraram na categoria de fotojornalismo político e regional. Na *Gazeta* (Figura 7), a fotografia estava disposta no centro de uma página par e, em *O Estado* (Figura 8), também estava no centro da página, mas em uma página ímpar, da esquerda – o que conota uma importância maior dada para a notícia do que deu o concorrente.

defendida pelos governantes do país como uma das principais metas da administração, regida pela doutrina da segurança nacional.

Figura 8 - Audiência de qualificação dos “ subversivos” no IPM, de janeiro de 1968



Fotografia: sem crédito

Fonte: O Estado do Paraná, n. 4.079, 26/01/1968, página 7

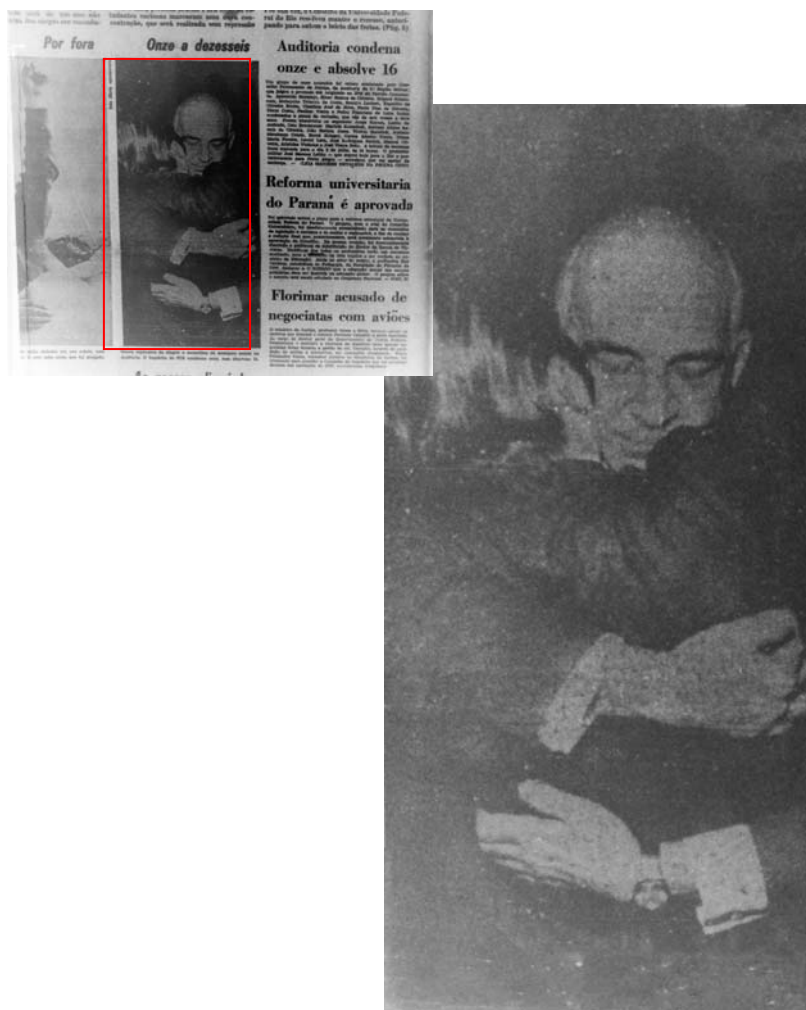
Nas duas imagens, percebe-se a presença de muitos réus⁸⁰ sentados nas cadeiras à frente da bancada do juiz. A fotografia publicada pelo *O Estado* (Figura 8) não registra o comparecimento de ouvintes à sessão, já a do outro diário mostra dois homens apoiados na cerca que dividia os envolvidos no caso do público que o acompanhava, indicando, assim, tratar-se de um inquérito que não chamou a atenção somente das pessoas envolvidas, mas também das que não tinham envolvimento direto nas investigações.

A investigação seria finalizada apenas no mês de junho. Um grupo de 11 pessoas foi condenado a pena de seis meses a dois anos de reclusão; outros 16 indiciados foram absolvidos. A *Gazeta* noticiou a sentença apenas com uma nota e sem nenhuma fotografia; por seu lado, *O Estado* publicou algumas imagens na edição de 28 de junho (n.

⁸⁰ A *Gazeta* noticiou a ausência de 21 pessoas, já o concorrente não apontou nenhuma falta.

5.106). Durante o andamento das audiências finais, o periódico também havia publicado fotografias. Dentre estas imagens – que são, na maioria, do tribunal e retratos –, a veiculada na capa que noticiou a sentença mostra a reação de possíveis envolvidos com o resultado do inquérito⁸¹ (Figura 8).

Figura 9 - Cumprimento depois do resultado do inquérito



Fotografia: Flávio Ogassawara

Fonte: O Estado do Paraná, n. 5.106, 28/06/1968, capa

A imagem apresenta dois homens se abraçando, porém apenas o rosto de um foi exposto, uma vez que o outro está de costas. Como a legenda não nomina o fotografado, não é possível identificar a pessoa ou saber se se trata ou não de envolvidos diretamente no

⁸¹ Na legenda constava: “Houve explosões de alegria e momentos de amargura ontem na Auditoria. O inquérito do PCB condenou onze, mas absolveu 16.” Esta imagem foi classificada como fotojornalismo de aspecto político e regional. Não foi enquadrada como retrato pois, além de trazer um flagrante – mesmo que emocional – não apresentou, na legenda, os nomes dos sujeitos fotografados, diminuindo a função de ancoragem do texto e do próprio retrato, uma vez que não se sabe de quem se tratava. Era uma fotografia de capa que estava localizada na parte inferior da página, ao lado de outra imagem que “chamava” para outra reportagem; desta forma, apesar de estar na primeira página, não era a principal fotografia da edição.

caso ou de alguém do público que acompanhava a sessão. Também não é perceptível imagneticamente se o abraço foi motivado pela alegria ou pela tristeza, se pela satisfação ou insatisfação com o resultado. A fotografia se tornou, assim, representativa em relação ao saldo final da averiguação, pois as sentenças foram distribuídas quase que igualmente, não demonstrando uma tendência à condenação ou à absolvição.

Segundo Reis Filho (1998, p.31), no contexto do sistema autoritário brasileiro, as antigas concepções dos partidos revolucionários desabaram, comprometendo lideranças consolidadas que estavam presas ou em fuga. As maiores vítimas foram o PCB e o Partido dos Trabalhadores Brasileiros (PTB) que, devido às amplas alianças e por terem se preparado para o enfrentamento, desagregaram-se. “Comunistas e trabalhistas desfizeram-se em tendências e frações mutuamente hostis, estilhaçaram-se, projetando uma miríade de grupos, organizações, siglas. O que, de certo modo, reproduzia, entre as alternativas partidárias, a atomização presente na sociedade.” (REIS FILHO, 1998, p.31).

O autor salienta que os movimentos sociais e os partidos revolucionários se misturavam, mas mantinham a autonomia. Para Reis Filho (1998, p.31), muitos perderam a capacidade de distinguir as nuances entre eles, “num jogo sutil em que nem sempre os candidatos a mentores – os partidos – conseguiam impor seus pontos de vista *iluminados às massas* – o movimento social”. Nesta brecha, outros atores coadjuvantes, ambicionavam a função de mentor: intelectuais, jornalistas, escritores, artistas e religiosos, tornando-se a primeira linha no protesto e na denúncia das ações autoritárias da ditadura. São estes atores que assumiram, nos jornais paranaenses, a função de trazer à tona a discussão sobre a existência e exageros da censura no sistema político vigente, particularmente no que se reportava ao teatro e ao cinema.

6.4 A DISCUSSÃO SOBRE A CENSURA GANHA ROSTO NOS JORNAIS PARANAENSES

Segundo Marcelo Ridenti (2002, p.379), em uma sociedade na qual os direitos de cidadania não se generalizam para o conjunto da população, como foi no Brasil durante a vigência do regime militar, as classes não se reconhecem e não se identificam com os outros, encontrando dificuldades para se fazer ouvir e mesmo para articular a sua própria voz. “Despontam setores ‘ventríloquos’ nas classes médias, dentre os quais alguns intelectuais, notadamente os artistas, pois eles têm canais diretos para se expressar, na televisão, no rádio, no cinema, no teatro, nos livros, nas artes plásticas, nos jornais etc.”

É com a utilização deste recurso que *O Estado*, sobretudo, noticia algumas questões censórias. Mesmo a censura não sendo institucionalizada em meados de 1968 – só passaria a ser com a implantação do AI-5 em dezembro – os jornais pontualmente abordavam o assunto, utilizando pessoas de referência para tratar o tema, personificando a fala sobre o assunto. Desta forma, com o uso dos “ventríloquos”, os periódicos abordam o problema, porém não se trataria da opinião do veículo e sim do entrevistado. Normalmente, o cerceamento noticiado pelo diário era referente ao teatro, não se abordava a censura na própria imprensa, na música, na literatura, no cinema ou na televisão – setores que tiveram sua produção bastante restrita pelas normas e pelo acompanhamento imposto pelos militares. Por isto, a imagem de pessoas, especialmente os artistas envolvidos direta ou indiretamente nos casos de censura, foi explorada para tratar do assunto.

O Estado veiculou imagens de Tonia Carrero, Doris Monteiro, Beatriz Segall, Chico Anísio, cômico Paulo Haroldo Ribeiro, Francisco Martins, Paulo Autran, entre outros, comentando o tema. O cerceamento apontado por eles, além da proibição, dos cortes de cenas em peças e da demora para se obter o aval dos censores, girou predominantemente em torno do uso de palavrões e a presença de homens nus nas encenações. Alguns entrevistados aprovavam as limitações impostas justificando que era uma maneira de garantir a moralidade; outros eram absolutamente contra.

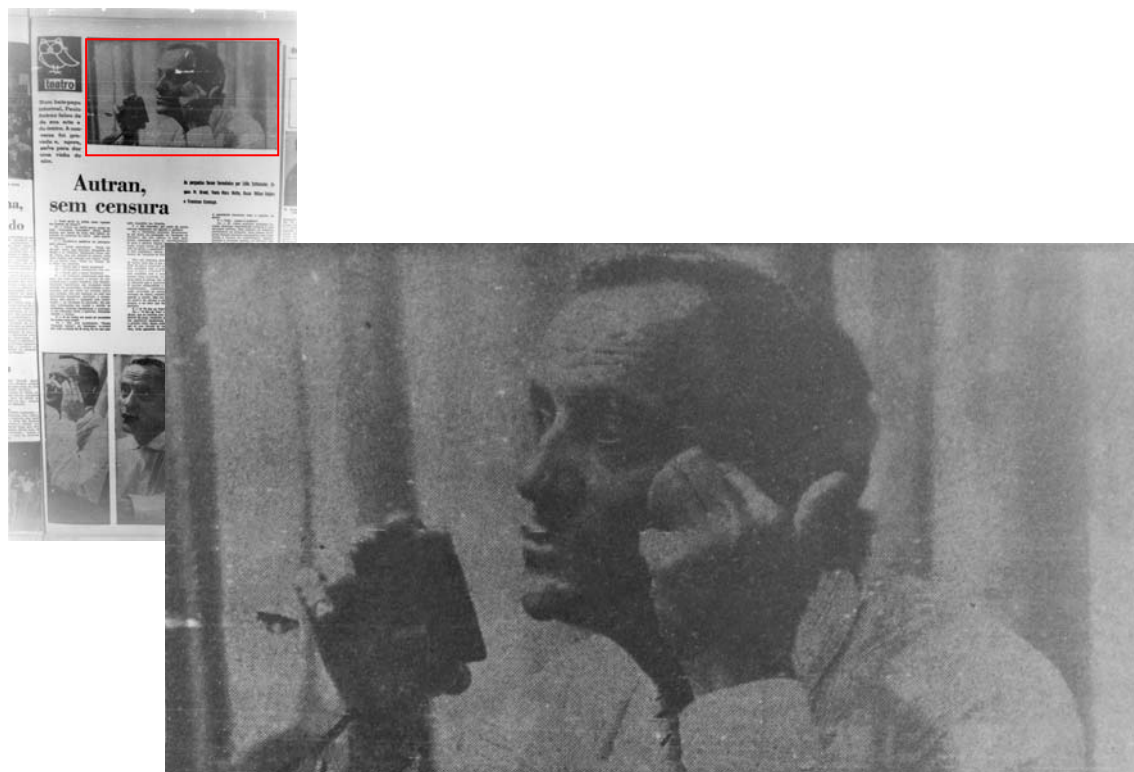
Paulo Autran (Figura 10⁸²), por exemplo, na edição de quatro de abril (n. 5.035), apontou que a censura tentava distorcer o sentido do movimento que o teatro vinha fazendo, transformando as tendências de mudança em imoralidade e pornografia. “Nós nos batemos, ao lado de intelectuais brasileiros, pelo direito – garantido pela Constituição – de liberdade de expressão. Há pessoas interessadas em mudar o sentido da campanha, tentando transformar o movimento em discussão sobre o palavrão.” (AUTRAN..., 1968, p.7).

O retrato mostrava o ator falando, aparentemente, em um microfone, segurando-o com uma mão e com a outra tapando o ouvido. Sua postura lembra a de um locutor, reforçando a ideia de que ele estava informando a população sobre os acontecimentos, de que sua função era comentar o que estava ocorrendo, manifestando, assim, a sua opinião e a da sua classe. Parece que ele toma a frente de uma situação; logo, salienta-se a ideia de “ventríloquo”, de que Autran se pronunciava por outra fonte. Provavelmente, o

⁸² A imagem não era acompanhada de legenda. Nas categorizações estipuladas neste trabalho, enquadrou-se na categoria de retrato de conteúdo cultural – uma vez que a entrevista abordava o trabalho artístico do ator – e regional – pois só foi notícia devido à estada de Autran em Curitiba e não pela repercussão nacional do seu trabalho. A fotografia estava no topo de uma página ímpar, abrindo o perfil do entrevistado que ainda contava com mais duas imagens – um espaço tido como importante em uma edição.

jornal tenha se aproveitado da imagem do ator consagrado para tocar em um assunto tão polêmico.

Figura 10 - Paulo Autran durante visita a Curitiba



Fotografia: sem crédito

Fonte: O Estado do Paraná, n. 5.035, 04/04/1968, página 7

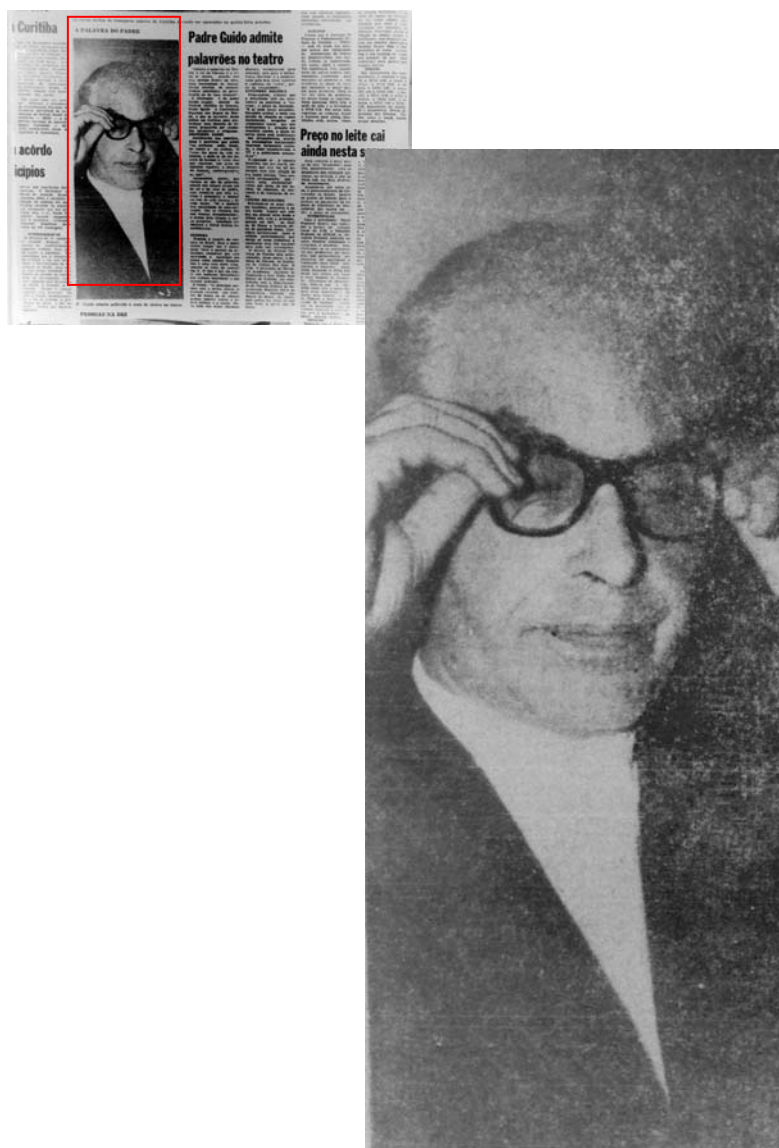
A *Gazeta*, por sua vez, durante o ano de 1968, apenas duas vezes noticiou tema. Em fevereiro, tratou de um protesto assinado pelos artistas que compunham o Festival de Besteira que Assola o País (FEBEAPÁ)⁸³, que acontecia no teatro Guaíra, contra os exageros da censura federal. Cerca de 100 assinaturas foram colhidas. A segunda notícia veiculada pelo jornal tratava da entrevista do padre Guido Logger, diretor da Central Católica de Cinema, órgão ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)⁸⁴, e trazia um retrato do religioso (Figura 11)⁸⁵ na edição de 23 de abril (n. 15.044).

⁸³ O FEBEAPÁ era organizado por Sérgio Porto, mais conhecido como Stanislaw Ponte Preta, e tinha como característica simular as notas jornalísticas, parecendo um noticiário. Era uma forma de criticar a repressão militar já presente nos primeiros atos institucionais.

⁸⁴ O *Estado* também veiculou a entrevista do padre Guido, que estava em Curitiba para participar de uma Semana de Cinema, comentando a censura. Contudo, o direcionamento dado à reportagem foi de que a censura no Brasil era mais política do que moral, diferentemente do tratamento dado pela *Gazeta* que o colocou como um comentarista de vários assuntos culturais.

⁸⁵ A legenda dizia: “Pe. Guido admite palavrão e cenas de alcôva no teatro.” A fotografia foi classificada como retrato de cunho cultural e regional – pelos mesmos motivos da imagem anterior: a entrevista ter conteúdo cultural e por ser notícia devido à presença do entrevistado em Curitiba.

Figura 11 - Pe. Guido Logger durante entrevista à imprensa curitibana



Fotografia: sem crédito

Fonte: Gazeta do Povo, n. 15.044, 23/04/1968, página 10 do 2º caderno

Padre Guido comentou a moralidade discutida nos produtos do teatro e do cinema, sobretudo a utilização de palavrões, cenas de nus e de alcovas nas peças e filmes. “Admito o palavrão no Teatro, o nú no Cinema e a cena de alcôva quando isto tem sentido dentro da obra, uma necessidade de dramaturgia, da caracterização psicológica do personagem ou de uma situação”, ponderou o religioso. (PADRE GUIDO..., 1968, p.10/2º caderno). Assim com Autran, o padre afirmou acreditar que o uso de palavrões, nus e cenas de alcova se tratava de um momento vivido pelas artes. Ressaltou também que não existe a liberdade absoluta e incondicional nem mesmo nas democracias, contudo, salientou que o difícil era estabelecer o que pode ser considerado excesso, “e aí pode haver estupidez. Estupidez política, o medo exagerado de ataques ao regime estabelecido, estupidez no

juízo moral que não acompanhou a evolução dos conceitos morais, a queda de certos tabus pela modificação das circunstâncias”. (PADRE GUIDO..., 1968, p.10/2º caderno).

Apesar de comentar de forma abrangente a conjuntura do teatro e do cinema brasileiro e aparentar ser um homem esclarecido, o retrato do padre Guido veiculado pela *Gazeta* apresentou o religioso de olhos fechados e mexendo nos óculos. A imagem conota um certo tipo de cegueira ou, ao menos, dificuldade de visão, podendo ser entendida com uma crítica às opiniões defendidas pelo religioso, como se ele estivesse equivocado em suas ideias por não conseguir “ver” perfeitamente a conjuntura nacional, ou mesmo de discordância. Porém, acredita-se que a imagem se refere mais a dificuldade do religioso em “ver”, como se ele fosse “enganado” pela sua visão e não visse direito o que acontecia, precisando trocar os óculos – ou as suas concepções. Vale frisar que a visão, nas concepções ocidentais, está muito relacionada ao ver mais longe e ao perceber detalhes sutis do que está à frente. Assim, quem “vê” bem, consegue compreender melhor e criticamente a realidade que o cerca e quem tem dificuldade de “enxergar” pode ser tido como uma pessoa que não entende as circunstâncias ao redor ou, ao menos, não as observa criticamente, podendo ter concepções equivocadas.

Assim como aconteceu com outras temáticas tidas como polêmicas durante o regime militar brasileiro – como foi visto no caso dos estudantes e dos subversivos –, as notícias vinculadas às questões de censura vividas no país tiveram mais espaço nos jornais estudados no primeiro semestre. No segundo semestre, outros tipos de notícias – em geral, menos comprometedoras – ocuparam este espaço, porém quem mais ganhou destaque foram os políticos regionais e até mesmo os nacionais. As fotografias das lideranças se tornam mais comum na *Gazeta* e no *O Estado* nos últimos meses do ano. Esta noticiabilidade seria uma forma de lidar com a política imposta pelo sistema autoritário que foi se firmando no decorrer do ano? Acredita-se que, possivelmente, seja uma tentativa de bom relacionamento dos periódicos com os governantes, de mostrar alinhamento com as causas defendidas pelos militares, sendo, então, possível cunhar algumas ligações entre meios de comunicação e os políticos.

6.5 ALINHAMENTO POLÍTICO: A PROXIMIDADE ENTRE AS LIDERANÇAS PARANAENSES E NACIONAIS

Durante o decorrer de 1968, a repressão foi aumentando no Brasil e atingiu seu auge em dezembro, com o AI-5. De acordo com o mapeamento realizado nesta pesquisa – exposto no capítulo anterior –, percebeu-se que tanto a *Gazeta* como *O Estado* veicularam mais imagens de políticos e de militares no segundo semestre do que em relação ao primeiro, ao contrário do que aconteceu com as temáticas tidas como polêmicas que foram mais veiculadas nos primeiros meses do ano e praticamente desapareceram nos últimos. Justamente por este paradoxo, acredita-se que a publicação de imagens de lideranças das diferentes esferas da dinâmica política nacional era uma maneira de mostrar aos governantes o alinhamento ideológico defendido pelos meios de comunicação estudados, sendo o mesmo resguardado pelos militares.

A proximidade com os governantes também foi observada entre os políticos regionais e os federais. As passagens de lideranças nacionais pelo Paraná e a concessão de títulos especiais tornou a presença desses políticos comuns nas edições dos jornais do estado, sobretudo em novembro e dezembro. O ministro Mário Andreazza⁸⁶, por exemplo, recebeu o título de cidadão honorário do Paraná em 11 de dezembro. A *Gazeta* noticiou o fato, na edição de 12 de dezembro (n. 15.209), com a publicação de uma fotografia do ministro sendo recebido por militares⁸⁷ (Figura 12). O alinhamento dos elementos se destaca na imagem, podendo, com a disposição dos oficiais, conotar a anuência vivida pelo estado em relação às normas nacionais, representadas por Andreazza. Pode-se acreditar que aponta, inclusive, o posicionamento do veículo, pois possivelmente havia mais fotografias sobre o evento, mas a escolhida não mostra o recebimento do título propriamente dito e sim a recepção do ministro, implicando em um relacionamento alinhado entre as esferas e demonstrando que a importância da personalidade não era meramente pela honraria, mas a sua simples presença no estado já mereceria evidência.

⁸⁶ Andreazza era ministro dos Transportes. Ascendeu ao primeiro escalão do governo federal quando Costa e Silva assumiu a Presidência. Ficou sete anos à frente da pasta – inclusive durante a gestão de Emílio Garrastazu Medici, sucessor de Costa e Silva. No mandato de João Figueiredo, foi ministro do Interior e se candidatou à sucessão, quando foi derrotado nas convenções partidárias por Paulo Maluf.

⁸⁷ A legenda dizia que: “O Ministro Mário Andreazza recebeu, ontem, o título de Cidadão Honorário do Paraná e declarou que ainda não pensa em ser Presidente de República.” Na classificação, a imagem foi enquadrada na categoria fotojornalismo político e regional.

Figura 12 - Visita do ministro Mário Andreazza a Curitiba para receber o título de cidadão honorário



Fotografia: sem crédito

Fonte: Gazeta do Povo, n.15.209, 12/12/1968, capa

No entanto, quem está em primeiro plano na imagem é a PMEP que, como parte do cerimonial, recepcionou o ministro. Acredita-se que isto conotaria a autonomia do Paraná, já que Andreazza está mais ao fundo da fotografia e o destaque está nos policiais. Além disso, o ministro está acompanhado, provavelmente – devido à farda semelhante –, por algum oficial paranaense de maior patente, pontuando novamente o alinhamento entre as esferas. Nota-se ainda a aparente expressão de contentamento de Andreazza, que pode ser entendida como a demonstração da satisfação com o relacionamento mantido entre os projetos políticos do estado e do país.

Por seu lado, *O Estado* publicou uma fotografia, na edição 12 de dezembro (n. 5.246), do recebimento do título por Andreazza entregue pelo governador Paulo Pimentel⁸⁸ (Figura 13). Durante todo o ano, o jornal sempre procurou aliar a imagem do líder estadual aos acontecimentos do Paraná, especialmente como mediador dos problemas, colocando-o como o solucionador. Isto pode ser explicado pelo fato de João Felder, diretor do periódico, acumular a função de secretário do Tribunal de Contas (TC), ratificando existência de uma ligação entre o diário e o governo estadual. A legenda da imagem confirma esta percepção ao

⁸⁸ A fotografia se encaixou na categoria de fotojornalismo de conteúdo político e regional. A imagem era a principal da primeira página da edição, apesar de a manchete não ser relacionada ao título recebido por Andreazza.

afirmar que: “O MINISTRO Mário Andreazza paranaense por mérito, é desde ontem paranaense por direito. Ao receber o título honorário o ministro dos Transportes disse que Paulo Pimentel é ‘a imagem dos homens que realmente trabalham’.” Além do elogio ao governador, segundo a legenda, o ministro também advertiu que democracia só existe com disciplina.

O que mais se destaca na fotografia é a presença de um grande crucifixo no canto superior direito da imagem, nas costas de Andreazza e de frente para Pimentel. O símbolo religioso, contudo, está acima dos dois políticos, como se os abençoasse ou abençoasse o ato, a concessão do título de cidadão honorário ao ministro, que representa uma proximidade entre os governos federal e estadual. A presença de imagens de cruz ou crucifixo nos jornais corrobora com a ideia de que o novo regime e seus apoiadores lutavam contra o “mal”, estando a favor do “bem, da moral e dos bons costumes”.

Figura 13 - Ministro Mário Andreazza recebe o título de cidadão honorário, em Curitiba



Fotografia: Dilson Bettes

Fonte: O Estado do Paraná, n. 5.246, 12/12/1968, capa

No mês de dezembro, por conta das tradicionais festividades de final de ano, a imagem de Paulo Pimentel foi bastante explorada pelo *O Estado*. Desde recepcionando os políticos visitantes até recebendo o convite de crisma de um menino, a figura do governador esteve constantemente presente nas edições. A ideia de aproximá-lo de crianças foi uma das

estratégias para esta veiculação. Além de ser convidado para a crisma de um garoto, nas comemorações da emancipação política do Paraná, em 19 de dezembro, Pimentel e o general Augusto Aragão, comandante da 5ª RM, foram fotografados brincando com uma criança⁸⁹ (Figura 14).

Figura14 -O governador Paulo Pimentel e o comandante da 5ª RM brincam com um menino



Fotografia: Dilson Bettes

Fonte: O Estado do Paraná, n. 5.253, 21/12/1968, capa

Na edição, que circulou no dia 21 de dezembro (n. 5.253), eles estavam à frente de uma árvore de natal, o pequeno usava o quepe do oficial e estava se distraindo com um objeto que o militar lhe apresentava. Enquanto Aragão se curvava para atender ao menino, o governador paranaense segurava com as duas mãos os ombros da criança como se o sustentasse na intenção de protegê-lo. Com esta fotografia, *O Estado* transmite a ideia de um

⁸⁹ Afirmava a legenda: “Era dia do Paraná. O garotinho se aproximou do governador Paulo Pimentel e do general Aragão e acabou experimentando o quepe do comandante da 5ª RM.” A imagem se encaixou na categoria de fotojornalismo político e regional. Estava disposta no rodapé da capa da edição, ao lado de outra fotografia de assunto distinto. Neste caso, mesmo sendo uma imagem sem um teor informativo – com um foco mais emotivo, possivelmente –, tem um espaço na capa, que é a área mais privilegiada dos jornais, o que aponta a importância do fato para o periódico.

governante preocupado com a população, em especial com a mais indefesa. Ela mostra o gestor da administração estadual com o representante das Forças Armadas preocupados com a mesma questão, conotando, mais uma vez, o bom relacionamento existente entre eles. Aparenta que enquanto os militares agem o estado está atrás, sustentando as ações e decisões tomadas em âmbito nacional e está satisfeito com a situação – note-se pelo sorriso de Pimentel. Além disso, observa-se que quem tem o convívio mais próximo e as atitudes em relação ao povo – representado pela criança – são os militares, uma vez que o relacionamento direto com o menino se dá com o comandante e não com a liderança estadual.

Figura 15 - Imagem apresentada pela Gazeta e pelo O Estado na notícia sobre a instauração do AI-5



Fotografia: arquivo

Fonte: O Estado do Paraná e Gazeta do Povo, n. 5.248 e n 15.211 respectivamente, 14/12/1968, capa

Dificilmente os jornais estudados apresentavam fotograficamente as lideranças nacionais, posto que a maioria das imagens publicadas os trazia quando estavam de passagem pelo Paraná. Uma das poucas exceções aconteceu nas edições de 14 de dezembro (n.15.211 da *Gazeta* e n. 5.248 de *O Estado*), nas quais a implantação do AI-5 foi noticiada

como manchete principal. O mais interessante, no entanto, é o fato de os dois jornais terem utilizado a mesma fotografia na chamada de capa⁹⁰.

Trata-se da imagem de Costa e Silva fazendo um pronunciamento, aparentemente, com uma fala bastante energética (Figura 15). Justamente por esta visível veemência, conotada pela expressão facial e pela mão esquerda levantada, acredita-se prontamente que foi uma fotografia tomada no ato da decretação do novo e mais restritivo ato institucional. Entretanto, Costa e Silva se dirigiu à nação, por meio de uma cadeia de rádio e televisão, apenas no dia 31 de dezembro para dizer que o AI-5 não fora a melhor das soluções, mas sim a única capaz de combater a restauração da aliança entre a corrupção e a subversão. A *Gazeta* não trouxe nenhuma informação sobre o fotógrafo, mas *O Estado* – como era costume fazer em suas capas – apresentou o crédito da imagem como sendo de arquivo, o que corrobora para a concepção de que não se tratava de uma fotografia factual, principalmente, que não se tratava de uma ação referente à implantação do ato constitucional. Não é possível identificar o local do discurso para saber se se tratava de uma imagem capturada no Paraná, podendo ser de arquivo de algum dos jornais locais ou não.

A escolha da fotografia por parte dos periódicos se deveu, possivelmente, por ser uma imagem forte do presidente, tanto pela sua postura rígida e enérgica, como pela composição da imagem que trabalhou com uma iluminação altamente contrastada, o que fomenta a sensação de severidade do discurso de Costa e Silva. Desde o início, o AI-5 foi considerado o ato institucional mais restritivo do período de governos militares no Brasil. Assim, a fotografia veiculada, pela utilização de sombras e contrastes, fortalece a concepção de que se tratava de algo dramático e austero. As legendas também transmitiram um pouco deste aspecto porque frisavam que os poderes se concentrariam nas mãos do governo federal, uma vez que o Congresso foi suspenso. *O Estado* afirmou: “O presidente Costa e Silva, após reunião com o Conselho de Segurança Nacional baixou seu primeiro Ato Institucional. O édito revolucionário atribui ao chefe do govêrno poderes praticamente totais. Um Ato Complementar pôs o Congresso em recesso por tempo indeterminado.” A *Gazeta* afirmou por meio da legenda que: “Objetivando a defesa dos ideais revolucionários, o Presidente Costa e Silva decretou ontem o Ato Institucional n.5 e o recesso do Congresso.”

Percebeu-se nas coberturas fotográficas sobre as *mobilizações estudantis*, sobre os considerados *subversivos e comunistas*, ao que tangia à *censura* e aos próprios

⁹⁰ A diferença entre as imagens se limita à *Gazeta* ter veiculado a fotografia mais recortada do que *O Estado*, que, por sua vez, apresentou a fotografia mais retangular, cortando a sua parte inferior. A imagem se enquadrou na categoria de fotojornalismo de cunho político e nacional, já que se tratava de uma notícia de repercussão em todo o país. Nos dois jornais, tratava-se da fotografia da manchete principal da edição.

políticos e militares que os dois jornais estudados, apesar de veicularem estas temáticas – mesmo que pontualmente para não aparentarem omissão aos acontecimentos –, mostraram-se receosos em noticiar assuntos que pudessem ser considerados de oposição ao sistema autoritário vigente. Assim, tornou-se difícil afirmar que a *Gazeta* e *O Estado* tenham assumido uma postura clara em relação à política em vigor. Contudo, se quase não noticiaram temas como censura e subversão e se publicaram imagens sobre as mobilizações estudantis por não ser eticamente possível omiti-las – devido à proximidade dos fatos com os leitores –, por outro lado, notou-se uma aproximação com as causas defendidas pelo governo federal, uma vez que raramente houve a publicação de fotografias de cunho nacional que apresentassem a agitação vivida pelo país contra o regime. Une-se a esta compreensão a imagem transmitida a respeito dos tidos como subversivos – que não eram acompanhados por símbolos religiosos, configurando-se como parte do “mal” e sendo julgados como criminosos em geral – e das lideranças políticas – que apoiavam a população mais necessitada, pois eram abençoados, logo faziam parte do “bem” e eram representados, especialmente em *O Estado*, por Paulo Pimentel, o “solucionador” dos diferentes problemas paranaenses.

Quando se debruçou sobre a cobertura fotojornalística de temas tidos como polêmicos para o ano de 1968, observou-se ainda a diminuição de publicação de imagens que pudessem ser entendidas como controversas ao governo por parte dos dois jornais pesquisados no segundo semestre daquele ano. Não deixa de ser uma mostra do que acontecia no país: enfrentava-se o autoritarismo dos militares, que se fortalecia com o passar dos meses e culminaria na implantação do AI-5, em dezembro. O novo ato institucional era, inevitavelmente, o começo de um novo momento para o Brasil, para o Paraná e, inclusive, para a imprensa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos acerca do regime militar brasileiro já abarcaram praticamente todas as temáticas, desde as culturais, políticas, econômicas até as sociais. Assim, embora sempre haja esclarecimentos por se fazer, dificilmente mais revelações no campo da memorialística da esquerda ou da crônica política serão realizadas. O desafio para os pesquisadores passou a ser encontrar novas fontes que esclarecessem detalhes das atuações de atores do regime. Foi isto que esta pesquisa se propôs ao tratar da postura do fotojornalismo paranaense no ano de 1968, pois as referências sobre a atuação da imprensa do Paraná e, em especial, da prática fotojornalística no período em questão são escassas. Buscou-se, sobretudo, discutir a atuação dos jornais *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* por meio de suas atividades fotográficas, uma vez que estes periódicos foram responsáveis por informar uma parcela considerável da população paranaense em um momento de tantos turbilhões vividos pelo Brasil.

Os dois periódicos pesquisados surgiram em contextos próximos à política. A *Gazeta* foi criada em 1919 em meio a campanhas eleitorais e apoiando, no Paraná, a candidatura de Rui Barbosa à Presidência. *O Estado*, por sua vez, foi fundado em 1951 para dar sustentação ao governo estadual de Munhoz da Rocha. Percebe-se, assim, um outro papel da mídia, além do de informar. Os veículos podem ser utilizados como ferramentas de apoio a determinados políticos e partidos ou serem de oposição e resistência a este poder. Contudo, nem oposição tampouco resistência foram características marcantes da atuação dos dois jornais curitibanos durante o regime militar brasileiro, especialmente no ano de 1968. Se não militaram a favor do novo regime, menos ainda se posicionaram contrários a ele. A atuação dos periódicos foi balizada mais pela ausência de notícias que poderiam ser tidas como embaraçosas ao governo e aos governantes do que por uma postura clara sobre a situação enfrentada no país.

A ausência de notícias fotográficas que pudessem mostrar a conjuntura da política nacional foi verificada no mapeamento realizado nesta pesquisa – apresentado no quinto capítulo. Com intuito de traçar um panorama da atividade nos dois jornais estudados, *Gazeta* e *O Estado*, o levantamento observou que os periódicos deram mais importância às imagens de cunho internacional do que as nacionais, fortalecendo a ideia de que notícias sobre os acontecimentos na esfera brasileira poderiam ser entendidos como de apoio à “contravenção” e, logo, contrariariam as imposições do sistema político em vigor. A *Gazeta*, apesar de haver publicado um número bem menor de fotografias do que *O Estado* – que, em um ano, publicou 1837 a mais que o concorrente –, ainda assim veiculou mais imagens de

temas brasileiros. O primeiro publicou, em um ano, 240 fotografias de cunho nacional; já o segundo, 185. Nos dois jornais, porém, a maior parte das imagens é concernente às notícias regionais – com 72% a 64%, respectivamente, das fotografias veiculadas. Desta forma, os jornais conotaram em suas coberturas fotojornalísticas do período que os acontecimentos de crítica ao governo nos limites paranaenses, quando noticiados, pouco ou nada tinham em comum com os eventos de outros estados, parecendo serem posturas isoladas e que não refletiam a realidade do país.

Já em relação às editoriais mais veiculadas, ambos destacaram as notícias de cotidiano/cidade, editoria que tem como cerne assuntos mais próximos à realidade do leitor. Política foi o segundo tema com mais veiculações. Observou-se um interesse dos veículos pelo assunto, no entanto, estes o abordavam predominantemente pelo viés internacional e regional. Nas capas, as fotografias de política tiveram um espaço maior do que qualquer outra temática, sobretudo as de cunho internacional – apenas no fim do ano as imagens políticas de fora do país tiveram um número de veiculação menor. Possivelmente, os jornais acreditassem que este assunto atrairia mais a atenção do leitor e por este motivo o exploravam nas capas. O que foi praticamente unânime na atividade fotográfica dos dois jornais é a preferência por imagens fotojornalísticas, em detrimento das foto-ilustrações e dos retratos.

Para reconhecer as ações do fotojornalismo e sua relação com o sistema político vigente, selecionou-se quatro temáticas tidas como polêmicas. Acreditava-se que notícias tangentes às *mobilizações estudantis* – representando as causas sociais –, à *censura* – demonstrando as concepções de aspecto ditatoriais impostas pelo novo governo –, aos *subversivos e comunistas* – exemplificando o que era entendido como atitudes certas ou erradas conforme a política vigente –, e aos próprios *políticos e militares* – sendo os ícones da conjuntura vivida pelo país – poderiam demonstrar a postura assumida por cada veículo ante ao sistema político nacional. No entanto, verificou-se que a cobertura fotográfica sobre temas controversos realizada pelos periódicos estudados foi bastante irrisória. Notou-se que em diversos meses não houve veiculação de nenhuma imagem jornalística que abarcasse alguma destas questões, sobretudo no segundo semestre de 1968 – possivelmente pelo enrijecimento do regime político da época.

As imagens sobre as *mobilizações estudantis* foram as que tiveram mais espaço nos dois jornais durante o ano, com publicações em vários meses. Contudo, o mês com mais veiculações sobre o assunto foi o de maio, sendo seguido por outubro. Estes dois meses foram emblemáticos pela quantidade de protestos que tomaram conta das ruas da capital paranaense. Os protestos estudantis começaram com tom reivindicatório, solicitando

melhorias no sistema de ensino superior, mas, no decorrer do ano, as críticas passaram a ser diretas ao governo federal. As coberturas fotográficas da *Gazeta* e de *O Estado* ora mostraram os confrontos entre os estudantes e a polícia militar do estado ora apresentavam os envolvidos estáticos, como se esperassem a ação dos rivais.

Em um primeiro momento, no mês de maio, *O Estado* publicou fotografias que demonstravam os confrontos entre os manifestantes e os policiais (Figura 1); em outubro, porém, as imagens traziam os envolvidos parados sem contato com o rival (Figura 5). As publicações da *Gazeta* sobre o tema foram o inverso – primeiro com fotografias mostrando personagens estáticos (Figura 4) e depois, os conflitos (Figura 6). As imagens que apresentavam os conflitos trazem a polícia armada contra estudantes munidos de pedras e paus, demonstrando a relação de força existente entre os dois grupos. A fotografia dos estudantes sendo repreendidos pela PMEP publicada pela *Gazeta*, em 20 de outubro de 1968, reitera a ideia de violência ante as manifestações estudantis (Figura 6). Contudo, quando *O Estado* veiculou, em maio, fotografias com o busto do reitor Suplicy de Lacerda sendo arrastado pela rua (Figura 2) e sendo utilizado na barricada (Figura 3), como publicou a *Gazeta* no mesmo mês, os dois periódicos salientam um viés de vandalismo nas atitudes dos universitários.

Por outro lado, quando veicularam imagens sem o confronto direto dos envolvidos os jornais minimizam a gravidade dos acontecimentos, parecendo que os atos – tanto de protesto como de repressão às manifestações – não se consumaram. Estas fotografias dão a impressão de que se tratou de eventos sem grandes consequências, com uma ressonância muito mais interna entre os próprios estudantes do que envolvendo outros grupos sociais. Soma-se ainda a falta de fotografias jornalísticas do que ocorria no Brasil, uma vez que sem a vinculação com as manifestações ocorridas em outros locais do país, os protestos ganhavam um caráter local e isolado, perdendo a noção de que se tratava de uma mobilização comum em todo o território nacional – e, em alguns momentos, internacional. Ressalte-se que os jornais não deixaram de noticiar os protestos estudantis, afinal, como se tratava de acontecimentos em Curitiba, sede dos dois periódicos, a não publicação das manifestações evidenciaria a omissão por parte dos veículos de imprensa. Porém, como não noticiavam fotograficamente os acontecimentos nacionais, os protestos paranaenses, possivelmente, perderam a expressividade de estarem vinculados a um movimento maior, de âmbito nacional, que extrapolava os limites da cidade e do estado.

Assim como aconteceu com os estudantes envolvidos nos protestos, qualquer um que se manifestasse contrário ao novo regime político poderia ser considerado

“subversivo” pelas autoridades da época, o que era sinônimo de inimigo do governo. Apesar de denúncias e de investigações sobre atos avaliados como subversão serem comuns, pouquíssimas foram noticiadas na *Gazeta* e em *O Estado* – até mesmo porque muitas destas averiguações eram mantidas em segredo de justiça ou eram inquiridas nos “porões” do regime militar. Em 1968, a única investigação que ganhou as páginas dos jornais paranaenses foi a denúncia contra membros do antigo PCB do Paraná e de Santa Catarina. As reportagens que trataram do assunto, na maioria das vezes, traziam imagens das sessões da auditoria da 5ª RM, responsável por julgar o caso. Assim, as fotografias da *Gazeta* e de *O Estado* apresentavam o tribunal composto por juízes e advogados devidamente vestidos para a ocasião – com togas e becas, o que conota seriedade ao evento – e várias vezes destacavam um crucifixo pendurado acima dos julgadores (Figuras 7 e 8). O símbolo religioso poderia legitimar as decisões tomadas por aquele conselho, representando a vitória do “bem” – dos militares que buscariam o melhor para o Brasil – contra o “mal” – os subversivos que queriam aproximar a nação do comunismo.

O Estado tratou o evento como se não tivesse tido repercussão entre a população, ao contrário da *Gazeta* que, além dos textos, apontava na fotografia a presença nas auditorias de pessoas que não estavam envolvidas no caso. O inquérito absolveu 16 e condenou 11, apresentando uma aparente neutralidade dos julgadores. *O Estado*, quando abordou a sentença, veiculou uma imagem em que não era perceptível nem alegria e nem tristeza dos envolvidos (Figura 9), assim com o resultado, de certa forma, igualitário para ambos os lados. Os dois veículos estudados não se posicionaram claramente em relação ao IPM e à concepção de subversão defendida pelas políticas do governo federal. Contudo, o fato de a *Gazeta* sequer ter noticiado, em junho, fotograficamente a sentença do inquérito e a cobertura de *O Estado* que não tratou da participação popular corroboram com a ideia de que os periódicos apoiaram o julgamento de subversivos. Dois outros motivos fomentam esta crença: primeiro porque se evidenciou um símbolo religioso ao lado dos juízes como se eles estivessem do lado certo; e, segundo, pelo fato de não noticiar as causas da acusação de contravenção, tratando o assunto superficialmente.

Para tratar sobre *censura*, um tema que não pode ser materializado em imagens, os jornais utilizaram retratos de personalidades comentando o assunto. Na maior parte das vezes, tratava-se de atores e atrizes que vinham a Curitiba apresentar suas peças e, nas entrevistas para divulgar o espetáculo, abordavam a temática. Desta forma, os jornais tratavam o assunto utilizando “ventríloquos”, que, segundo Ridenti (2002), eram pessoas com canais abertos em diferentes mídias para expressar suas ideias e as das classes às quais

pertenciam. A *Gazeta* e *O Estado*, então, podiam expressar as suas opiniões se apropriando das falas dos entrevistados. Este foi um dos poucos momentos em que os periódicos provavelmente emitiram, mesmo que indiretamente, seus julgamentos sobre a atitude censória do governo.

A *Gazeta* no decorrer de um ano, publicou apenas duas notícias sobre *censura*. Uma divulgando o FEBEAPÁ e outra com uma entrevista do padre Guido Logger (Figura 11), que comentou vários assuntos da esfera nacional, inclusive a censura. A imagem publicada mostrava o religioso mexendo nos óculos e com os olhos fechados, o que conota uma crítica à sua fala. *O Estado*, por sua vez – apesar da veiculação de entrevistas com personalidades que se posicionaram contrários à censura, como o ator Paulo Autran (Figura 10) –, entrevistou, em diversas vezes, pessoas que se manifestaram favoráveis aos atos censórios. Vale esclarecer que, por conta dos critérios estipulados para a seleção das fotografias que seriam analisadas, nenhuma destas personalidades favoráveis acabou sendo escolhidas para compor o *corpus* de análise desta pesquisa. Com isto, é impossível afirmar que o jornal se posicionou claramente a respeito do assunto. Percebeu-se, assim, que o tema censura foi, possivelmente, o ponto mais ambíguo no que tange às temáticas polêmicas, pois os periódicos adotaram posturas críticas e, ao mesmo tempo, a favor do cerceamento, ora utilizando “ventríloquos” ora noticiando um dos festivais mais famosos do período – justamente pelas críticas feitas ao regime – e ora sequer noticiando os limites impostos pelo sistema político autoritário vigente.

Por outro lado, durante todo o ano de 1968, a veiculação de imagens de *políticos e militares* foi comum tanto na *Gazeta* como em *O Estado*. É importante frisar que se tratava dos governantes do país e do estado e, por este motivo, eles seriam noticiados de qualquer forma, pois são importantes fontes de informação. Contudo, nota-se que o número de publicações com as autoridades aumentou no segundo semestre, sobretudo, nos últimos meses – de outubro em diante. Acredita-se que isto se deve ao enrijecimento pelo qual o sistema político passava e os periódicos não queriam parecer contrários às diretrizes impostas em âmbito nacional. Não que os jornais concordassem ou discordassem completamente das práticas do autoritarismo militar, porém a repressão aos opositores do regime amedrontava cada vez mais os setores brasileiros.

Entretanto, as imagens dos políticos e militares publicadas pelos dois periódicos em dezembro, apresentam aos leitores várias facetas das autoridades. Majoritariamente, as fotografias conotavam o alinhamento existente entre as governantes da esfera nacional com os da estadual, podendo evidenciar também o apoio dos veículos de

imprensa ao sistema em vigor. Para tanto, veiculou-se a presença e o consentimento de títulos honrosos paranaenses para políticos de fora do estado (Figura 12 e 13) e apresentou os representantes políticos e militares foram apresentados como sendo próximos à população (Figura 14). A imagem que mais se difere deste clima de parceria entre os chefes do Paraná e do Brasil foi a utilizada pelos dois jornais para noticiar a implantação do AI-5 que trouxe o presidente Costa e Silva, em uma fotografia altamente contrastada, com uma postura rígida e enérgica (Figura 15), reportando as principais características no novo ato institucional.

Observou-se, portanto, que os dois jornais estudados não deixaram de noticiar temas polêmicos – mesmo que pouco ou pontualmente –, mas não assumiam posturas contrárias ou críticas ao sistema autoritário enfrentado pelo país, tampouco apoiavam o regime vigente. Aparentemente, os periódicos estavam envoltos em tramas sociopolíticas que os influenciavam em suas atividades produtivas, fazendo-os agir conforme os mandos políticos vigentes naquele período. Assim, a pesquisa apontou que os dois periódicos se mantiveram, durante 1968, próximos aos governantes militares e distantes de posicionamentos que pudessem os enquadrar como opositores do regime. Para tanto, só publicavam notícias com temas controversos, particularmente os que se reportavam à esfera do país, quando isto era imprescindível para a credibilidade dos veículos, quando não podiam se omitir em relação aos acontecimentos que emergiam no cenário nacional. Por outro lado, ganharam espaço as fotografias de eventos regionais e internacionais. Neste contexto, os acontecimentos paranaenses considerados de oposição ao sistema político brasileiro pareciam acontecer isoladamente, sem interferências de outros locais do país. Com estas posturas, a *Gazeta* e *O Estado* se não se acomodaram declaradamente ao sistema político implantado pelos militares em 1964 também não manifestaram resistência ou mesmo crítica às imposições do regime. Aparentemente, havia um receio em contrariar o sistema político e acabar sofrendo as restrições impostas aos seus opositores, visto que o número de fotografias referentes às notícias que poderiam ser interpretadas como controversas diminuiu consideravelmente no segundo semestre de 1968. Tal receio, no entanto, pode ser entendido como um alinhamento às doutrinas governamentais daquele momento; assim, além de informar, os jornais, de certa forma, sustentaram as normas estabelecidas pelo sistema político em vigor.

Compreendendo como a produção e a veiculação fotojornalística foi conduzida pelos jornais *Gazeta do Povo* e *O Estado do Paraná* sobre temas polêmicos, especificamente no ano de 1968, foi possível perceber a proximidade dos meios de comunicação com os projetos políticos nacionais – mesmo que não assumidamente. Isto foi

possível porque o fotojornalismo atua como mediador entre os acontecimentos e o leitor, sendo uma das maneiras do público adquirir conhecimento da(s) realidade(s). A atividade opera como um intermediário entre os fatos, as demandas sociais de seu tempo e da empresa jornalística a qual está vinculada. Assim, o trabalho desempenhado pelos repórteres fotográficos elabora narrativas que tornam possível a materialização, por meio de imagens, dos embates na área política, econômica, cultural e social de diferentes esferas, expressando os interesses, projetos políticos e concepções de vida de acordo com a época em que circularam. Com isso, a atividade fotojornalística denuncia as ligações existentes entre a imprensa, os interesses publicitários e outros setores, como partidos políticos e governos.

O fotojornalismo permite conhecer as nuances de distintas áreas envoltas nas páginas dos jornais nas quais as imagens estão inseridas e também ao contexto histórico nos quais estes veículos circulam, uma vez que as fotografias são artefatos de época, portadoras de significados explícitos e implícitos, repletos de informação. Assim, com os fragmentos contextualizados e as informações implícitas descobertas, as fotografias jornalísticas se tornam fontes primorosas para desvelar tramas encobertas pela sua capa de realismo e de objetividade.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, imprensa e estado autoritário** (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de S. Paulo e Movimento. Bauru: Edusc, 1999.
- _____. Mortos sem sepultura. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas**: história da censura no Brasil. São Paulo: Edusp, 2002, p.513-532.
- AUTRAN, sem censura. **O Estado do Paraná**, Curitiba, p.7, 04 abril 1968.
- BAEZA, Pepe. **Por una función crítica de la fotografía de prensa**. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
- BENAZZI, Lauriano Atílio. **Fotojornalismo**: taxonomias e a categorização de imagens jornalísticas. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2010.
- BONI, Paulo César. **O discurso fotográfico**: a intencionalidade de comunicação no fotojornalismo. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – ECA/Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.13-42
- BRUNELO, Leandro. **Repressão política na terra das araucárias**: a Operação Marumbi em 1975 no Paraná. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. **Fotografia e jornalismo**: a informação pela imagem. São Paulo: Saraiva, 2011.
- _____. Fotografia e jornalismo: da prata ao pixel – discussões sobre o real. **Líbero**, São Paulo, ano X, n.20, p.103-111, jul./dez. 2007.
- BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Tradução de Vera Maria Xavier dos Santos. Revisão técnica de Daniel Aarão Reis Filho. Bauru: EDUSC, 2004.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.
- CARDOSO, Irene. 68: a comemoração impossível. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v.10, n.2, out. 1998. p.1-12.
- _____. A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v.17, n.2, nov. 2005, p.93-107.

_____. Os acontecimentos de 1968: notas para uma interpretação. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (Org.). **Maria Antônia: uma rua na contramão**. São Paulo: Nobel, 1988, p.229-239.

CARNEIRO, David. Três dos principais fundadores: o cel. David Carneiro e a Gazeta do Povo. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p.12, 3 fev. 1976.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro, SANTANA, Vitor Leal. A geração 68 no Congresso Nacional: ideologia e comportamento legislativo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, maio-agosto 2010, p.285-307.

COSTELLA, Antonio. Verbetes: Lei de Imprensa. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Fundação Getúlio Vargas. 2011. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 18 ago. 2011.

DIAS, Mauricio. Verbetes: Revolução de 1964. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Fundação Getúlio Vargas. 2011. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 19 ago. 2011.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico**. Campinas: Papyrus, 1994.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.167-205.

_____. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FONSECA JUNIOR, Wilson Corrêa. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. 3.reimp. São Paulo: Atlas, 2009, p.280-304.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1994.

HELLER, Milton Ivan; DUARTE, Maria de Los Angeles González. **Memórias de 1964 no Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público**. São Paulo: Contexto, 2006.

IBGE. **Estatísticas populacionais, sociais, políticas e culturais: educação**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/seculox/arquivos_xls/educacao.shtm. Acesso em: 27 nov. 2011.

IPARDES. **O Paraná reinventado: política e governo**. Curitiba: IparDES, 2006.

JEANNENEY, Jean-Noël. A mídia. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p.213-230.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2.ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. **Os tempos da fotografia**: o efêmero e o perpétuo. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

_____. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas**: história da censura no Brasil. São Paulo: Edusp, 2002, p.533-551.

LIMA, Ivan. **Fotojornalismo brasileiro**: realidade e linguagem. Rio de Janeiro: Fotografia brasileira, 1989.

LOUZADA, Silvana. **Prata da casa**: fotógrafos e fotografia no Rio de Janeiro (1950-1960). Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. 2.ed. 2.reimp. São Paulo: Contexto, 2010.

MACHADO, Arlindo. **A ilusão especular**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração e interpretação de dados. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira** (1968-1978). 2.ed. São Paulo: Global, 1980.

MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tania Regina de. **Imprensa e cidade**. São Paulo: Unesp, 2006.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em "tempo real"**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Apresentação: imprensa e poder. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Imprensa e poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p.13-28.

MUNTEAL, Oswaldo; GRANDI, Larissa. **A imprensa na história do Brasil**: fotojornalismo no século XX. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Desiderata, 2005.

O ESTADO do Paraná, dentro dos limites do Estado. **O Estado do Paraná**, Curitiba, p.7-10, 30 nov. 1989.

PADRE GUIDO admite palavrões no teatro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, p.10/2º caderno, 23 abril 1968.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. 3.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

PERSICHETTI, Simonetta. A encruzilhada do fotojornalismo. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v.2, n.2, 2006, p.179-190.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná** (1854-1954). Curitiba: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976.

QUEIROZ, Luiz Fernando de. **Imprensa no Paraná**, 116 anos de história. Diário do Paraná, Curitiba, s./p., 29 set. 1970.

REIS FILHO, Daniel Aarão. 1968, o curto ano de todos os desejos. **Tempo Social**: revista de sociologia da USP, São Paulo, v.2, n.10, out. 1998, p.25-35.

_____. Vozes silenciadas em tempo de ditadura: Brasil, anos 1960. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas**: história da censura no Brasil. São Paulo: Edusp, 2002, p.435-450.

RIDENTI, Marcelo. Ensaio geral de socialização da cultura: o epílogo tropicalista. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). **Minorias silenciadas**: história da censura no Brasil. São Paulo: Edusp, 2002, p.377-401.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Dicionário breve da informação e da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Entre a palavra e a ação**: uma análise de *O Debate* e do fazer jornalístico no interior do Paraná durante a ditadura militar brasileira (1964-1976). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** Tradução de Milton Camargo Mota. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Castelo a Tancredo (1964-1985). Tradução de Mario Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo performativo**: o serviço de fotonotícia da Agência Lusa de Informação. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 1998.

_____. **Uma história crítica do fotojornalismo ocidental**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

_____. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

STUMPF, Ida. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. 3.reimp. São Paulo: Atlas, 2009, p.51-61.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2008.

VIDAL, Eliana Maria; KRARMER, Herta Beatriz; BLEGGI, Maria do Rocio; CAPRIGLIANE, Marilda; HOLELEL, Suzana Andrade. **A imprensa no Paraná**. 3 out. 1968, manuscrito. Pasta Imprensa do Paraná. Biblioteca Pública do Paraná, Divisão de Documentação Paranaense. [sem referência de página].

ANEXOS

Alguns exemplares de capas:

Gazeta do Povo e O Estado do Paraná (1968)

edição da
capital

O ESTADO DO PARANÁ

Conteúdo: JOAO FERRE

ANO XVII CURITIBA, 2.ª FERRA-14 DE MAIO DE 1968 N. 5.067

hoje:

18 páginas

Os tumultos podem se repetir hoje

Balas contra os panamenhos

Após os choques de ontem em Curitiba, a Polícia Militar do Paraná, para proteger um candidato do presidente da República, realizou hoje uma operação de controle de acesso em uma rua da cidade. O candidato do partido de direita, que havia sido eleito para o cargo de governador, foi acompanhado por uma escolta de soldados da Polícia Militar do Paraná, que se encontrava em uma rua da cidade.

Falta apenas coração bom

Após os choques de ontem em Curitiba, a Polícia Militar do Paraná, para proteger um candidato do presidente da República, realizou hoje uma operação de controle de acesso em uma rua da cidade. O candidato do partido de direita, que havia sido eleito para o cargo de governador, foi acompanhado por uma escolta de soldados da Polícia Militar do Paraná, que se encontrava em uma rua da cidade.

Para prevenir



Após o ataque contra os "corajosos" do Centro Político, os militares se deslocaram para a rua. A FME que segue ao lado do candidato do partido de direita.

Prova do crime



É a prova do crime a polícia encontrou na rua e levou a seguir que o crime ocorreu nesta rua.

Os estudantes universitários poderão reeditar hoje, em maiores proporções, os distúrbios ocorridos domingo último, no Centro Político — quando, tentando impedir a realização dos exames para o curso pago de Engenharia, entraram em choque com soldados da Polícia Militar do Estado, resultando em cinquenta prisões, seis milicianos feridos e dezenas de rapazes machucados. Ontem, a maioria das faculdades, tanto da Universidade Federal como da Católica, decidiu entrar em greve, a partir da zero hora de hoje e marcar uma concentração na Praça Santos Andrade. De lá, os estudantes se deslocarão para o Centro Político, para tentar impedir a realização da segunda prova do vestibular para o curso noturno. A Polícia Militar do Estado permanece guardando os prédios do Centro Político do Paraná, a pedido do diretor Ralph Leitner. A ordem é de oferecer todas as garantias à efetivação das provas, que vão até sexta-feira próxima. As aulas de Engenharia estão suspensas e o controle da área onde funciona a Escola é total. Ninguém entra no campus sem se identificar e a maioria é revista por soldados da FME. A situação agravou-se de tal forma que o presidente do Diretório de Engenharia, estudante Renato Yamada, esteve ontem no Palácio da Casa Civil, para comunicar ao chefe da Casa Civil, que não consegue mais controlar os acontecimentos, pois os demais diretores acadêmicos aderiram ao movimento, conduzindo-o sem liderança única. O chefe da Casa Civil informou que o governador Paulo Pimentel está disposto a receber os estudantes em Palácio para debater o problema. O secretário de Segurança Pública, desembargador Munhoz de Melo, afirmou ontem que a FME continuará guardando e garantindo o Centro Político. «Sempre compreendemos — disse — as crises estudantis como manifestações naturais de uma classe em defesa de seus direitos. Mas os acontecimentos de domingo foram muito além disso. A polícia estava desarmada e não alarmou os estudantes. Ao contrário, foi atacada. O governador Paulo Pimentel recebeu ontem, em sua residência, às 21,30 horas, uma comissão de trinta estudantes de Engenharia, que foram pedir a ajuda do governo do Estado para solucionar a crise. Reivindicamos — e foram atendidos — o pagamento, pelo ensino público, de 2 meses de curso noturno; Paulo Pimentel esclareceu que o assunto era da esfera federal, mas o Estado ajudaria os estudantes, a fim de evitar a continuação dos distúrbios e o restabelecimento imediato da tranquilidade. E se dispôs a levar uma comissão de cinco estudantes, acompanhada do secretário de Educação, à casa do governador, para uma entrevista com o ministro Yrno Dutra. (Pág. 5)

Mourão contra anistia ampla

General Mourão Filho, presidente do Supremo Tribunal Federal, afirmou hoje que não aceita a ideia de uma anistia ampla e irreversível para os militares envolvidos em crimes políticos. Ele afirmou que a anistia deve ser limitada e que os militares devem ser julgados pelos crimes cometidos.

Paz no Vietnã sem bombas

Representantes da paz entre Estados Unidos e Vietnã chegaram ontem em Paris para discutir a possibilidade de uma trégua no conflito. Os negociadores estão trabalhando para encontrar uma solução que permita o fim das hostilidades sem o uso de armas nucleares.

Paris está em greve

Um por um



O presidente do STF, Mourão Filho, e contra a anistia ampla e irreversível para os militares.

Milhões de trabalhadores franceses deixaram ontem uma greve geral de 24 horas, saindo das ruas de Paris no lado dos estudantes para protestar contra o governo do presidente Charles De Gaulle. A greve atingiu praticamente todos os setores, interrompendo serviços essenciais como os de gás e eletricidade, além de provocar o colapso total dos transportes, quer terrestres ou aéreos. Todos os esforços desenvolvidos pelo governo para evitar a greve fracassaram. Os trabalhadores desfilaram pelas ruas de Paris durante mais de duas horas, cantando um hino comunista, chamando de assassi-

Lá é mais violento



Os estudantes franceses interromperam ontem as aulas e pararam a aula por um dia. A greve atingiu todos os setores da economia.

LIGUE HOJE A GUAIRACÁ: É UM SHOW DE RÁDIO

Três mortos e centenas de feridos na GB

PREVISÃO DO TEMPO

O Serviço de Meteorologia prevê para hoje, tempo bom com ventos fortes. A tarde poderá ser nublada, com chuvas ocasionais. Temperatura máxima de 28 graus e mínima de 18 graus.

VULTOSO ROUBO EM PARIS

PARIS — Onze milhas a sudoeste de Paris, quatro milhas a sudoeste de Paris, a uma distância de 100 quilômetros da capital francesa, um grupo de vultos roubou um avião de passageiros da companhia aérea francesa Air France. O avião, um Boeing 707, estava em voo regular entre Paris e Genebra, quando foi sequestrado às 14 horas, pouco depois de decolar de Paris.

U. CORÇAÕ VE A CRISSE ESTI DANTIL

WASHINGTON — O presidente dos Estados Unidos, Lyndon B. Johnson, afirmou hoje que o governo dos Estados Unidos não se comprometerá a enviar tropas para lutar contra os rebeldes cubanos em Cuba.

RENUNCIA O PRESIDENTE DA C. SUPREMA

WASHINGTON — Earl Warren, presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos, anunciou hoje sua renúncia ao cargo.

CORAÇÃO DE JOÃO BATISTA REGULAR

LA PAZ — Depois de um período de recuperação, o coração de João Batista, o líder boliviano, está regular e ele poderá voltar a trabalhar em breve.

MINISTRO LANGREIA CAMPANHA

LA PAZ — O ministro da Saúde, Juan Carlos Langreia, anunciou hoje que o governo boliviano vai iniciar uma campanha de vacinação contra a febre tifoide.

BRIZZOLA VIAJA A EDDMBURG

BRISBANE — O governador da Austrália, Sir John Gorton, anunciou hoje que o governador da Austrália do Sul, Sir John Rankin, vai viajar para Edimburgo.

ESQUETEVI

ESQUETEVI — O governador da Suécia, Olof Palme, anunciou hoje que o governo sueco vai enviar uma delegação para visitar o Vietnã.

BRISA BRISA

BRISA BRISA — O governador da Índia, Lal Bahadur Shastri, anunciou hoje que o governo indiano vai enviar uma delegação para visitar o Vietnã.

Três mortos e centenas de feridos era o balanço trágico até ontem à noite dos acontecimentos no Rio entre estudantes e policiais. A vítima fatal não o soldado da Polícia Militar Nelson de Barros, a jovem Maria Ângela Ribeiro, e um reporter. A jovem foi baleada na testa pelos policiais, e o reporter morreu de choque, quando tentou a cobertura jornalística, e o soldado foi atingido até a morte por populares enfurecidos, na Cinelândia, apresentando esmagamento do crânio e contusões generalizadas.

Avião de Pimentel faz aterrissagem forçada em Guarujá

O avião DC-8, prefixo PP-EDJ, que conduzia o Governador Paulo Pimentel e sua comitiva em viagem de retorno a Curitiba, procedente da Guanabara, foi obrigado a fazer aterrissagem, por volta das 17,30 horas, em Guarujá, nas proximidades da ilha de São Eduardo e da cidade de Santos, em consequência de pane que afetou um dos motores, segundo informaram fontes do Palácio Iguaçu.

A. Hari-mann vê sem progresso as gestões de Paris

WASHINGTON — (UPI-ANSA) — O chefe da delegação norte-americana às negociações preliminares de paz de Paris, Averell Harriman, afirmou ontem que "não houve progresso substancial" nas negociações, destinadas a estabelecer os contornos de um acordo com o Secretário da Defesa, Clark Clifford, de que há alguma inclinação favorável à paz. Entretanto, salientou "não são importantes".

Terremotos deixam 20 mil pessoas ao desabrigo no Peru

LIMA (UPI) — Cerca de 20 mil pessoas do distrito de Moyobamba e localidades vizinhas abandonaram suas casas e procuraram abrigo imediato, após terremotos no sul do Peru, segundo comunicaram as autoridades de Lima.

Terremotos deixam 20 mil pessoas ao desabrigo no Peru

LIMA (UPI) — Cerca de 20 mil pessoas do distrito de Moyobamba e localidades vizinhas abandonaram suas casas e procuraram abrigo imediato, após terremotos no sul do Peru, segundo comunicaram as autoridades de Lima.

Do alto dos edifícios, a partir das 13,30 horas, começaram a cair garrafões e vidros, inclusive um espelho. Em alguns quarteirões, eram jogadas garrafas de cerveja gelada.

PROSEGUEM OS PROTESTOS



RIO — 20/4 — Centas de milhares de estudantes, artistas, músicos, escritores, artistas e políticos exigem imediatamente para suspender as aulas nas escolas (UPI)

Exército espera pedido de Negraõ para agir na GB

BRASÍLIA — (AP-UP) — Espera-se na hipótese da Polícia Militar da Guanabara poder, abertamente, o controle sobre a cidade e o Governador Negrão de Lima não reconhecer tal situação, o Governo Federal admitirá a intervenção no Estado, com a mobilização imediata das forças do 1º Exército e a ajuda de paracaidistas da Marinha e da Aeronáutica.

Revelado o nome do autor do sequestro do jato venezuelano

CARACAS — (UPI-ANSA) — Um porta-voz do Ministério do Interior, que investiga o assalto ao avião da VIASA que foi obrigado a descer em Cuba, informou ontem que o nome do autor do sequestro foi revelado.

CAMPANHA ELEITORAL



BRASÍLIA — 20/6 — O Governador do Rio Grande do Sul, Paulo Buchecha, foi eleito governador do estado brasileiro, vencendo o candidato adversário, o senador Paulo Garrão.

Incidentes eleitorais no Equador

QUITO (UPI) — O Supremo Tribunal Electoral do Equador rejeitou ontem a impugnação definitiva dos votos para a presidência e vice-presidência da República, depois das graves irregularidades ocorridas durante a eleição no Palácio Legislativo, quando os funcionários eleitorais agrediram membros do Tribunal Electoral e de outros setores políticos, segundo fontes oficiais.

Exército espera pedido de Negraõ para agir na GB

BRASÍLIA — (AP-UP) — Espera-se na hipótese da Polícia Militar da Guanabara poder, abertamente, o controle sobre a cidade e o Governador Negrão de Lima não reconhecer tal situação, o Governo Federal admitirá a intervenção no Estado, com a mobilização imediata das forças do 1º Exército e a ajuda de paracaidistas da Marinha e da Aeronáutica.

Revelado o nome do autor do sequestro do jato venezuelano

CARACAS — (UPI-ANSA) — Um porta-voz do Ministério do Interior, que investiga o assalto ao avião da VIASA que foi obrigado a descer em Cuba, informou ontem que o nome do autor do sequestro foi revelado.

CAMPANHA ELEITORAL



BRASÍLIA — 20/6 — O Governador do Rio Grande do Sul, Paulo Buchecha, foi eleito governador do estado brasileiro, vencendo o candidato adversário, o senador Paulo Garrão.

Costa já recebeu o projeto que regula a venda de terras

BRASÍLIA (UPI/UP) — Presidência a venda de terras no exterior e limitação sua aquisição aos estrangeiros legitimamente residentes no País — de acordo com o projeto de lei enviado ao Congresso do Congresso Nacional — o projeto de lei enviado ao Congresso Nacional para regular a venda de terras no exterior e limitação sua aquisição aos estrangeiros legitimamente residentes no País.

edição da
capital

O ESTADO DO PARANÁ

Dir.: IRAD FERREI

★ ANO XVII CURITIBA, SÁBADO, 22 DE JUNHO DE 1968 N. 5.101 ★

hoje:
16 páginas

Guanabara em guerra tem até mortos

Incidente com avião de Paulo

Um acidente com avião de Paulo... (text continues with details of the incident)

Indireta, sim, confirmou Ney

O senador Ney Braga... (text continues with political commentary)

Costa adverte os apressados

Por se declarar mais cedo... (text continues with news about Costa)

A França vota com De Gaulle

O primeiro-ministro Georges Pompidou... (text continues with international news)

Hoje tem jôgo de deputados

Os deputados do Paraná... (text continues with local legislative news)

Brasil-68



A repreensão policial aos estudantes no Guanabara adquiriu uma violência rara. Expressão e noças foram obrigadas a deixar o chão com as mãos sobre a cabeça e contendo castiçal nas mãos para a prisão.

A jovem Maria Angela Ribeiro, de 22 anos, morreu instantaneamente, ontem, ao receber um tiro na frente do prédio da embaixada norte-americana e também o policial Nelson de Barros faleceu no Hospital Souza Aguiar vítima de fraturas no crânio, provocadas por um pedaço de madeira lançado do sítio de um edifício. Este é o saldo fatal dos desordens, que ontem fizeram do Rio uma verdadeira praça de guerra, com choques em vários pontos da cidade entre estudantes e forças da polícia. Outen as manifestações estudantis alcançaram um ponto de rara violência no centro do Rio, tendo grande parte do comércio fechado suas portas e as linhas de ônibus mudado seus itinerários. Desde as nove horas da manhã os estudantes começaram a percorrer as ruas centrais da cidade enfrentando grupos de policiais, que agiam com gases lacrimogêneos e casquetes. Os distúrbios começaram quando um grupo de estudantes se dirigia ao Ministério da Educação para pedir ao sr. Tarso Dutra a libertação dos presos nos incidentes de anteontem. Os estudantes foram impedidos pela polícia, surgindo então a onda de distúrbios que até às últimas horas de ontem já acusava um saldo de dezenas de feridos em trez ruas e policiais, que estavam sendo atendidos no Hospital Souza Aguiar. Vários dos feridos estavam em estado grave. Numa rua central, uma senhora com uma criança no colo serviu de escudo a estudantes que enfrentavam a polícia. Ambos foram atingidos ao solo com ferimentos leves. Os alu-

nos enfrentavam as forças da Polícia Militar com pedras e paus e eram ajudados por pessoas que das janelas dos prédios atiravam objetos contra os soldados. O centro da cidade vive horas de apreensão com grupos da Divisão Blindada do Exército cercando a Secretaria de Segurança e a Assembléia Legislativa. Um helicóptero da FAB sobrevoou toda a tarde de ontem as ruas centrais do Rio, indicando à PM os locais em que se encontravam os grupos de estudantes. Por outro lado, os estudantes lançaram um ultimato às autoridades, afirmando que prenderiam policiais e os reteriam como reféns até que fossem soltos os alunos presos. As últimas horas de ontem, o Primeiro Exército deu a conhecer que se encontra de prontidão, mas que aguarda solicitação do Ministério da Justiça para entrar em ação. Sobre a censuras o número de oitidos. Duas viaturas policiais foram incendiadas. O policial Almir Menezes está com uma bala alojada no tórax no Hospital Souza Aguiar, onde médicos o estão operando. Também o comerciante Manoel Rodrigues Ferreira tem uma bala na cabeça e está sendo operado. O jornalista Luiz C. de Souza foi atropelado por uma viatura, mas seu estado não é grave. O diretor do DOPS informou que abriu inquérito a fim de apurar quem deu início ao tiroteio na frente da embaixada dos Estados Unidos. Disse que a polícia recebeu severas ordens para que não fizesse uso de armas de fogo. O Ministério do Exército afirmou que reina absoluta calma em todo o País. (Pag. 5)

Uma será rainha



Depois de um comício de apoio realizado de C. Collares com o sr. Tello e Epitácio Martins de 50, que também é Deputado.

O grande avanço



A planta de adição de Subestação Capivari, com uma capacidade de 14 quilovolts de transmissão de linha de alta tensão, após 400 metros.

Eletracap perfura 14 km de montanha

A Eletracap está perfurando a Serra do Mar de lado a lado. A galeria da adução está em via de ser concluída, marcando o momento culminante da obra de Capivari-Itaipava. Das 14 quilômetros de galerias, restam apenas 10 metros. Espetacular, vem sendo realizada em ritmo acelerado a obra de perfuração de galerias de lado de cada lado para permitir o funcionamento da linha elétrica já em uso de 1970. Por outro lado, a galeria de São Capivari está sendo executada por uma galeria de lado de cada lado e logo passará a servir pelas galerias para adução as turbinas de Itaipava e posteriormente a instalação no Rio Capivari que tem sua for na Baía de Antonina. — (FAPL ESTE).

Abono no Paraná não passa de Cr\$ 38,50

Todos os trabalhadores que trabalham em áreas de risco... (text continues with information about the bonus)

Esta nascendo a paz no Vietnã, diz Rusk

(FAPL 2)

Costa decreta Ato Institucional n.º 5

Íntegra do Ato

PREVISÃO DO TEMPO

Desenvolvimento a Serviço de Meteorologia do qual vai chegar. O tempo para chegar para o tempo, não há mais previsão, apenas de qual colorido que se apresentará no horizonte. O tempo para chegar para o tempo, não há mais previsão, apenas de qual colorido que se apresentará no horizonte. O tempo para chegar para o tempo, não há mais previsão, apenas de qual colorido que se apresentará no horizonte.

PONTE AEREA

LIGA BRASIL

AFRICA E LUA

Um vôo de 10 horas com destino ao continente africano e ao continente asiático. O tempo para chegar para o tempo, não há mais previsão, apenas de qual colorido que se apresentará no horizonte.

ALIMENTO

NO PREÇO

DO ABOZO

Um novo preço para o abozo, com base em estudos realizados pelo governo. O tempo para chegar para o tempo, não há mais previsão, apenas de qual colorido que se apresentará no horizonte.

CANDEIA JA ESTÁ SEM

RETIRO

Um novo sistema de distribuição de candelária, com base em estudos realizados pelo governo. O tempo para chegar para o tempo, não há mais previsão, apenas de qual colorido que se apresentará no horizonte.

TUBECOS

AMEACAM

GREVE

Um novo sistema de distribuição de tubecoss, com base em estudos realizados pelo governo. O tempo para chegar para o tempo, não há mais previsão, apenas de qual colorido que se apresentará no horizonte.

ATENCIDADOS

APARECEM NO

TEIGIAI

Um novo sistema de distribuição de atencidados, com base em estudos realizados pelo governo. O tempo para chegar para o tempo, não há mais previsão, apenas de qual colorido que se apresentará no horizonte.

EXPLOSAO

EM NAVIO

JERUZHANO

Um novo sistema de distribuição de explosão, com base em estudos realizados pelo governo. O tempo para chegar para o tempo, não há mais previsão, apenas de qual colorido que se apresentará no horizonte.

O Presidente da República Federal do Brasil, Marechal Arthur da Costa e Silva, após reunião com o Conselho de Segurança Nacional editou as primeiras leis da nova ordem e Ato Institucional n.º 5 e, logo em seguida, o Ato Complementar n.º 28, através do qual decretou o recesso do Congresso Nacional, no cumprimento e obediência do referido Ato Institucional e Presidente Costa e Silva considerou "que a revolução brasileira de 31 de março de 1964 teve, essencialmente, o caráter de uma revolução que visava a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse a estabilidade democrática, baseada na liberdade, a soberania e as ideologias contrárias às tradições de torres no País, na luta contra a corrupção, tornando efetivo, em meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar de modo direto e imediato os graves e urgentes problemas de que dependem a restauração da ordem interna e do prestigio internacional de nossa pátria" (art. 1.º do Ato Institucional n.º 1 de 9 de abril de 1964).

Prescritivo e Presidente da República considerou que "o governo, responsável pela execução de todas as atividades e pela ordem e segurança interna, não se pode permitir que, em caso de greve geral, ocorra uma situação de caos, que comprometa a ordem pública e a segurança do País, sob pena de estar faltando a compreensão que merece com a greve iniciada logo como porque o poder constituinte, ao editar o Ato Institucional

n.º 2, afirmou expressamente que não se trata de uma revolução, mas que é e continuará a, portanto, "a revolução brasileira de 31 de março de 1964 não foi um ato de revolução, mas um ato de restauração da ordem interna e do prestigio internacional de nossa pátria" (art. 1.º do Ato Institucional n.º 1 de 9 de abril de 1964).

Tropas do Exército mexicano em choque com os estudantes

MEXICO — (AP/GP) — Tropas do Exército mexicano, com bombas de gás lacrimogênio jogadas de helicópteros, em uma operação para fazer cumprir a ordem de dispersão dos estudantes que se reuniram em frente ao Palácio Nacional de Cultura em uma manifestação pacífica. O Exército mexicano, observou o Exército de estudantes, que se recusaram a dispersar-se, e começaram a atirar com armas de fogo. A polícia reagiu com gás lacrimogênio e balas de borracha. O Exército mexicano, observou o Exército de estudantes, que se recusaram a dispersar-se, e começaram a atirar com armas de fogo. A polícia reagiu com gás lacrimogênio e balas de borracha.

França antecipa a data do referendo e testa De Gaulle

PARIS — (AP/GP) — O governo de Charles de Gaulle anunciou ontem a antecipação da data do referendo sobre a adesão da França ao Tratado de Roma, o que segundo a maioria dos observadores, será um teste da confiança do povo francês em seu veterano Chefe de Estado. Os estudantes radicais entraram ontem em um protesto silencioso quando se aproximou de uma manifestação de apoio ao referendo em greve por tempo indeterminado, para impedir o referendo.

BAILE DA CLAMOUR GIRL - 68
Para Todo o Brasil
Um novo sistema de distribuição de baile da clamour girl, com base em estudos realizados pelo governo. O tempo para chegar para o tempo, não há mais previsão, apenas de qual colorido que se apresentará no horizonte.



Defendendo a defesa dos ideais revolucionários, o Presidente Costa e Silva editou o Ato Institucional n.º 5 e o recesso do Congresso.

Mínimo Morrem 50 pessoas sobre as Caraíbas

As autoridades venezuelanas perderam oficialmente contato, há mais de 24 horas, com o navio de 707 toneladas do Brasil, o Acaia, que está desaparecido no mar das Caraíbas. Navios e helicópteros venezuelanos e brasileiros estão procurando o navio brasileiro em uma operação de resgate. O navio brasileiro Acaia está desaparecido no mar das Caraíbas. Navios e helicópteros venezuelanos e brasileiros estão procurando o navio brasileiro em uma operação de resgate.

Um novo sistema de distribuição de mínimo morrem 50 pessoas sobre as Caraíbas, com base em estudos realizados pelo governo. O tempo para chegar para o tempo, não há mais previsão, apenas de qual colorido que se apresentará no horizonte.

ARTIGO 1.º — São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições anteriores desde Ato Institucional.

ARTIGO 2.º — O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores por Ato Complementar, em Estado de Sítio ou fora dele, visando a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

Parágrafo 1.º — Decretado o recesso parlamentar o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias previstas na Constituição ou Lei Orgânica dos Municípios.

Parágrafo 2.º — Durante o período de recesso, os senadores, os deputados federais, estaduais e os vereadores se poderão a parte final de seus mandatos.

Parágrafo 3.º — Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos municípios que não possuam Tribunal de Contas será exercida pelo de seu respectivo Estado, considerando-se suas ações as funções de Auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens de valores públicos.

ARTIGO 3.º — O Presidente da República em qualquer momento poderá decretar a intervenção nos Estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único — Os intervenções dos Estados e municípios serão nomeadas pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que cabem respectivamente aos governadores ou prefeitos, e a direção das prerrogativas, vantagens e vantagens fixadas no Ato.

ARTIGO 4.º — No interesse de preservar a integridade do território nacional, o Presidente da República, em qualquer momento, poderá suspender os direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eleitorais estaduais e municipais.

Parágrafo único — Aos membros da Legislação Federal, estadual e municipal que, durante o recesso parlamentar, não estiverem exercendo suas funções, caberá o tratamento de inerte.

ARTIGO 5.º — A suspensão dos direitos políticos não terá efeito sobre o mandato conferido pelo voto em 1.º de janeiro de 1967, e não será considerada para fins de cassação de mandatos eleitorais.

ARTIGO 6.º — O Ato de suspensão dos direitos políticos não terá efeito sobre o mandato conferido pelo voto em 1.º de janeiro de 1967, e não será considerada para fins de cassação de mandatos eleitorais.

ARTIGO 7.º — O Ato de suspensão dos direitos políticos não terá efeito sobre o mandato conferido pelo voto em 1.º de janeiro de 1967, e não será considerada para fins de cassação de mandatos eleitorais.

ARTIGO 8.º — O Ato de suspensão dos direitos políticos não terá efeito sobre o mandato conferido pelo voto em 1.º de janeiro de 1967, e não será considerada para fins de cassação de mandatos eleitorais.

ARTIGO 9.º — O Ato de suspensão dos direitos políticos não terá efeito sobre o mandato conferido pelo voto em 1.º de janeiro de 1967, e não será considerada para fins de cassação de mandatos eleitorais.

ARTIGO 10.º — O Ato de suspensão dos direitos políticos não terá efeito sobre o mandato conferido pelo voto em 1.º de janeiro de 1967, e não será considerada para fins de cassação de mandatos eleitorais.

ARTIGO 11.º — O Ato de suspensão dos direitos políticos não terá efeito sobre o mandato conferido pelo voto em 1.º de janeiro de 1967, e não será considerada para fins de cassação de mandatos eleitorais.

ARTIGO 12.º — O Ato de suspensão dos direitos políticos não terá efeito sobre o mandato conferido pelo voto em 1.º de janeiro de 1967, e não será considerada para fins de cassação de mandatos eleitorais.

ARTIGO 13.º — O Ato de suspensão dos direitos políticos não terá efeito sobre o mandato conferido pelo voto em 1.º de janeiro de 1967, e não será considerada para fins de cassação de mandatos eleitorais.